

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

DANILO CELSO PEREIRA

CIDADES PATRIMÔNIO
UMA GEOGRAFIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO NO BRASIL

SÃO PAULO
2015



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

DANILO CELSO PEREIRA

CIDADES PATRIMÔNIO

UMA GEOGRAFIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO NO BRASIL

Versão revisada

Versão original disponível no
CAPH (Centro de Apoio à Pesquisa Histórica) da FFLCH

De acordo com: Simone Sifoni

SÃO PAULO
2015

DANILO CELSO PEREIRA

**CIDADES PATRIMÔNIO
UMA GEOGRAFIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia Humana

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Simone Scifoni

**SÃO PAULO
2015**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P436c Pereira, Danilo Celso
Cidades Patrimônio: uma geografia das políticas públicas de preservação no Brasil / Danilo Celso Pereira; orientadora Simone Scifoni. - São Paulo, 2015.
188 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Geografia urbana. 2. Patrimônio cultural. 3. Políticas públicas 4. Cidades. 5. Espaço urbano. I. Scifoni, Simone, orient. II Título.



Universidade de São Paulo

ATA DE DEFESA

Ata de defesa pública de Dissertação do(a) Senhor(a) Danilo Celso Pereira no Programa: Geografia (Geografia Humana), do(a) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Aos 25 dias do mês de setembro de 2015, no(a) Sala de Reuniões realizou-se a Defesa da Dissertação do(a) Senhor(a) Danilo Celso Pereira, apresentada para a obtenção do título de Mestre intitulado:

"Cidade patrimônio: uma geografia das políticas públicas de preservação no Brasil"

Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

Nome dos Participantes da Banca	Função	Sigla da CPG	Resultado
Simone Scifoni	Presidente	FFLCH - USP	Aprovado
Flávia Brito do Nascimento	Titular	FAU - USP	Aprovado
Anna Eliza Finger	Titular	IPHAN	Aprovado

Resultado Final: Aprovado

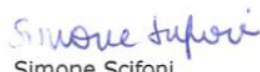
Parecer da Comissão Julgadora *

A banca destaca a qualidade da pesquisa e o ineditismo da análise da história do tempo presente nas políticas de patrimônio do IPHAN. A banca também indica a publicação da pesquisa na forma de artigos científicos.

Eu, Aline Nogueira Marques Nicolau _____, lavrei a presente ata, que assino juntamente com os(as) Senhores(as) examinadores. São Paulo, aos 25 dias do mês de setembro de 2015.


Flávia Brito do Nascimento


Anna Eliza Finger


Simone Scifoni

Presidente da Comissão Julgadora

* Obs: Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

A defesa foi homologada pela Comissão de Pós-Graduação em 25/09/2015 e, portanto, o(a) aluno(a) faz jus ao título de Mestre em Ciências obtido no Programa Geografia (Geografia Humana) - Área de concentração: Geografia Humana.


Presidente da Comissão de Pós-Graduação
Prof. Dr. Marcelo Cândido da Silva
Presidente da Comissão de Pós-Graduação
FFLCH-USP

É com amor, gratidão e muita admiração que dedico este trabalho a minha avó, Vicentina Pires dos Santos (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos sempre se constituem em um momento muito significativo, tanto para os que recebem, pelo reconhecimento, como para quem os fazem, por poder rever quantas mãos ajudaram no processo. É um momento de compartilhamento para além dos resultados, compartilham-se realizações e felicidades vividas.

Nesse sentido, se mostra justo e necessário agradecer primeiramente às pessoas que me acompanham e me apoiam desde o início desta caminhada: meus pais, Fátima e Pedro Pereira, que me proporcionaram, com muito esforço, todas as condições para que eu concluísse minha graduação e continuasse os meus estudos, oportunidade que eles não tiveram, mas que fizeram questão de garantir aos três filhos. Gostaria de registrar aqui, em particular, a dedicação da minha mãe, que, com amor, incentivo e paciência, me auxiliou a superar as dificuldades que o solitário processo reflexivo do mestrado impõe.

Não poderia deixar de incluir ainda nos agradecimentos iniciais àquela que considero minha “mãe acadêmica”, a Prof^ª Dr^ª Simone Scifoni, minha eterna orientadora, eterna no sentido maior, não só no temporal, mas de amplitude, de completude.

Estendo este agradecimento inicial a outros que também orientaram esta dissertação, os professores Dr. Rodrigo Valverde e Dr^ª Flávia Brito do Nascimento, pelas sugestões na banca de qualificação. Acho oportuno também frisar que a Prof^ª Flávia tem se constituído como uma coorientadora não só desta pesquisa, mas da trajetória acadêmica que venho trilhando. Aproveito aqui para reverenciar outra mestra que me auxiliou com muito incentivo e pela admiração que sinto pela sua bagagem cultural e comprometimento ético e político, Prof^ª Dr^ª Isabel Alvarez.

Como diria Mário Quintana, “Que tristes os caminhos, se não fora a mágica presença das estrelas!”, e foram muitas as estrelas nos diversos lugares pelos quais passei nesses três anos de pesquisa, e que me disponibilizaram um pouco da sua luz, agradeço: Luiz Fernando de

Almeida, Anna Eliza Finger, Maria Regina Weissheimer, Márcia Regina Romero Chuva, Tiago Leite Ramires, Francisco Stefano Ferreira dos Santos, Carlos Rubem Campos Reis, Maria Elizabeth Negrão Silva, Carlos Alberto Pereira Junior, Valéria Gazafi, Jennifer Abreu, Josimar Paranhos, Anísia Lourenço, Paulo Henrique Alonso, José Luís Batista, José Ricardo Martins Junqueira e Cristiane Mendes de Paula.

Perto do fim ficam sempre os amigos, aqueles que foram muito importantes também, mas que podemos, pela liberdade e intimidade, deixá-los no fim da lista sem que haja maiores preocupações com tal localização. Foram pessoas que me ajudaram, com a pesquisa ou deixando mais fáceis os dias de trabalho. Agradeço a Anaclara Volpi Antonini, Carolina Meireles de Azevedo Bello, Denise Martins de Sousa, Marcella Carmona Migliacci, Amanda Bonucelli, Douglas Scaramussa Pereira, Renan Coradine Meireles, Geovana Scchetti Virgillito e Maryclea Maués Neves.

Por fim, agradeço à FAPESP, que financiou por dois anos esta pesquisa e sem cujo apoio não seria possível realizá-la. Seu apoio foi imprescindível para o desenvolvimento deste extenso trabalho.

Parte-se do principio de que o patrimônio, na contemporaneidade, qualifica espaços urbanos, amplia auto-estimas, confere valor, distingue, excepcionaliza e identifica cidades e lugares, tornando-se parte integrante dos atributos e dos potenciais de desenvolvimento do país e da sociedade.

DALMO VIEIRA FILHO

RESUMO

As políticas públicas de preservação do patrimônio cultural brasileiro optaram pela salvaguarda de determinadas cidades em detrimento de outras. Desta forma, tem-se como objetivo nesta pesquisa discutir os espaços urbanos que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional vem acautelando, tendo como meta entender que cidade patrimônio é considerada de relevância para fazer parte do mosaico que pretende constituir a identidade nacional. Para atingir esse objetivo, analisaram-se as formas como o Estado concebe esses espaços das cidades, primeiramente como cidade-monumento, depois como cidade-histórica e cidade-documento, e, por fim, a partir de uma leitura proposta nesta pesquisa, como cidade-território. No que se refere à função das cidades, partiu-se da discussão proposta por Lefebvre (2008) para entender o processo de urbanização, compreendendo-as como política, mercantil ou industrial, representadas nesta pesquisa, respectivamente, pelos estudos de caso de Iguape (SP), Oeiras (PI) e Cataguases (MG). A partir desta análise foi possível constatar que o início do século XXI foi marcado por um esforço em redimensionar a presença do instituto em todo o país, buscando formar um conjunto coerente de cidades patrimônio capaz de concatenar a formação do território brasileiro. Contudo, mesmo com essa nova política, pode-se afirmar que no Brasil se tombou pouco, pois, diariamente, em todas as partes do país se perdem importantes sustentáculos de identidade cultural, sejam arquitetônicos, naturais ou ainda os suporte físicos das relações sociais cotidianas.

Palavras-chave: Geografia urbana. Patrimônio cultural. Políticas públicas. Cidades. Espaço urbano.

ABSTRACT

The public policies for the preservation of Brazilian cultural heritage have opted for the safeguard of some cities to the detriment of others. It is the purpose of this study, then, to discuss the urban areas that the National Institute of Historical and Artistic Heritage (Iphan) has cautioned, the goal being to understand which city heritage is relevant as a part of the mosaic that constitutes national identity. To achieve this objective, the ways in which the state perceives these areas of the cities were analyzed; first as city monuments, next as city histories and city documents, and finally as a view proposed in this study, as cities territories. In reference to the role of the cities, it has departed from the proposed argument by Lefebvre (2008) to understanding the process of urbanization as political, commercial, or industrial represented in this study, respectively, in the case studies of Iguape (SP), Oeiras (PI), and Cataguases (MG). From this analysis it can be stated that the beginning of the 21st century was characterized by an effort to reshape the presence of the Institute in the entire country, seeking to form a coherent group of heritage cities capable of linking Brazilian territory together. However, even with this new policy, it can be affirmed that in Brazil little held true because every day in all parts of the country important pillars of cultural identity are lost, whether architectural, natural or even the physical pillars of every-day social relations.

Key Words: Urban geography. Cultural Heritage. Public policies. Cities. Urban areas.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1	Cidades patrimônio tombadas entre 1937 e 1967	40
MAPA 2	Cidades patrimônio tombadas entre 1968 e 1980	46
MAPA 3	Cidades patrimônio tombadas entre 1981 e 2000	51
MAPA 4	Cidades patrimônio tombadas entre 2001 e 2012	74
MAPA 5	Cidades patrimônio tombadas por Unidade da Federação e por século	75
MAPA 6	Cidades patrimônio tombadas por Unidade da Federação	78
MAPA 7	Cidades patrimônio tombadas por Unidade da Federação e período de fundação	80
MAPA 8	Cidades patrimônio tombadas por Unidade da Federação e por inscrição no Livro de Tombo	82
MAPA 9	Conjunto Histórico e Paisagístico da Cidade de Iguape/SP	92
MAPA 10	Oficina Mapa do Patrimônio de Iguape – Setor Núcleo Urbano	96
MAPA 11	Oficina Mapa do Patrimônio de Iguape – fora do Setor Núcleo Urbano	97
MAPA 12	Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras/PI	117
MAPA 13	Roteiro da Procissão do Bom Jesus dos Passos em Oeiras/PI	126
MAPA 14	Acesso às estradas coloniais e a formação urbana de Oeiras/PI	133
MAPA 15	Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Cataguases/MG	141
MAPA 16	Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Cataguases/MG e áreas de interesse cultural fora da poligonal	156

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Ouro Preto/MG, a primeira cidade declarada Monumento Nacional no Brasil	33
FIGURA 2	Lençóis/BA, exemplar baiano do ciclo do ouro	45
FIGURA 3	Laguna/SC, a primeira cidade patrimônio concebida como documento	49
FIGURA 4	Parnaíba/PI, experiência pioneira de salvaguarda de cidade patrimônio a partir do projeto Rede de Patrimônio	70
FIGURA 5	Setor do Núcleo Urbano de Iguape	90
FIGURA 6	Setor do Morro da Espia em Iguape ao fundo e o Valo Grande no primeiro plano	90
FIGURA 7	Setor Portuário de Iguape, Valo Grande e as canoas coloridas dos caiçaras	91
FIGURA 8	Setor Portuário de Iguape, Mar Pequeno e o lugar onde ficava o Porto Grande	91
FIGURA 9	Oficina Mapa do Patrimônio de Iguape	95
FIGURA 10	Oficina Mapa do Patrimônio de Iguape	95
FIGURA 11	Imagem aérea de Iguape e o urbanismo defensivo	104
FIGURA 12	Imagem de satélite da região de Iguape, do lagamar e da Barra do Ribeira	104
FIGURA 13	Conjunto da Praça das Vitórias	114
FIGURA 14	Conjunto da Praça Mafrense e do Mercado Municipal	114
FIGURA 15	Conjunto do rio do Mocha e da Pouca Vergonha	115
FIGURA 16	Conjunto do Largo do Rosário	115
FIGURA 17	Casa do Canela	116
FIGURA 18	Casa da Pólvora	116
FIGURA 19	Dança dos Congos de Oeiras no Largo do Rosário	124

FIGURA 20	Saída da Procissão dos Passos do adro da Igreja do Rosário	124
FIGURA 21	Chegada da Procissão no Passo de Dona Filoca	125
FIGURA 22	Chegada da imagem do Bom Jesus dos Passos à Praça das Vitórias	125
FIGURA 23	Primeira Zona – sítio escolhido para o primeiro núcleo	139
FIGURA 24	Segunda Zona – primeira área de expansão da cidade	139
FIGURA 25	Terceira Zona – segunda área de expansão da cidade	140
FIGURA 26	Quarta Zona – Instalações industriais na margem direita do rio Pomba	140
FIGURA 27	Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia, construída em 1886	149
FIGURA 28	Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia, construída em 1944	149
FIGURA 29	Cine-Teatro Recreio de 1893	150
FIGURA 30	Cine-Teatro Edgard	150
FIGURA 31	Ginásio e Escola Normal de Cataguases	151
FIGURA 32	Colégio Cataguases	151
FIGURA 33	Vila Operária da Estação Ferroviária	155
FIGURA 34	Bairro Jardim, Vila Operária da Cia. Industrial	155
QUADRO 1	Distribuição das cidades patrimônio por Unidade da Federação	77
QUADRO 2	Cidades patrimônio por século de fundação	79
QUADRO 3	Cidades patrimônio por inscrição no Livro de Tombo	83
QUADRO 4	Bens identificados pelos participantes da Oficina Mapa do Patrimônio de Iguape	98
QUADRO 5	Bens tombados individualmente em Cataguases	142
GRÁFICO 1	Evolução da força de trabalho do Iphan	57
GRÁFICO 2	Evolução dos recursos em preservação do patrimônio cultural por fonte	57
GRÁFICO 3	Distribuição dos tombamentos das cidades patrimônio por década	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNRC	Centro Nacional de Referências Culturais
Condephaat	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico
Depam	Departamento de Patrimônio Material
DPI	Departamento de Patrimônio Imaterial
Embratur	Instituto Brasileiro de Turismo
FAFIC	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cataguases
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPC	Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural
ICOMOS	Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios
IBA	Inventário de Bens Imóveis Arquitetônicos
IEPHA	Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
INBI-SU	Inventário Nacional de Bens Imóveis e Sítios Urbanos
INCEU	Inventário Nacional para a Configuração de Espaços Urbanos
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MES	Ministério da Educação e Saúde
MinC	Ministério da Cultura
MP	Ministério do Planejamento
PACCH	Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas
PCH	Programa das Cidades Históricas do Nordeste

PDP	Plano Diretor Participativo
PNPI	Programa Nacional de Patrimônio Imaterial
SICG	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
SPHAN	Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Sudene	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
UNESCO	Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 A CONSTRUÇÃO DA CIDADE PATRIMÔNIO	28
<i>1.2. Da cidade-monumento à cidade-documento</i>	36
CAPÍTULO 2 A CIDADE PATRIMÔNIO NO SÉCULO XXI	53
<i>2.1. As Redes de Patrimônio</i>	61
<i>2.2. A cidade-território</i>	66
<i>2.3. Um mapa desigual das cidades patrimônio</i>	76
CAPÍTULO 3 IGUAPE: SÃO PAULO DO MAPA DAS CIDADES PATRIMÔNIO	84
<i>3.1. Uma experiência entre a educação patrimonial e a participação social</i>	93
<i>3.2. O urbanismo defensivo e a cidade portuária</i>	101
CAPÍTULO 4 OEIRAS: A REDE DE PATRIMÔNIO DO PIAUÍ	108
<i>4.1. Um Lugar do culto e da preservação de celebrações</i>	119
<i>4.2. A civilização do couro e o ciclo da pecuária colonial do Nordeste</i>	127
CAPÍTULO 5 CATAGUASES: PARA ALÉM DO OURO EM MINAS GERAIS	135
<i>5.1. A reificação da arquitetura e o apagamento da memória</i>	146
<i>5.2. Um legado entre o café e a indústria</i>	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	166
ANEXOS	173

INTRODUÇÃO

Esta dissertação realiza uma análise sobre o que denomina-se aqui de cidade patrimônio, o que os órgãos de preservação, ao longo do tempo, denominaram de diferentes formas: núcleo urbano, conjunto urbano, centros históricos, cidades históricas, entre outras tantas. Contudo, nesta pesquisa ela corresponde ao recorte inicial de onde surge a cidade, a partir do qual depois se dá a expansão urbana, e até mesmo a perda da sua condição de centralidade principal e única, quando da criação de um novo centro, como aconteceu, por exemplo, no Pelourinho, em Salvador (BA). No entanto, a centralidade em questão, que tem importância como o lugar de “origem da cidade”, é um dos fatores que lhe atribui valor como patrimônio. Sendo assim, a cidade patrimônio doravante discutida é um recorte espacial da cidade e não a sua totalidade: aquele recorte que, originalmente, concentrou as instituições públicas, a praça central, a igreja matriz, o comércio.

Compreender essas cidades patrimônio como momentos da produção histórica e social do espaço geográfico é compreender a própria sociedade, o que demanda uma concepção teórico-metodológica.

Nesta perspectiva, em conformidade com Carlos (1999), entende-se que sem um posicionamento conceitual e teórico acerca do espaço, o qual a autora define como potencializador da análise do real, as investigações se reduzem a informações instaladas definitivamente no presente, não tendo potência para examinar o movimento do real, sua gênese e seus processos de superação.

A autora salienta ainda que:

O caminho para a construção do pensamento geográfico se encontra na possibilidade de elaboração de um pensamento crítico que permite pensar o papel no desvendamento do mundo moderno, a partir do momento em que não se reduziria deliberadamente a um conjunto de temas. Ao contrário, deve vislumbrar a possibilidade de pensar o **homem por inteiro e sua dimensão humana e social** que se abre também para o imprevisto, criando cada vez mais novas possibilidades de resistir/intervir no mundo de hoje. (CARLOS, 1996, p. 13, grifo nosso)

Ao trazer para o debate tais questões, a autora destaca que a Geografia necessita compreender a dinâmica da sociedade em seu movimento de transformação por meio da análise da produção do espaço como momento da reprodução social.

Nesse sentido, uma análise calcada em categorias – como o homem, grupos humanos e humanidade – e que não leva em conta a reprodução da sociedade e das relações sociais de produção, parece equivocada, uma vez que “o espaço é um produto do trabalho humano, logo, histórico e social, e por isso mesmo é uma vertente analítica a partir do qual se pode fazer a leitura do **conjunto da sociedade**” (CARLOS, 1996, p. 39, grifo nosso).

Para essa autora, o espaço geográfico é social, produto do trabalho da sociedade em cada momento histórico. Assim, as parcelas do espaço social e historicamente produzidas se apresentam enquanto trabalho materializado e acumulado a partir de sucessivas gerações e, nesse caso específico, o espaço como um todo tem valor e se reproduz a partir de usos sempre diferenciados, condizentes com as singularidades de cada lugar.

Assim, o espaço é revelado enquanto produto social e como condição para que as transformações sociais, políticas e econômicas se materializem no decorrer da história. E, ainda, acrescenta que a produção do espaço consiste na realização das próprias condições da existência humana, orientando a práxis social na construção do mundo objetivo, o espaço é produto histórico e está sujeito às mudanças pelas quais passam a sociedade em face das exigências do modo de produção capitalista. Destarte, as cidades patrimônio apresentam-se como materialização de processos sociais e históricos.

Ainda para Carlos (2001), a análise geográfica do mundo é aquela que caminha no desenvolvimento dos processos constitutivos do espaço social, é nessa perspectiva que também Lefebvre (1974) compreende o espaço como produto da sociedade, fruto da reprodução das relações em sua totalidade. Para ele, o espaço é socialmente produzido, apropriado e transformado.

Segundo o autor, o espaço compreende as relações sociais e não pode ser resumido ao espaço físico, ele é o espaço da vida social. Sua base é a natureza ou espaço físico, o qual o homem transforma com seu trabalho. A natureza não produz, ela cria, somente o homem é capaz de produzir através do trabalho. A natureza provê recursos para uma atividade criativa e produtiva desempenhada pelo homem.

Dessa forma, o espaço social inclui objetos naturais, sociais e suas relações. Os objetos possuem formas, mas o trabalho social os transforma, reorganizando suas posições dentro das

configurações espaço-temporais sem afetar, necessariamente, suas materialidades, seus estados naturais, ou seja, altera sua função sem alterar sua forma. Tempo e espaço são inseparáveis, espaço implica em tempo e vice-versa (LEFEBVRE, 1974).

Na obra “Espaço e política”, o autor afirma que:

O espaço não é um objeto científico descartado pela ideologia ou pela política; ele sempre foi político e estratégico. Se esse espaço tem um aspecto neutro, indiferente em relação ao conteúdo, portanto “puramente” formal, abstrato de uma abstração racional, é precisamente porque ele já está ocupado, ordenado, já é objeto de estratégias antigas, das quais nem sempre se encontram vestígios. O espaço foi formado, modelado a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente. O espaço é político e ideológico. É uma representação literalmente povoada de ideologia. Existe uma ideologia do espaço. Por quê? Porque esse espaço, que parece homogêneo, que parece dado de uma vez na sua objetividade, na sua forma pura, tal como o constatamos, é um produto social [...]. (LEFEBVRE, 2008, p. 61)

Em suma, pode-se identificar as seguintes proposições em Lefebvre na contribuição da formulação do conceito de espaço social: para o autor, o espaço não é algo dado, ele é produzido pelo homem a partir da transformação da natureza pelo seu trabalho, as relações sociais são constituintes do espaço e é a partir delas que o homem altera a natureza. As relações sociais de produção, consumo e reprodução social são determinantes na produção do espaço e este deve ser estudado a partir das formas, funções e estruturas em que novas relações podem dar funções diferentes para formas preexistentes, pois o espaço não desaparece, ele possui elementos de diferentes temporalidades, além de ser politicamente e ideologicamente construído.

Sendo assim, entende-se o espaço geográfico como uma construção social. Dentro desta perspectiva de análise, Lefebvre (1974) propõe a representação do espaço como uma perspectiva de apreciação, e é a partir desta que pretende-se realizar esta pesquisa, da representação do espaço enquanto política pública de preservação do patrimônio cultural; contudo, considerando o espaço geográfico como uma abstração, é necessário definir as escalas concretas de análise do que denomina-se cidades patrimônio: a cidade e o centro.

Conforme Lefebvre (2001), a cidade não é apenas um conjunto denso de edificações onde as pessoas habitam e trabalham, é muito mais. Trata-se de um produto social, em que o modo de vida urbano corresponde ao conjunto de práticas espaciais que promovem o domínio da cidade sobre o campo, onde domina o consumo e a circulação de fluxo de pessoas, mercadorias, capital e informações, configurando a cidade como o local do consumo. Para o autor, enquanto construção humana, se constitui numa materialização das práticas sociais que se acumulam no decorrer da história a partir da relação sociedade-natureza. A

cidade configura-se também como o local da gestão do território, como sede do poder econômico, político e religioso, em que a cultura também desempenha um importante papel na produção do espaço urbano.

Quanto ao centro, Castells (2000) o define tanto como um local geográfico quanto um conteúdo social, ou seja, assim como a cidade, são produtos que exprimem as forças sociais em ação e a estrutura da sua dinâmica interna. Para o autor, o centro da cidade pode ser dividido em três categorias: o centro simbólico e integrador, onde tem-se o resultado da organização da sociedade em relação aos valores expressos no espaço, permitindo a coordenação das atividades urbanas e a identificação simbólica dessas atividades; o centro de trocas, que engloba atividades econômicas, políticas e administrativas; e o centro lúdico, que valoriza o consumo, em especial os vinculados a atividades de lazer. O autor enfatiza que nenhuma dessas três categorias existe por si, mas sim enquanto resultado de um processo social de organização do espaço social.

Contudo, é importante salientar que nosso entendimento de centro nesta pesquisa se aproxima do que o autor denomina de “centro político-institucional”, no qual:

A expressão espacial desta centralidade depende da especificidade histórica dos aparelhos de Estado e, em partículas, da importância respectiva dos aparelhos locais e nacionais, de sua influência direta sobre “a sociedade civil”, de seu caráter mais ou menos ligado à expressão da autoridade (por exemplo, a especialização do aparelho da Igreja às vezes desempenha um papel decisivo no estabelecimento de uma centralidade). (CASTELLS, 2000, p. 316)

Nesse sentido, as cidades patrimônio nesta pesquisa não se constituem em todo o universo de conjuntos urbanos tombados pelo Estado, os quais possuem variadas denominações, como já foi mencionado, mas sim aqueles que garantem, no mínimo, a salvaguarda dessa centralidade que está na origem da cidade.

No que tange às ações do Estado pela salvaguarda dessa concentração de cultura no espaço, Choay (2006) salienta que estas nascem somente com a Revolução Francesa, embaladas pelos valores do Romantismo. A influência deste modelo francês no Brasil fez com que as políticas públicas de preservação da cultura optassem por uma determinada arquitetura como foco de suas ações, principalmente no que se refere às políticas centralizadoras, aos sistemas de organização dos órgãos públicos e pelas discussões centradas nas questões da identidade nacional.

Essa necessidade de se forjar uma identidade nacional impôs à geografia do patrimônio no Brasil uma distribuição desigual em território nacional, como aponta Rubino (1996, p. 97):

Em um país de grandes dimensões, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) desenvolveu suas atividades de modo marcadamente desigual. O conjunto de bens tombados desenha um mapa de densidades discrepantes nas diversas regiões, períodos e tipos de bens, formando conjuntos fechados e finitos.

Corroborando com essa afirmação da autora os dados que o “Guia de Bens Tombados pelo Iphan” apresenta. Esse listou, até 2013, como significantes à memória nacional, um total de 1.097 bens, sendo que, destes, 229 encontravam-se no Rio de Janeiro, 205 em Minas Gerais e 186 na Bahia, ou seja, apenas três estados da federação somavam cerca de 56,5% do total de bens tombados.

Vê-se assim o problema de pesquisa construído através dos seguintes questionamentos: como as políticas públicas federais de preservação do patrimônio cultural olham para as cidades patrimônio do ponto de vista da atribuição de valores? Como se construiu a distribuição geográfica, em território nacional, das cidades patrimônio tombadas em âmbito nacional? E do ponto de vista da geografia urbana crítica, que cidade é esta que está sendo considerada de relevância para fazer parte do mosaico que constitui o patrimônio cultural brasileiro?

A abordagem da problemática da pesquisa se dará de duas formas. Em primeiro lugar é preciso um olhar para o conjunto das cidades patrimônio tombadas pelo órgão federal ao longo do século XX, a partir de uma bibliografia consolidada, em que discute-se qual o tratamento metodológico adotado para a eleição dessas cidades patrimônio, partindo de uma tradição da concepção da cidade enquanto monumento, uma relíquia da civilização material que a nação brasileira construiu, para a concepção da cidade enquanto um documento, objeto rico de informações sobre a vida e a organização social brasileira nas várias fases da sua história. Posteriormente, a partir dessa argumentação já consolidada, da análise de documentos institucionais e das entrevistas realizadas analisa-se quais foram as mudanças desses discursos de seleção no início do século XXI, momento que ainda não foi suficientemente estudado, quando o processo de ocupação do território passa a ter um lugar de destaque na elaboração das principais políticas públicas nacionais, o que não é diferente no âmbito da cultura e do patrimônio.

Na segunda forma de abordagem, do ponto de vista da geografia urbana crítica, se discutirá as funções da cidade. Como uma das expressões da produção social, a cidade tem passado por transformações intimamente relacionadas com os modos de produção. Posto dessa forma, estabelece-se a discussão do processo de urbanização proposto por Lefebvre (2008), no qual tem-se a cidade política, ou seja, a cidade que mantém seu domínio sobre o campo a partir do controle político. Nesse contexto, a produção é centrada no campo e a cidade é o espaço não produtivo, retirando do excedente produzido no campo as suas condições de reprodução.

O autor propõe, entretanto, que se pense um *continuum* da cidade política à “zona crítica” (o urbano), passando pela cidade mercantil e pela cidade industrial. A primeira passagem é marcada pela entrada da atividade mercantil no interior das cidades políticas, quando as elites gradativamente permitiram a entrada da burguesia nascente no espaço do poder, logo deslocando a centralidade dos palácios e mosteiros para as praças de comércio, consolidando a economia de mercado que teve nas cidades seu espaço privilegiado. A relação campo-cidade teve então sua primeira inflexão: a produção do campo só realizava-se na praça de comércio, modificando e ampliando a dominação da cidade sobre o campo.

A segunda transformação da cidade em direção ao urbano foi marcada pela introdução da indústria na cidade. Conforme Lefebvre (2008), a cidade industrial foi marcada pela entrada da produção no seio do espaço do poder, trazendo com ela a classe trabalhadora, o proletariado. A cidade passou a não mais apenas controlar e comercializar a produção do campo, mas também a transformá-la e a ela agregar valor em formas e quantidades jamais vistas anteriormente. O campo, até então predominantemente isolado e autossuficiente, passou a depender da cidade para sua própria produção, das ferramentas e implementos aos bens de consumo de vários tipos, chegando hoje a depender da produção urbano-industrial até para alimentos e bens de consumo básico. Para o autor essa inflexão significa a subordinação total do campo à cidade.

Por fim, Lefebvre (2008) descreve o que denomina de “zona crítica”: a cidade industrial sofre um duplo processo, de implosão e explosão. A implosão dá-se na cidadela sobre si mesma, sobre a centralidade que se adensa e reativa os símbolos da cidade ameaçada pela lógica industrial. A explosão dá-se sobre o espaço circundante, com a extensão do tecido urbano, forma e processo sócio-espacial que carrega consigo as condições de produção antes restritas às cidades, estendendo-as ao espaço regional imediato e, eventualmente, ao campo longínquo, conforme as demandas da produção assim o exijam.

A partir dessa proposta de análise do processo de urbanização proposto pelo autor, quando este está pensando a realidade europeia, propõem-se a seguinte discussão: como, a partir das políticas públicas de preservação do patrimônio, se estabelece uma determinada representação de cidade brasileira, segundo suas funções, de relevância para ser preservada?

Foi a partir desse questionamento, fazendo as devidas ressalvas às peculiaridades da urbanização brasileira em relação à europeia, que se elegeram os estudos de caso desta pesquisa: Iguape (SP), como cidade política por essa ter desempenhado um importante papel do controle territorial do que se constituía na divisa entre a América portuguesa e espanhola no século XVI; Oeiras (PI), como cidade mercantil por ter possibilitado a ocupação de um território do interior do nordeste a partir da exploração comercial da criação extensiva de gado no século XVIII; e, por fim, Cataguases (MG), que desenvolveu-se a partir da atividade industrial que se beneficiou dos excedentes da exploração cafeeira na Zona da Mata mineira no século XIX.

A presente discussão parte da necessidade de avaliação de uma política estabelecida no Brasil em 1933, com a elevação da cidade mineira de Ouro Preto à categoria de Monumento Nacional.

A escolha de Ouro Preto conferiu ao século XVIII a responsabilidade para o estabelecimento da consciência emancipatória e a maturidade da arte e da arquitetura colonial no Brasil, o que, para Rodrigues (1999), guiaria a atuação do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) nos seus tombamentos seguintes, uma vez que:

[...] o poder público instituía o primeiro monumento histórico oficial cuja referência era o século XVIII, momento de crescimento da consciência emancipacionista, de maturidade da arte e da arquitetura coloniais, que se tornaria paradigmático para a atuação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) [...]. (Rodrigues, 1999, p.13)

Já Marins (2008, p. 146) vai além, pois, para o autor:

Os critérios de seleção definiram-se, [...] necessariamente, pela exclusão de inúmeros bens culturais materiais e imateriais. Dentro da própria produção arquitetônica a escolha foi também muito restrita. Tais critérios acabaram por privilegiar os estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Esse recorte advinha, certamente, de que esses eram os territórios mais ricos da América portuguesa, o que favoreceu a sobrevivência de sua arquitetura ampla e faustosa.

Sendo assim, a eleição de Ouro Preto (MG) significou a escolha de uma arquitetura rica e faustosa, associando a memória nacional às cidades coloniais destes estados

privilegiados, depreciando o lugar de outros estados no mosaico que passaria a constituir a memória e a identidade nacional.

Portanto, tem-se por hipótese que, assim como no caso dos tombamentos de bens isolados, no caso do quadro geral de cidades patrimônio as políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro privilegiaram determinadas cidades em detrimento de outras, configurando-se numa distribuição desigual das cidades patrimônio no território nacional, sempre tendo em mente que, como aponta Scifoni (2006, p. 46):

O processo de valorização dos bens tem, antes de qualquer coisa, um caráter político. A definição entre o que tem valor e que não tem implica uma escolha, em uma seleção que se dá segundo padrões de aceitação social que tem uma historicidade.

Portanto, os bens são suporte físico de valores que lhes são conferidos de acordo com as condições presentes em cada momento da história, eles nascem da prática social, como aponta Meneses (1996, p. 92):

Aquilo, por exemplo, que chamamos de bens culturais não tem em si sua própria identidade, mas a identidade que os grupos sociais lhe impõem. Assim, para falar em arte – que é um campo que não esgota a cultura, mas permite compreendê-la em aspectos cruciais – pode-se afirmar, por exemplo, que não existem valores estéticos universais e permanentes.

Etapas da pesquisa

Este trabalho buscou discutir as cidades que o Estado brasileiro vem acautelando desde 1933, com a elevação da cidade de Ouro Preto à categoria de Monumento Nacional, até 2012, quando termina a gestão de Luiz Fernando de Almeida à frente do Iphan. Nesse sentido, buscou-se apresentar um quadro geral das cidades patrimônio, para, a partir destas, discutir as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural brasileiro, tratando especificamente das cidades eleitas como estudo de caso e buscando entender quais atributos que justificaram a sua eleição como patrimônio cultural, assim como tratar as questões que envolvem as especificidades dos respectivos processos de tombamento.

Para que esse objetivo seja contemplado, a presente pesquisa foi estruturada em dois eixos. O primeiro conta com os capítulos “A construção da cidade patrimônio” e “A cidade patrimônio no século XXI”, partindo da discussão da trajetória da construção da noção de cidade patrimônio e fazendo a primeira aproximação com o tema de pesquisa. Destaca-se o

predomínio simbólico de um discurso estabelecido nos anos 1930 pelos modernistas e que repercute, com algumas variações, até na atualidade no processo de eleição das cidades como patrimônio cultural para, em seguida – ao adentrar nas políticas federais de preservação das cidades patrimônio no século XXI –, focar no entendimento da cidade patrimônio em um novo contexto político e econômico em que as políticas culturais atingem um novo patamar, acarretando o resgate de antigos instrumentos e discursos de preservação, além da institucionalização de outros novos. O segundo eixo – com os capítulos “Iguape: São Paulo no mapa das cidades patrimônio”, “Oeiras: a Rede de Patrimônio do Piauí” e “Cataguases: para além do ouro em Minas Gerais” – detém-se na análise dos três estudos de caso eleitos com o intuito de responder às seguintes indagações: o que cada caso traz de novo para compreender as políticas de salvaguarda das cidades patrimônio? A partir da proposta de Lefebvre (2008) para entender o processo de urbanização, quais as novidades que esses tombamentos trazem no que se refere à representação das cidades no âmbito do conjunto protegido na esfera federal?

Iguape (SP) foi selecionada dentro do universo das cidades políticas por se constituir na primeira cidade patrimônio paulista, já Oeiras (PI) como cidade mercantil por estar vinculada ao projeto-piloto de inventários de conhecimentos denominado “Redes do Patrimônio”, elaborado no estado do Piauí, e Cataguases (MG) por se constituir como um raro exemplar de cidade com função industrial.

Como procedimento metodológico, seguiu-se as seguintes etapas da pesquisa:

- 1) Revisão bibliográfica feita em livros, artigos e documentos, com o fim de contemplar as questões relacionadas aos estudos da geografia urbana crítica, da reprodução do espaço, do patrimônio cultural brasileiro e do tombamento de cidades patrimônio. Realizou-se um estudo da arte sobre cidades patrimônio e outros assuntos ligados a este fenômeno, por meio de periódicos e outras disciplinas.
- 2) Levantamento de informações para caracterização das cidades patrimônio brasileiras (Anexo I) por meio do Arquivo Noronha Santos do Iphan e dos relatórios do Programa Monumenta. A partir desse levantamento, das centenas de conjuntos urbanos tombados, foram caracterizadas como cidades patrimônio relevantes para esta pesquisa – a partir das disposições já apresentadas – apenas 64.

- 3) Levantamento de dados primários, por meio de entrevistas com atuais e antigos servidores do Iphan, como Luis Fernando de Almeida, presidente do Iphan entre 2006 e 2012, Anna Eliza Finger, coordenadora-geral de cidades do Depam/Iphan, e Márcia Chuva, colaboradora do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural do Iphan. Para tal, foram aplicados questionários semiestruturados com o fim de abarcar um período da história da instituição federal no qual a bibliografia ainda é escassa (1991 a 2012).
- 4) Realização de trabalhos de campo nos três estudos de caso eleitos durante o segundo semestre de 2013 para o mapeamento dessas cidades patrimônio, reconhecimento de seus espaços, elaboração de memória visual e realização de entrevistas com técnicos das superintendências estaduais do Iphan, técnicos municipais e comunidades locais. Foram visitadas as cidades de Teresina (PI), Oeiras (PI), Piracuruca (PI), Parnaíba (PI), Iguape (SP) e Cataguases (MG).
- 5) Levantamento e coletânea de bases cartográficas junto ao Iphan e às prefeituras municipais, visando constituição de um fundo que permitiu elaboração cartográfica própria para subsidiar esta pesquisa.

Finalmente, é importante ressaltar que a presente pesquisa está inserida no âmbito de novos esforços junto à ciência geográfica na atualidade, quando as discussões na esfera do patrimônio cultural, enquanto política pública, tornam-se relevantes socialmente, uma vez que acarretam uma hierarquização no plano da representação dos espaços urbanos através de suas escolhas, e estas não se dão apenas no campo técnico, mas também no campo ideológico.

Ainda nesse contexto da ciência geográfica, questões referentes ao patrimônio se justificam, pois, segundo Santos (1997), os testemunhos do passado, resultantes da acumulação desigual dos tempos, ficam marcados na paisagem, revelando um dinamismo evolutivo através dos tempos (diacrônico), resultante do processo espacial. Os objetos são expressos pelas formas, embora fixas, que se reportam aos diferentes extratos sociais. A forma é o aspecto visível, refere-se a uma maneira de organização do presente e, mesmo tentando ignorar seu passado, este continua descrito em suas formas.

CAPÍTULO 1

A CONSTRUÇÃO DA CIDADE PATRIMÔNIO

Mostra-se hoje de fundamental relevância discutir os processos de reconhecimento do patrimônio cultural no século XXI, visto que nesse período as políticas culturais adquiriram um novo espaço e dinâmica no âmbito das políticas públicas federais. Contudo, antes de evidenciar tais processos, é necessário discutir o processo de construção das cidades patrimônio.

O patrimônio historicamente se constitui enquanto campo de disputas, campo em que os grupos sociais hegemônicos têm seus sustentáculos de identidade melhor representados, contudo, Canclini (1994) salienta que apenas esse apontamento é insuficiente para entender o patrimônio como tal. Para o autor:

A sociedade não se desenvolve apenas por meio da reprodução incessante do capital cultural hegemônico, nem o lugar das classes populares se explica unicamente pela sua posição subordinada. Como espaço de disputa econômica, política e simbólica, o patrimônio está atravessado pela ação de três tipos de agentes: o setor privado, o Estado e os movimentos sociais. As contradições no uso do patrimônio têm a forma que assume a interação entre estes setores em cada período. (CANCLINI, 1994, p. 100)

Desta forma, é importante ressaltar que o conceito de patrimônio cultural na atualidade corresponde ao conjunto de bens culturais de valor reconhecido por um determinado grupo. Os bens culturais são todos os artefatos, construções, saberes, formas de expressão, celebrações, lugares e obras de arte produzidas artesanal ou industrialmente pela humanidade, ou que, mesmo não sendo produzida por esta, estejam ligados às práticas sociais e à memória coletiva, como a natureza.

Aqui cabe salientar a importante contribuição da Constituição de 1988, que, além de alargar o conceito de patrimônio cultural, ampliou significativamente as responsabilidades pela sua preservação entre a União, estados, municípios e as comunidades, apontando também para outros instrumentos de preservação afora o tombamento. Nesse sentido, Meneses (2009, p. 33) destaca que:

[...] era o poder público que instituía o patrimônio cultural, o que só se comporia de bens tombados. O tombamento, portanto, tinha papel instituinte de valor cultural – daquele valor que credenciava a inclusão do bem num rol formalmente definido. Ao inverso, a nova Constituição Federal reconheceu aquilo que é posição corrente, há muito tempo, nas ciências sociais: os valores culturais (os valores, em geral) não são criados pelo poder público, mas pela sociedade. O patrimônio é antes de mais nada um fato social – essa afirmação, nos órgãos de preservação, nas décadas de 1970 e 1980, provocava escândalos e alimentava mal-entendidos.

Nesse sentido, o Estado continua participando do processo de criação desses valores, privilegiando determinados bens em detrimento de outros, mas sempre no jogo das práticas sociais. Compete agora ao poder público o caráter declaratório e a proteção com a colaboração da comunidade que atribui o valor. Porém, agora, mesmo sem qualquer intervenção do poder público, existe o patrimônio cultural nacional (MENESES, 2009). Isso se deve ao fato do valor cultural não ser inerente aos bens, mas ser produto do jogo concreto das relações sociais. Os valores que qualificam objetos, práticas e ideias não são imanentes. Os bens culturais não têm em si sua própria identidade, mas a identidade que os grupos sociais lhe conferem (MENESES, 1996).

Por se constituir em objetos, práticas e ideias cuja identidade é atribuída por diferentes agentes, os valores se constituem como um campo de conflitos e disputas. Como destaca Meneses (2009, p. 38):

O campo dos valores não é um mapa em que se temam fronteiras demarcadas, rotas seguras, pontos de chegada precisos. É, antes, uma arena de conflitos, de confronto – de avaliação, valoração. Por isso, o campo da cultura e, em consequência, o do patrimônio cultural, é um campo eminentemente político.

As primeiras ações voltadas à salvaguarda do patrimônio ocorreram na Inglaterra e na França¹. Contudo, até então, a cidade não era entendida como objeto patrimonial, mas apenas os seus monumentos isolados. A preocupação com a preservação de fragmentos das cidades, ou delas como um todo, começa a surgir na França a partir das denominadas “Reformas

¹ Conforme Choay (2006), as primeiras ações voltadas à salvaguarda do patrimônio ocorreram na Inglaterra, quando um grupo de eruditos passa a se dedicar a colecionar objetos antigos, desenhando-se assim um processo de valorização do passado através de artefatos que testemunharam a história nacional. Mas é com a Revolução Francesa em 1789 que o Estado passa a assumir em caráter oficial a função de salvaguardar os elementos que testemunharam o passado, de conceber os espaços eleitos, em especial os expropriados do clero, da monarquia e dos imigrantes e que passam a ser tutelados pelo Estado francês. Segundo a autora, o objetivo que se pretendia alcançar através dos valores atribuídos ao patrimônio nacional recém-inventado seria: (1) o valor nacional, em que se evoca uma suposta identidade nacional. Para a autora, “na França revolucionária, foi o valor nacional que legitimou todos os outros, dos quais é indissociável, e a cujo conjunto hierarquizado ele comunica seu poder afetivo” (ibid, p.116); (2) o valor cognitivo, que evoca a cidadania, “portadores de conhecimentos específicos e gerais, para todas as categorias sociais” (ibid, p.117); (3) o valor econômico vinculado ao turismo, mesmo que este só tenha se concretizado na França um século depois, pois já se enxergava no patrimônio nascente um potencial atrativo turístico inspirado no modelo italiano, em particular o de Roma; e (4) o valor artístico, que hierarquicamente se encontrava em último lugar, “condição compreensível numa época em que, salvo um meio culto e esclarecido, o conceito de arte ainda é impreciso e a noção de estética mal acaba de surgir” (ibid, p.118).

Urbanas de Paris”, promovidas por Haussmann na segunda metade do século XIX. Estas, em nome da higiene, do fluxo e da estética, destruíram bairros inteiros da cidade de Paris, pois entendiam os velhos quarteirões “como obstáculos à salubridade, ao trânsito, à contemplação dos monumentos do passado que é preciso desobstruir” (CHOAY, 2006, p. 176).

A própria Comissão de Monumentos Históricos – criada no bojo da Revolução Francesa –, que criticava os largos espaços haussmannianos e a monotonia das novas avenidas de Paris, se limita a propor o desvio das novas vias apenas para poupar algum monumento, não a continuidade da malha citadina.

Segundo Choay (2006), as principais dificuldades para se conceber a cidade como objeto patrimonial se dava pela sua escala, sua complexidade, a longa duração de uma mentalidade que identificava a cidade a um nome, a uma comunidade, a uma genealogia, a uma história de certo modo pessoal, mas que era indiferente ao seu espaço. A autora salienta ainda que, antes do início do século XIX, eram praticamente inexistentes cadastros e documentos cartográficos confiáveis, o que impossibilitava a compreensão dos modos de produção e das transformações do espaço da cidade ao longo do tempo.

Nessa conjuntura de renovação das cidades francesas promovidas por Haussmann nasce a noção de patrimônio urbano histórico. Para a autora, esta se constituiu na contramão do processo de urbanização dominante, como resultado de uma dialética da história que se processa entre três abordagens sucessivas das cidades antigas: a memorial, a histórica e a historial.

A primeira abordagem surge na Inglaterra no começo da década de 1860, simultaneamente ao início das Reformas Urbanas de Paris. Para os defensores da abordagem memorial das cidades, as texturas das malhas antigas eram a essência das cidades, o que fazia delas um objeto patrimonial intangível e que deveria ser protegido incondicionalmente. Essa posição se dava também, em grande medida, pela atribuição de valor à arquitetura doméstica que deveria continuar sendo habitada como no passado. Assim, estas seriam a garantia de preservação da identidade pessoal, local, nacional e humana, contrapondo-se às transformações dos espaços das cidades que estavam em vias de se realizar, não admitindo que fossem uma exigência da transformação da sociedade ocidental, militando pela sobrevivência da cidade ocidental pré-industrial.

Já a figura histórica realizava uma análise das disposições espaciais da cidade antiga, da sua morfologia. A partir desta análise, apontavam para o fato de que, desde a cidade antiga

até a cidade barroca, diferentes configurações do espaço não cessaram de irradiar uma beleza que os lugares contemporâneos nunca logram oferecer. Essa abordagem possuía dois papéis: o propedêutico e o museal.

O papel propedêutico se dava a partir do estudo da morfologia das cidades antigas e, portanto, a história formal do seu espaço constitui um instrumento de investigação singular para o estudo das cidades, reconhecendo que a organização destes espaços – os cheios e vazios – abrem o caminho de uma estética urbana excepcional que possui um papel pedagógico em relação às cidades antigas e aos problemas que elas suscitam.

Já o papel museal da figura histórica interpreta a cidade antiga como objeto raro, frágil, precioso para a arte e a história e que, como as obras conservadas nos museus, deve ser colocada fora de circulação; sendo assim, para Choay (2006), tornando-se histórica ela perde sua historicidade. Essas concepções de cidade histórica tinham como principais defensores os arqueólogos que descobriram as cidades da Antiguidade, que pensavam a musealização das cidades antigas aos moldes das já desabitadas cidades da Antiguidade. Nesse sentido, a cidade, o centro ou o bairro museal impõem-se por si mesmos como totalidades singulares, independentemente dos seus componentes sociais.

Ou seja,

A estrutura urbana pré-industrial e sobretudo as pequenas cidades ainda quase intactas passam a ser vistas como frágeis e preciosos vestígios de um estilo de vida original, a uma cultura prestes a desaparecer, que deveriam ser protegidos incondicionalmente e, nos casos extremos, postos de lado ou transformados em museus. (CHOAY, 2006, p. 193)

Já a figura historial da cidade antiga se define como a síntese e superação das figuras precedentes. Esta atribuía, simultaneamente, um valor de uso e um valor museal às cidades antigas, integrando-os numa concepção geral da organização do território. Surgida na Itália, essa concepção previa a mudança de escala imposta ao meio construído pelo desenvolvimento da técnica, tendo como consequência novos modos de conservação dos conjuntos antigos: para a história, para a arte e para a vida presente. Assim, Choay (2006) salienta que o patrimônio urbano adquire seu sentido e valor não tanto como objeto autônomo, mas como elemento e parte de uma doutrina original da urbanização.

Dessa forma, uma cidade histórica se constituiu em um monumento, mas ao mesmo tempo em um tecido vivo, que tem sua preservação definida em três grandes princípios por Choay (2006, p. 200):

Em primeiro lugar, todo fragmento urbano antigo deve ser integrado num plano diretor local, regional e territorial, que simboliza sua relação com a vida presente. Nesse sentido seu valor de uso é legitimado, ao mesmo tempo, do ponto de vista técnico, de um trabalho de articulação com as grandes redes primárias de ordenação, e do ponto de vista humano, pela manutenção do caráter social da população [...]. Em seguida, o conceito de monumento histórico não poderia designar um edifício isolado, separado do contexto das construções no qual se insere. A própria natureza da cidade e dos conjuntos urbanos tradicionais, seu ambiente, resulta desta dialética da “arquitetura maior” e de seu entorno. É por isso que, na maioria dos casos, isolar ou “destacar” um monumento é o mesmo que mutilá-lo. O entorno do monumento mantém com ele uma relação essencial [...]. Finalmente, preenchidas essas primeiras condições, os conjuntos urbanos requerem procedimentos de preservação e restauração análogos aos que foram definidos por Boito para os monumentos. Transpostos para as dimensões do fragmento ou do núcleo urbano, eles têm por objetivo essencial respeitar sua escala e morfologia, preservar as relações originais que neles ligaram unidades parcelares e vias de trânsito.

Assim sendo, admitiam-se intervenções que respeitassem o ambiente e o espírito dos lugares, materializados no espaço. Para a autora, essas cidades patrimônio constituíam-se na base fragmentada e fragmentária de uma dialética da história e da historicidade, em que cada objeto patrimonial é um campo de forças oposto que cumpre levar a um sistema de equilíbrio, singular a cada caso, salientando que é na administração dessa dinâmica conflituosa que se confere às malhas antigas o seu valor social.

No Brasil, como destaca Fonseca (2009), desde o século XVIII são encontradas referências a iniciativas visando à salvaguarda do patrimônio, contudo, apenas em 1933 surge a primeira lei federal referente a essa temática, o decreto nº 22.298, de julho de 1933, que elevou a cidade de Ouro Preto (MG) (Figura 1) à categoria de Monumento Nacional com a justificativa de este ser o lugar da formação da nacionalidade brasileira, além da presença de diversas obras de arte:

Considerando que a cidade de Ouro Preto, antiga capital de Minas Gerais, foi palco de acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras de arte, que merecem defesa e conservação. (BRASIL, 1933)

Sendo assim, a declaração de Ouro Preto como Monumento Nacional foi feita dentro dos ideais nacionalistas, como na França, porém no Brasil embalado pelo movimento modernista composto por intelectuais, artistas e arquitetos, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Lúcio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade². Estes tinham como princípio

² Surgem duas novas vertentes arquitetônicas que disputaram o seu lugar junto à máquina do Estado: os neocolonialistas e os modernistas, ambos modernos, assim como o ecletismo, tornando o campo do patrimônio, desde sua gênese, em um campo de disputas. Para Mello (2006, p.97) “nessa reconstituição, a prevalência de uma mesma periodização presente nos escritos de [Ricardo] Severo, Wash Rodrigues, José Marianno Filho, Mario de Andrade e Lúcio Costa é curioso. Para todos, nossa tradição arquitetônica fora lentamente se constituindo desde o descobrimento do Brasil, para desabrochar com toda exuberância e autenticidade entre os

criar uma nova arte capaz de retratar a nação na tentativa de inseri-la entre os países mais modernos e civilizados do mundo.

Portanto, quando esse grupo de modernistas olha para Ouro Preto, eles buscam a identidade brasileira através das obras da civilização, e encontram nesta cidade construções coloniais que mantinham uma unidade estilística original, que para eles representava essa autenticidade nacional.

FIGURA 1

Ouro Preto/MG, a primeira cidade declarada Monumento Nacional do Brasil



Foto do autor, 2012.

Desta forma, é importante enfatizar que esse grupo de modernistas que inaugurou o processo de proteção do patrimônio via as cidades como grandes obras de arte, monumentos únicos e íntegros, deixando a população que lá vivia subordinada a essa visão idealista, não sendo elas nem mencionadas.

É importante lembrar que o reconhecimento de Ouro Preto como o primeiro Monumento Nacional feito pelo Estado brasileiro se deu em um período de estagnação

séculos XVII e XVIII, sobretudo em Minas Gerais. O verdadeiro caminho seguido pela arquitetura brasileira ao longo deste período teria sido interrompido no século XIX por um ecletismo cosmopolita ao ‘meio’ e às ‘tradições’ nacionais. As divergências começam a aparecer justamente neste ponto. Para uns, como Severo e Marianno, a verdadeira atualização da arquitetura brasileira propiciada pela retomada do fio da meada ‘tradicional’ interrompido pelo ecletismo, se dava com aquilo que ficou conhecido como neocolonial. Para outros, como Lucio Costa e Paulo Santos, isso só ocorreria de fato com o advento do moderno”.

econômica local, o que facilitava a sua preservação enquanto obra de arte, enfatizando o caráter visual e paralisado da cidade no tempo.

Em 1933, pela primeira vez, a preservação de bens de interesse cultural é citada em um texto constitucional, ao dispor que “cabe à União e aos Estados proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico e artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte” (BRASIL, 1934), havendo, assim, a consagração do patrimônio histórico e artístico como um princípio constitucional.

Contudo, a primeira proposta de lei no sentido de garantir a salvaguarda do patrimônio cultural de forma ampla e global se deu através do anteprojeto de lei criado por Mário de Andrade, em 1936, que se esforçava em abranger uma noção de patrimônio no sentido amplo e global, em que lugares, objetos, fazeres, saberes, manifestações eruditas e populares se colocavam como sustentáculos de uma memória nacional.

Apesar disso, foi o Decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937, a primeira lei brasileira específica referente à preservação do patrimônio, quando se organizou a salvaguarda dos bens culturais através do tombamento³. Ao contrário do anteprojeto de Mário de Andrade, que se preocupava com a conceituação do patrimônio e com a função social do futuro órgão de preservação, em que o Estado deveria coletivizar o saber, o Decreto-lei 25/37 buscou, basicamente, garantir ao novo órgão que surgia os meios legais para a sua atuação.

Assim, nesse contexto, Getúlio Vargas, apoiado pelos intelectuais modernistas⁴, criou em 1937 o Iphan⁵, órgão que passará a replicar o modelo de preservação de patrimônio adotado em Ouro Preto, a cidade “obra de arte”, para as outras cidades do Brasil até os anos 1980. Tal modelo, porém, se enraizou tanto que até hoje faz parte do discurso da instituição.

³ “O tombamento surgia, assim como uma fórmula realista de compromisso entre o direito individual à propriedade privada e a defesa do interesse público pela preservação de valores culturais” (FONSECA, 2009, p.105).

⁴ As políticas de patrimônio ostentam as marcas deste momento de ascensão dos intelectuais na máquina de Estado e da disputa entre as vertentes arquitetônicas. A escolha do barroco mineiro como ponto de partida para toda essa política não se deu por acaso, jovens intelectuais mineiros, como Gustavo Capanema e Rodrigo Mello Franco de Andrade foram os responsáveis pela “revalorização daquele repertório que eles mesmos mapearam e definiram como a ‘memória nacional’” (MICELI, 1987, p.44), estes foram os responsáveis pela criação do Iphan.

⁵ Durante os seus 78 anos de existência, o órgão federal de preservação possuiu várias designações, o que mostrava o seu lugar na estrutura política de governo. Foi criado como SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1937, assumindo a sigla de DPHAN (Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1946, IPHAN em 1970, voltando a ser SPHAN em 1979, IBPC (Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural) em 1990 e, por fim, novamente IPHAN em 1995. Contudo, por preferência, o órgão de preservação do patrimônio cultural federal será referido sempre como Iphan.

Assim como na França, houve no Brasil, desde o século XIX, uma preocupação com a definição de uma identidade nacional. Nesse contexto, o patrimônio nacional deveria remeter a um passado relacionado a eventos, símbolos, personagens e representações materiais convenientes à reescrita do passado dentro do projeto de nação idealizado à época, então é eleito o período colonial.

Além da eleição do período colonial, assim como no modelo francês, optou-se pelos bens imóveis, em particular os monumentais, como sustentáculos dessa identidade nacional, tornando este, então, um embate do campo da arquitetura. No início do século XX, tendo claro que o período que deveria representar a nação seria o colonial, os arquitetos entenderam que os edifícios construídos entre os séculos XVI e XVIII reuniam os elementos necessários para que fossem os representantes dessa tradição artístico-arquitetônica nacional.

Assim, a própria proposta de lei criada por Mário de Andrade para a preservação do patrimônio cultural não era politicamente viável à época por ter sido constituída a partir da visão de um paulistano cosmopolita inserido em uma sociedade complexa e em ritmo de transformação, marcada pelos processos de imigração, urbanização e industrialização, o que não atendia aos interesses dos intelectuais mineiros, tanto é que “a generosidade etnográfica da proposta andradiana revelou-se descompassada das circunstâncias daquele momento, ao passo que a entronização do barroco firmou-se como a pedra de toque da política de preservação” (MICELI, 1987, p. 44). Logo, o Iphan é o resultado da união entre os intelectuais mineiros e um regime autoritário empenhado em construir uma identidade nacional “iluminista no trópico dependente” (MICELI, 1987, p. 44).

Fonseca (2009, p. 92) nos lembra que não apenas os intelectuais mineiros valorizavam a arquitetura de Minas Gerais:

Para os modernistas Minas se constituiu, desde a segunda década do século, em polo catalisador e irradiador de ideias. Foi numa viagem a Minas, em 1916, que Alceu Amoroso Lima e o então jovem Rodrigo Melo Franco de Andrade descobriram o barroco e perceberam a necessidade de proteger os monumentos históricos. Foi numa viagem a Diamantina, nos anos 20, que o arquiteto Lucio Costa, então adepto ao estilo neocolonial, teve despertada a sua admiração pela arquitetura colonial brasileira. Foi também em viagens a Minas, uma delas em 1924, acompanhando o poeta Blaise Cendrars, que Mário de Andrade entrou em contato com a arte colonial brasileira [...]. O fato é que não só mineiros, como cariocas, paulistas e outros passaram a identificar em Minas o berço de uma civilização brasileira, tornando-se a proteção dos monumentos históricos e artísticos mineiros – e, por consequência, do resto do país – parte da construção da tradição nacional.

Deste modo, foi com a regulamentação do Decreto-lei 25/37 e com a criação do Iphan em 1937 – com a ascensão dos modernistas à máquina do Estado – que se institucionalizou

uma política de preservação no Brasil sob os ideais nacionalistas, com a centralização das decisões nas mãos do Estado e a valorização da arquitetura inspirada no modelo francês.

1.2. Da cidade-monumento à cidade-documento

Seguindo os questionamentos que compõem a problematização desta pesquisa, pretende-se agora refletir como as políticas federais de preservação do patrimônio cultural olham para as cidades patrimônio do ponto de vista da atribuição de valores. Para tanto, primeiramente parte-se de uma revisão bibliográfica consolidada, baseada em Chuva (2009), Fonseca (2009), Mota (2000) e Sant'Anna (1995), para entender o processo de valoração ao longo do século XX. Este varia entre a concepção da cidade como uma relíquia material que a civilização brasileira produziu, ressaltando seus valores estéticos e estilísticos, ou como um objeto rico em informações sobre a vida e a organização social brasileira ao longo de sua história, o que Sant'Anna (1995) denomina, respectivamente, de cidade-monumento e cidade-documento. A revisão bibliográfica mostra uma clara sobreposição da primeira em detrimento da segunda na instrução dos processos de tombamento das cidades patrimônio em âmbito federal.

Como já foi mencionado, o primeiro bem oficialmente declarado como Monumento Nacional no Brasil foi a cidade de Ouro Preto, em 1933. Para Sant'Anna (1995), embora de caráter assistemático e pontual, essa ação marcou o início da cidade mineira como cidade-paradigma da nacionalidade, berço da nossa cultura e obra de arte a ser conservada em sua total integridade.

Nesse sentido, as cidades mineiras tombadas em 1938 despontam como lugares onde teria sido operada a síntese de elementos que forjaram a cultura brasileira. O tombamento dessas cidades significou a oficialização dessa ideia, e esta ficava melhor expressa em uma cidade do que em um monumento. Assim, o que os modernistas pretendiam era poupar certas configurações citadinas consideradas por eles excepcionais como registro de memória e representativas de uma tradição que se empenharam em construir.

Sant'Anna (1995, p. 128) destaca que:

Essas cidades são escolhidas, entre outras do mesmo estado e do mesmo período, porque são percebidas como obras de arte excepcionais, verdadeiras relíquias da civilização do ouro. São também escolhidas porque estavam imersas em tal estado de estagnação econômica que seu tombamento aparentemente em nada as abalaria, ao contrário, as resguardaria numa possível mudança de realidade.

Nesse sentido, fica marcado também que os arquitetos modernistas optaram por áreas estagnadas economicamente, pois esse fato protegeria o então recente instrumento de preservação – o tombamento – de contestações.

Conforme Fonseca (2009), durante os primeiros 30 anos de atuação do Iphan⁶, os critérios de seleção, autenticidade e restauração desses bens eram sustentados basicamente na autoridade e no notório saber dos intelectuais integrantes da instituição. A autora destaca que o valor estético do bem, que era atribuído conforme a visão dos arquitetos modernistas, que constituíam a maioria dos funcionários do Iphan, predominou sobre todos os outros no trabalho de construção do patrimônio histórico e artístico nacional. Assim, a avaliação do valor histórico ficava em segundo plano, restrito à vinculação do bem aos fatos memoráveis da história do Brasil.

Logo, no que se refere à salvaguarda de conjuntos urbanos, o tratamento metodológico adotado na instrução dos processos de tombamento identificam as representações do espaço como monumentos, as **idades-monumentos**. Como aponta Sant’Anna (1995, p. 137):

Essa identificação, além de remeter a uma preservação global do objeto urbano, implicou também a sua apreensão como obra de arte, objeto de época ou um todo fechado, cuja expansão ou modificação jamais poderia ocorrer em seu próprio âmbito, mas somente fora dele e bastante afastado. A expressão cidade-monumento, correntemente utilizada na época, indica esplendidamente essa aproximação que, além de fundamentar a abordagem mais propriamente urbanística do problema, também teve importantes reflexos nas regras que foram montadas nessa época para a aceitação de construções novas nessas áreas.

Na prática, a cidade concebida como monumento consiste na supervalorização do componente estético, é a cidade concebida enquanto obra de arte, resultando em um descaso aos seus componentes sociais e econômicos, o que repercute nos usos e atividades desenvolvidas nessas cidades patrimônio e nas possibilidades reais de conservação. Essa concepção de cidade-monumento “possibilitou a construção de um quadro conceitual e metodológico para desenvolvimento de ações que até hoje marcam profundamente a instituição” (SANT’ANNA, 1995, p. 117).

Tal fato se dá pelo êxito dos modernistas fundadores do Iphan na construção e definição do discurso referente à definição do patrimônio nacional, o que Bourdieu (2011) define de poder simbólico.

⁶ A historiografia clássica do Iphan divide sua trajetória entre “Fase Heroica”, quando este esteve sob direção de Rodrigo Mello Franco, e “Fase Moderna”, sob a direção de Aloísio Magalhães. Contudo, esses termos não serão utilizados para não fortalecer tal dicotomia que confere à fase em que as questões estéticas e estilísticas de valoração são associadas como a principal fase de atuação do órgão de preservação do patrimônio.

Para o autor, os sistemas simbólicos exercem um poder estruturante, na medida em que são também estruturados. A estruturação decorre da função que os sistemas simbólicos possuem de integração social para um determinado consenso. O consenso aqui apresentado é o da hegemonia, ou seja, de dominação de um quadro conceitual e metodológico que se impõe. Assim, “as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material e simbólico acumulados pelos agentes” (BOURDIEU, 2011, p. 11). O que ocorre é uma relação de luta, principalmente simbólica, que as diferentes classes estão envolvidas para impor a definição do mundo social conforme seus interesses.

Os sistemas simbólicos diferenciam-se segundo sua instância de produção e de recepção. E a autonomia de determinado campo constitui-se na medida em que um corpo especializado de produtores de discursos se desenvolve. Segundo Bourdieu (2011, p. 14):

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. [...] O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é a da competência das palavras.

Desse modo, o poder simbólico é uma forma transformada e legitimada de outras formas de poder. No nosso caso, o poder de legitimar uma prática baseada em critérios de reificação da arquitetura e da técnica relacionados a um determinado estilo e a valores estéticos dos arquitetos modernistas que atuavam no Iphan. Assim, a instituição veiculou uma imagem hegemônica para a nação brasileira ao longo de 30 anos, imagem dominante até os dias de hoje.

Contudo, mesmo que o tratamento metodológico dado à instrução dos tombamentos dos conjuntos urbanos fosse o das cidades-monumentos, durante essas três décadas iniciais do instituto federal houve fatos e políticas que influenciaram este modelo de salvaguarda, causando variações.

Primeiramente, entre 1937 e 1947, tem-se a construção ideológica de passado, o que se refere aos tombamentos apontados por Chuva (2009, p. 31) como:

Momento que consagrou uma feição particular de uma identidade própria do SPHAN, naturalizando procedimentos e um dado conceito de patrimônio histórico e artístico nacional. Este momento foi aqui demarcado como a da gênese e da consagração de “patrimônio nacional” no Brasil [...]

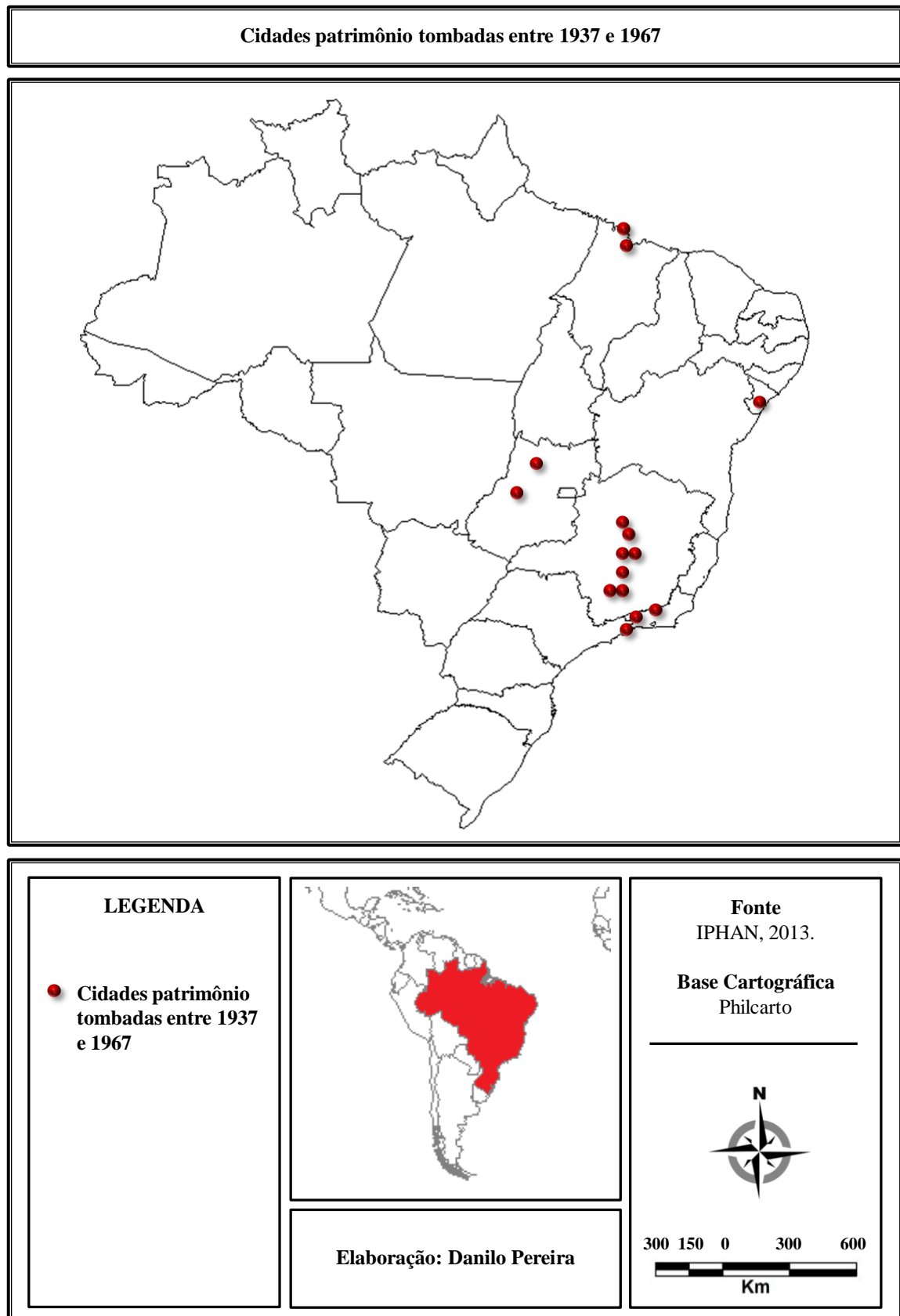
Assim, nesse período, todas as cidades tombadas se localizavam em Minas Gerais, com exceção de Alcântara no Maranhão (Mapa 1). De tal modo, essa primeira distribuição geográfica dos tombamentos, para Sant’Anna (1995), evidencia duas coisas: que não se havia a intenção de selecionar exemplares que pudessem estabelecer um quadro de urbanismo colonial ou representar o fenômeno de ocupação do território; e demonstra a intenção de restringir a seleção às cidades consideradas representativas do momento de formação da nacionalidade, que contivessem e apresentassem de modo mais íntegro e hegemônico os traços materiais dessa civilização. Por conseguinte, para Chuva (2009, p. 62):

Essa centralidade mineira configurou-se também, e sobretudo, nas representações acerca do patrimônio histórico e artístico nacional, em que a produção artística e arquitetônica do século XVIII de Minas Gerais não somente foi consagrada, como considerada paradigmática e modelar para o restante do Brasil, cujo patrimônio passou a ser analisado e comentado à luz do patrimônio mineiro – padrão de qualidade a ser buscado.

A segunda variação da cidade-monumento indicou que o critério de brasilidade foi se flexibilizando, entretanto, os processos de tombamento desses bens mostram que a apreciação artística e estética é o que ainda comandava a seleção. Entre o início da década de 1950 e o final da década 1960 tem-se uma expansão geográfica dos tombamentos até o Rio de Janeiro, Goiás, Pernambuco e Sergipe, com os tombamentos de Paraty (RJ), Pilar de Goiás (GO) e São Cristóvão (SE). Começam também o tombamento de exemplares da arquitetura e das configurações citadinas no século XIX, como Vassouras (RJ), Petrópolis (RJ) e São Luís (MA).

De tal modo, até o final da década de 1960 as cidades eram tombadas, quase sempre, pelo seu valor artístico e inscritas no Livro de Tombo de Belas Artes. Para Chuva (2009), essas inscrições se justificavam pelas seguintes características: homogeneidade do conjunto, com predomínio da arquitetura típica dos séculos XVII e, principalmente, XVIII; a integridade do conjunto, isto é, poucas alterações realizadas nos elementos arquitetônicos das edificações ou sistemas construtivos; e traçado das vias da cidade mais ou menos espontâneo, caracterizando assim as cidades na América portuguesa durante o período colonial.

MAPA 1
Cidades patrimônio tombadas entre 1937 e 1967



Fonte: IPHAN, 2013. Elaborado pelo autor.

Vale destacar que Congonhas (MG), São Cristóvão (SE), Petrópolis (RJ) e Vassouras (RJ) foram inscritas apenas no Livro de Tombo Etnográfico, Arqueológico e Paisagístico por serem conjuntos considerados descaracterizados, com exceção desta última que, embora íntegra, por ter sido fundada no século XIX não apresentavam as atribuições necessárias à época para ser inscrita no livro de Belas Artes.

Destarte, Sant'Anna (1995, p. 134) verifica que:

[...] embora os critérios de seleção das cidades-monumentos tenham sofrido um ligeiro alargamento no final do período, incluindo o interesse histórico e paisagístico, o valor artístico continuou predominante e vinculado às concepções que informaram os primeiros tombamentos em 1938.

É importante salientar também que a cidade concebida como monumento, no que diz respeito às operações de conservação, considera que elas devem ser regidas pelo princípio geral de que a integridade de uma cidade patrimônio deve ser mantida com os mesmos critérios aplicáveis a um monumento singular. Desta forma, através das intervenções se buscava, segundo a autora, as seguintes práticas: expansão em áreas separadas, manutenção dos sistemas construtivos originais das edificações do conjunto e preservação de sua aparência exterior, inclusive cores. Quanto às novas edificações, mesmo condenando a falsa ambientação, se buscava a chamada equivalência harmônica que apontavam para a reprodução das características arquitetônicas do conjunto no preenchimento das lacunas.

Por fim, após o exposto, no que se refere às cidades tombadas como cidade-monumento, é importante salientar que:

A área urbana, embora já completamente percebida como objeto de preservação e símbolo da nacionalidade, era ainda um objeto patrimonial excepcional, inclusive em termos do número de tombamento, em função das exigências de qualidade e homogeneidade artística então vigente. (SANT'ANNA, 1995, p. 148)

Motta (2000) destaca que o acervo selecionado com base em critérios estético-estilísticos e de excepcionalidade como patrimônio nacional, assimilada como natural, formou um quadro social da memória e incorporou-se à memória social, circunscrevendo as ações dos períodos subsequentes, mesmo que baseados em propostas diferentes.

Deste modo, para a autora:

[...] a imagem da nação foi apropriada como ideia *lato sensu*, ficando esquecidas a origem e os motivos da escolha dos imóveis e sítios coloniais e/ou excepcionais como patrimônio. Não houve consciência de que este patrimônio era um determinado recorte feito sobre a produção brasileira em acordo com um projeto e momento histórico específico, levando ao uso de critérios semelhantes de seleção do patrimônio cultural, observando-se aspectos estético-estilísticos e a

excepcionalidade, em contextos históricos diferentes e diante de novos projetos de identidade cultural. (MOTTA, 2000, p. 31)

Assim, o sentido inicial dos trabalhos do Iphan na construção da noção de patrimônio no Brasil repercutiu diretamente na sua atuação nas décadas seguintes, quando vigorou a imagem de um patrimônio excepcional. Ou seja, de acordo com a autora, a ênfase no valor artístico segundo o gosto educado dos arquitetos, as referências na história dos estilos, a ideia de uniformidade, à semelhança do que foi selecionado como objeto da memória nacional nos seus 30 primeiros anos de atuação, passou a identificar o valor de patrimônio, tornando-se padrão exigido na seleção dos objetos culturais para preservação, não considerando outros valores culturais que os objetos pudessem conter. Trata-se de um *status* de patrimônio incorporado à memória, correspondente a uma imagem a qual outros valores de caráter histórico, cultural, afetivo e cognitivo dos objetos não tiveram força para se somar.

A partir da década de 1970 a valoração das cidades patrimônio começa a mudar. Como destaca Motta (2000), o Iphan reconheceu a necessidade de abranger um acervo mais numeroso de cidades patrimônio, em vista do valor patrimonial para o desenvolvimento do turismo, e de promover o desenvolvimento das cidades que não mais poderiam ser tratadas como obras de arte finita. A autora salienta também que passou-se a admitir uma dinâmica da cidade, considerada improvável anteriormente, e a percepção da cidade a partir de diferentes fases de desenvolvimento fundamentava a perspectiva histórica e o seu desenvolvimento como objeto socialmente construído em permanente transformação e não limitada às suas qualidades artísticas, acabadas, prontas ou finitas, conforme desenvolvidas até então.

Contudo, é importante ressaltar que desde a década de 1950 a realidade das cidades brasileiras já é completamente diferente da qual viviam os intelectuais brasileiros que fundaram o Iphan. Até a década de 1940 a economia brasileira era marcadamente agroexportadora, apesar dos esforços do governo Vargas para promover a industrialização; apenas após a Segunda Guerra Mundial, com a substituição de importações, ela começa a ganhar espaço, espaço este que se consolida durante o governo Kubitschek.

No final dos anos 1950 a economia brasileira já estava pautada no modelo industrial voltado ao consumo interno. Essa conjuntura econômica e a instalação das indústrias junto às cidades do Sudeste estimulou o fluxo de pessoas para essa região. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1950 36% da população brasileira vivia nas cidades, nos anos 1960 esse índice era de 45% e nos anos 1970 56% dos brasileiros já viviam nas cidades.

Mesmo com as transformações sociais e econômicas do país, a estrutura interna do Iphan pouco se alterou. Isso se deve, para Sant’Anna (1995), ao trabalho realizado para afirmar a preservação como uma atividade eminentemente técnica e especializada, tornando o Iphan uma repartição imune a imposições e circunstâncias da política oficial. Soma-se a este fato a pouca, ou nenhuma, importância dada às questões culturais na época, e a homogeneidade intelectual do corpo técnico do instituto federal, composta por figuras proeminentes e prestigiadas no campo político e cultural, contribuindo para sedimentar o Iphan como uma instituição intocada e um tanto fechada em si mesma.

Assim, se até então as cidades-monumento apresentavam, na visão o Iphan, apenas problemas de manutenção das suas “excepcionais” características formais, agora passam a apresentar outros problemas em decorrência da industrialização e do fluxo migratório campocidade. O surgimento dessas questões encontra o Iphan completamente despreparado, e, para enfrentá-las, o órgão solicita em 1965 o apoio técnico da Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas (UNESCO).

Segundo Fonseca (2009), o modelo de salvaguarda do país – marcado pela preservação das características estéticas das cidades em si mesmas – havia tornado inadequada a atuação do Iphan, demandando a busca de novas soluções. Este seria o papel de Michel Parent, Inspetor dos Monumentos Franceses, enviado pela UNESCO para assessorar o Iphan na tarefa de formular novas políticas para a preservação do patrimônio, trazendo assim a discussão do turismo cultural para dentro da instituição.

Deste modo:

As transformações urbanas ocorridas a partir do final dos anos 50 colocam, portanto, os modernistas-preservacionistas brasileiros em situação de crise de identidade. Autores do discurso do futuro e do passado da nação começam a ser questionados pelas populações dos grandes centros urbanos que vêm ameaçadas o que restava da sua antiga qualidade de vida pela crescente verticalização e rodoviarização das cidades. O choque do petróleo e a desaceleração da economia em meado da década de 70 foram, de certo modo, providenciais, na medida em que pediram a exacerbação desse conflito e pouparam os modernistas do SPHAN de decisões cada vez mais difíceis. (SANT’ANNA, 1995, p. 157)

Nessa nova realidade que viviam as cidades brasileiras, a instrução dos processos dos tombamentos realizados entre 1968 e 1980 as concebia como **cidades-históricas**, segundo a proposta analítica de Sant’Anna (1995). A prática da representação do espaço das cidades-históricas é marcada por influências internacionais e nacionais que tenderam a flexibilizar o processo de eleição.

No âmbito internacional, em 1964 a Carta de Veneza pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), define no Art. 1º que:

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como a de sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. **Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural** (IPHAN, 2004, p. 92, grifo nosso).

Nesse sentido, tem-se o início de tombamentos mais ampliados, em que a cidade-histórica, além dos antigos valores artísticos, passa a testemunhar uma evolução da organização social, agregando-se assim a noção de paisagem, incluindo aspectos ambientais, o que leva ao aumento significativo das áreas tombadas para além dos perímetros originais, abarcando em alguns casos toda a cidade ou até o município.

Em âmbito nacional, tem-se em 1973, através de uma articulação do Ministério da Educação e Saúde (MES), por meio do Iphan, do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do Ministério do Planejamento (MP), a criação do Programa das Cidades Históricas (PCH) do Nordeste. Este se constituiu no principal motor de ações complementares de preservação das cidades patrimônio, oferecendo recursos para os estados e municípios que tivessem organizado seus sistemas de preservação, visando com isso ampliar a rede de preservação.

No que tange aos tombamentos desse período, como aponta Sant'Anna (1995, p. 175):

[...] a partir dos anos 60, a cidade-patrimônio deixa de ser concebida somente como cidade-monumento passando a ser vista também como testemunho da evolução da organização social, fazendo juz ao nome "cidade histórica". Aos antigos valores artísticos e históricos agrega-se o valor paisagístico como um critério predominante na seleção de áreas urbanas. A noção de paisagem de resto, sempre presente em todos os tombamentos extensos, ganha agora maior força, incluindo cada vez mais o aspecto ambiental e cada vez menos a questão puramente arquitetônica.

Pode-se observar uma evolução das representações do espaço da cidade-monumento, primeiramente como obra de arte fechada que atestava as origens culturais da nação, para uma cidade-monumento alargada, menos centrada nas questões da identidade nacional e com um discurso preservacionista de novas tipologias, tendo o instrumento do tombamento também como políticas urbanas destinadas a suprir necessidades regionais.

Contudo, a seleção de cidades patrimônio seguiu mais ou menos o modelo do período anterior, contudo, a autora registra a ocorrência de alguns tombamentos que fogem um pouco à regra. Sant'Anna (1995) salienta que algumas eleições não foram vinculadas à presença de um monumento-destaque ou à arquitetura do século XVIII e destaca o aumento do número de

idades patrimônio edificadas no século XIX, iniciando a discussão sobre o critério de atribuição de valor artístico e a possibilidade de tombamento de exemplares da arquitetura eclética.

Mas o que caracteriza mesmo o período foi a grande concentração de tombamentos na Bahia em decorrência do PCH (Mapa 2). O estado baiano foi o que mais ativamente participou do programa, obtendo um significativo volume de investimentos, que, associado à implantação no estado de um sistema de inventários e proteção do acervo de bens culturais, alimentou esses tombamentos com informações. Assim, a Bahia começou a se impor de maneira significativa no cenário nacional como um importante centro de estudos e pesquisas no campo do patrimônio.

Nesse sentido, Sant'Anna (1995, p. 176) destaca:

O exame dos processos mostra que a vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, aos ciclos econômicos que marcaram o processo civilizatório, a homogeneidade arquitetônica do conjunto e suas necessidades de ambientação, inclusive no que diz respeito a paisagem natural, foram os critérios adotados para os tombamentos e para a maioria das extensões. As cidades da Bahia, pertencentes ao ciclo da mineração, como Lençóis [Figura 2], Mucugê e Rio das Contas, foram tombadas como equivalentes baianos das cidades-monumento de Minas, embora sem tanta riqueza.

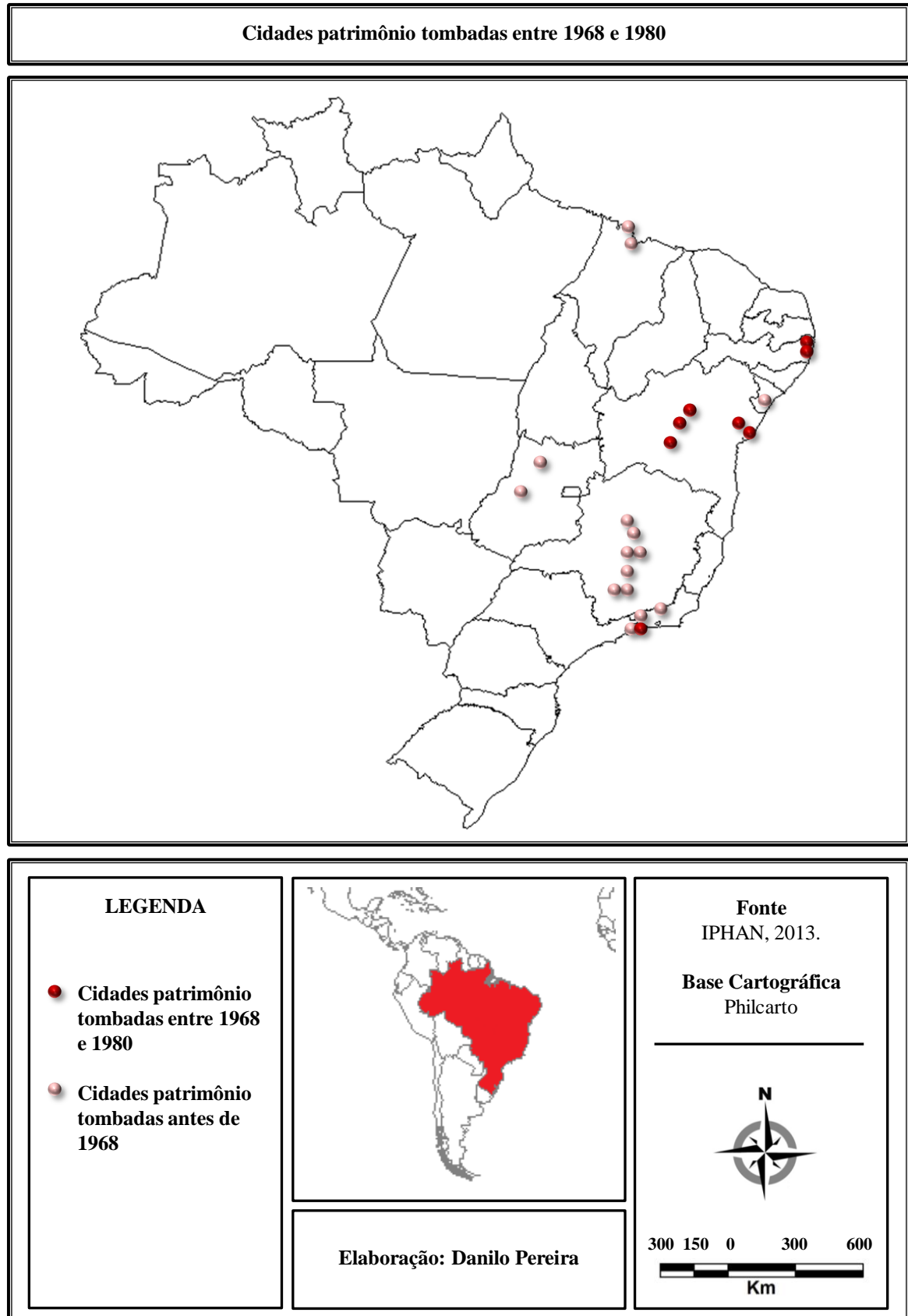
FIGURA 2
Lençóis/BA, exemplar baiano do ciclo do ouro



Foto de Vismar Ravagnani, 2011.

MAPA 2

Cidades patrimônio tombadas entre 1968 e 1980



Fonte: IPHAN, 2013. Elaborado pelo autor.

Assim, a autora observou que houve uma transformação da concepção de cidade patrimônio no período. No início, até meados da década de 1970, apesar do discurso do planejamento e das intervenções integradas, a visão predominante ainda foi a da cidade-monumento. Procurou-se valorizar economicamente o patrimônio pelo incremento do turismo, mas, como indicam as práticas de conservação, permaneceu a antiga concepção da cidade como obra de arte. A diferença é que a obra de arte fechada, que antes atestava as origens culturais da nação, agora era vista como meio de desenvolvimento econômico. A cidade-histórica é a cidade-monumento alargada em seus limites e apropriada de outra maneira. Já no final do período percebeu-se um claro movimento de mudanças desse conceito, menos centrado no aproveitamento turístico e cultural, o discurso preservacionista transforma as cidades patrimônio num instrumento de política urbana destinado a suprir necessidades e solucionar desigualdades sociais.

É importante salientar que mesmo com o PCH o Iphan permaneceu nos anos 1970 fechado e dominado por arquitetos de formação modernista, contudo, Motta (2000) salienta que no lugar da estabilidade predominante desde 1937, lidava-se agora com a variedade, um patrimônio apropriado por motivos diversos, fato inusitado em relação ao quadro anterior.

Associado a este fato, o final dos anos 1970 e início dos anos 1980 é marcado por uma forte crise econômica que dificultou a implementação de políticas de preservação baseadas exclusivamente em recursos públicos, como o PCH. Por outro lado, a crise de legitimidade do governo militar abriu espaço para a reformulação da política cultural e para uma revisão da noção de patrimônio⁷.

Marcado por um processo de revisão crítica dos procedimentos de instrução dos tombamentos e dos critérios de seleção, inicia-se os anos 1980 reivindicando-se maior transparência e legitimidade científica aos processos de valoração dos bens culturais. Para Sant'Anna (1995), esse momento marca a crise da avaliação puramente estética e arquitetônica das cidades patrimônio, em favor de uma abordagem mais ampla.

⁷ Esse processo de reformulação se inicia com a criação do CNRC (Centro Nacional de Referências Culturais) em 1975. Este possuía o objetivo de identificar situações que pudessem ser caracterizadas como peculiares à cultura brasileira e buscar nelas elementos que contribuíssem para um desenvolvimento tecnológico e social integrado a nossa realidade, dando ao produto brasileiro uma fisionomia e uma identidade própria. Tratava-se de colocar a questão da identidade nacional a serviço da elaboração de um modelo de desenvolvimento apropriado à realidade nacional. Ao CNRC congregaram-se intelectuais coordenados por Aloísio Magalhães; estes foram responsáveis pela elaboração dos conceitos que, no início dos anos 1980, definiram as políticas culturais e patrimoniais do Estado.

Desta forma, no que se refere aos tombamentos de cidades patrimônio entre 1981 e 2000, a grande mudança na prática de seleção se refere aos critérios estéticos que são deixados de lado e passam a ser fundamentados pelos valores históricos dos bens. Assim, ocorreu uma mudança de conceito, a cidade patrimônio passou a ser concebida como “documento histórico, um objeto cultural vinculado também à história, à etnografia, à arqueologia, ao urbanismo e a outras disciplinas, além da história da arte e da arquitetura, como era usual” (SANT’ANNA, 1995, p. 215), temos então, a **cidade-documento**.

Para esta autora, o processo de tombamento que marca a adoção desses novos procedimentos é o da cidade de Laguna (Figura 3), em Santa Catarina, que possui a seguinte fundamentação:

Em sua dimensão estritamente arquitetônica, o patrimônio construído do centro histórico de Laguna não apresenta as características de excepcionalidade normalmente adotadas como critérios para decidir sobre a oportunidade do tombamento. Sob este ponto de vista, não saberíamos eleger outra edificação que atenda individualmente àquele critério, além da Casa de Câmara e Cadeia, tombada em 1953 pelo então Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cremos, não obstante, tratar-se de documento precioso da história do país, menos como sede de acontecimentos notáveis – embora estes também tenham sido ali assinalados – do que pela escolha criteriosa do sítio; pelo papel que o povoamento pode desempenhar, em virtude de sua localização, no processo de expansão das fronteiras meridionais; e, sobretudo, pela forma urbana assumida afinal como precipitação espacial dos dois processos precedentes. (IPHAN, 1985, p. 9)

O parecer demonstra que o presente tombamento foi orientado pela sua valorização enquanto documento, que possibilita leituras a partir de informações contidas na sua configuração espacial e como representante do processo de ocupação do território brasileiro.

Ainda nos anos 1980, essa argumentação fundamentou os tombamentos das cidades patrimônio de Natividade (TO), São Francisco do Sul (SC) e Pirenópolis (GO). De acordo com Sant’Anna (1995, p. 218) agora estas não se constituíam mais como obra de arte, mas sim “como um documento que informa sobre a ocupação do território brasileiro e sobre os processos históricos de produção do espaço”. Assim, tem-se pela primeira vez o tombamento de áreas consideradas sem valor artístico, mas que representavam situações sociais e econômicas que marcaram a evolução das cidades brasileiras.

Ainda nesse sentido, Motta (2000, p. 108) destaca que essas cidades representavam:

[...] um marco da conquista do território brasileiro. Mas o quê desse território ocupado? A sua relação com o sítio natural que resulta de um complexo de elementos que representam materialmente processos de organização e evolução de uma cidade. Não se tratava da preservação da soma de valores individuais, mas dos vestígios do processo de ocupação e permanência do homem ocidental naquele lugar.

FIGURA 3

Laguna/SC, a primeira cidade patrimônio concebida como documento



Foto de Eliana Reinaldo, 2009.

Além dos processos de tombamento, essa perspectiva estruturou trabalhos de documentação e de inventários de cidades patrimônio já tombadas para atualizar critérios e normas de intervenção que considerassem as cidades enquanto processos, não permitindo mais desconsiderar os vestígios da história em nome de uma imagem idealizada. Por conseguinte, Motta (2000, p. 110) destaca:

O fundamental, diante dessa intenção, eram as informações contidas na forma dos sítios, incluindo os imóveis, lotes, arruamentos, becos, referências geográficas da ocupação, espaços de produção, convivência etc. O significado das formas construídas e suas diversas apropriações ao longo do tempo somam-se ao valor simbólico antes único a ser considerado e atribuído exclusivamente às características estilísticas dos bens culturais.

As cidades patrimônio tombadas nesse período foram, em sua maioria, apenas inscritas no Livro de Tombo Histórico e no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Mesmo o valor artístico sofrendo um processo de ampliação no discurso institucional, na prática a mudança não logrou a estas cidades o prestígio da inscrição no Livro de Tombo de Belas Artes. Cabe salientar também que, com exceção de Antonio Prado (RS) e Brasília (DF), as demais cidades patrimônio tombadas no período são representantes do período colonial, ou seja, os “novos critérios informaram muito mais a delimitação das

áreas dentro dessas cidades do que um novo inventário de objetos urbanos para proteção” (SANT’ANNA, 1995, p. 219).

Geograficamente, a década de 1980 se caracterizou pela expansão das cidades patrimônio para as regiões Centro-Oeste e Sul (Mapa 3). Assim, Pirenópolis (GO), Cuiabá (MT) e Corumbá (MS)⁸ representam a complementação das cidades patrimônio representantes da mineração, como na Bahia, e as cidades de Laguna (SC), São Francisco do Sul (SC) e Antônio Prado (RS), cidades do sul do país, representam o processo de ocupação e consolidação do território e da imigração europeia, episódio este que represente de fato, enquanto prática institucional, a maior novidade no período.

Contudo, no que se refere às práticas de seleção, o Iphan se mostrou incapaz de manter os avanços conquistados no âmbito do discurso institucional a partir dos anos 1990, sucumbindo a seleção de bens culturais pelo gosto dos arquitetos, passando a reproduzi-las⁹.

Nesta perspectiva, Sant’Anna (1995, p. 226) observa que:

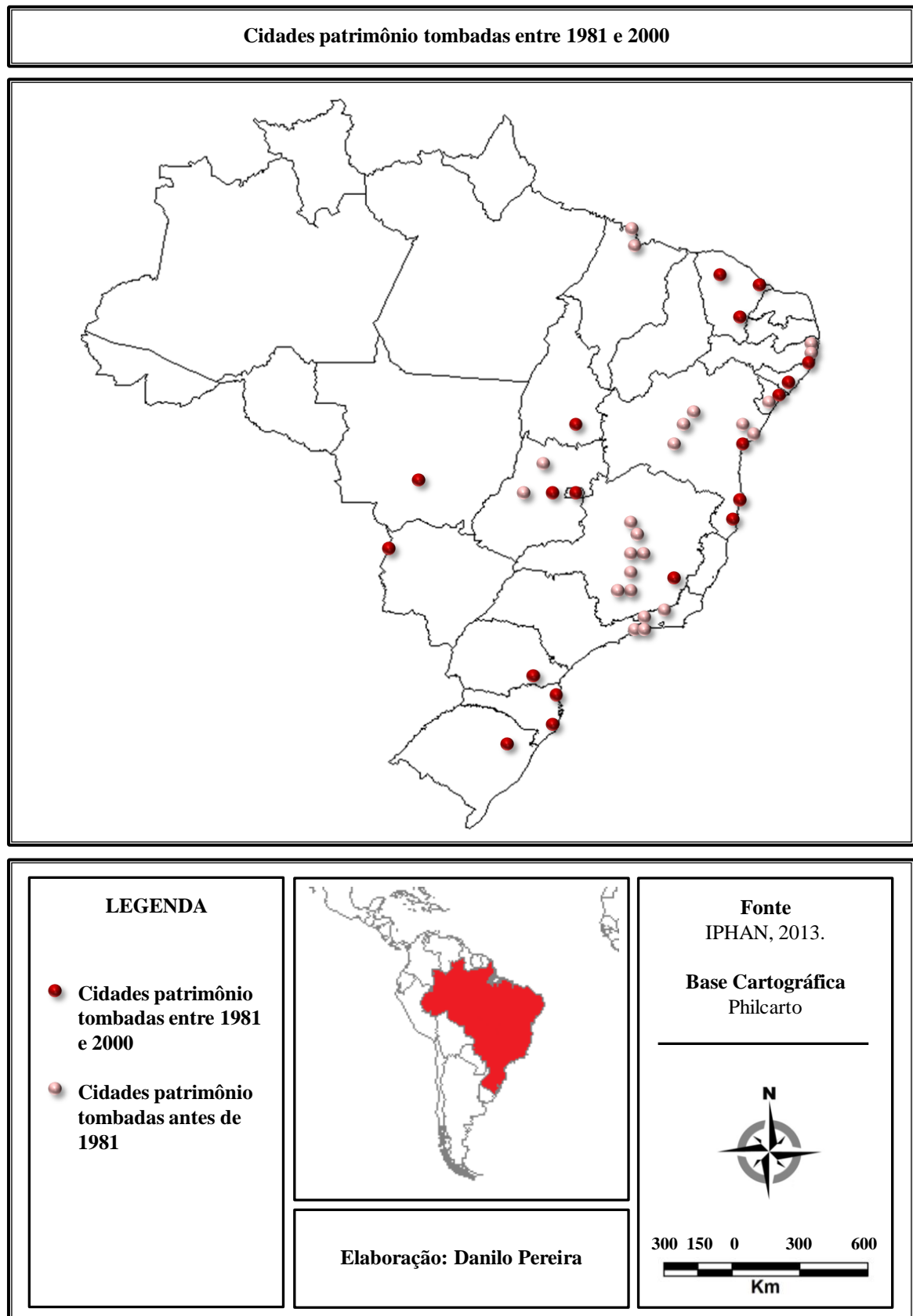
A década de 80 é, sem dúvida, o período em que mais se produz discurso sobre o problema da preservação do espaço urbano. Os avanços concretos foram, entretanto, muito poucos. Embora vários fatores possam ser listados para explicar esta situação, acreditamos que dois foram essenciais. O primeiro diz respeito à resistência em dotar o sistema nacional de preservação de novos meios legais para enfrentar a tarefa [...]. O segundo, que mantém estreita relação com o primeiro, se vincula ao fato de conviverem no sistema SPHAN/FNPM, neste período, três correntes de pensamento e orientação da prática de preservação, que entram permanentemente em conflito, o grupo oriundo do CNRC, o grupo do PCH e o grupo do SPHAN [...]. O que poderia ter sido um momento rico em soluções, capaz de inaugurar, de fato, uma nova prática, caracterizou-se apenas como uma fase de ebulição.

⁸ Mesmo a cidade de Corumbá tendo seu tombamento registrado no Livro do Tombo apenas em 1993, ela foi incluída nesse primeiro momento da cidade-documento por ter tido seu processo aberto em 1985.

⁹ É com todo esse problemático descompasso entre o discurso e a prática institucional que se dá as ações de salvaguarda das cidade-documento, se iniciando em 1990, com a eleição de Fernando Collor de Mello, e indo até 2000, com a aproximação do final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Esse período, do ponto de vista da instituição, é marcado pela extinção da FNPM (Fundação Nacional Pró-memória), do CNRC, do PCH e do Iphan em 1990 e pela criação do IBPC, que foi dominado pela estrutura mais antiga, pela prática já sedimentada e pela existência já vinculada a uma legislação, o tradicional núcleo formador do Iphan. O período do IBPC é marcado por demissões e mobilizações que paralisaram a instituição, estas só são amenizadas no governo Itamar Franco, quando se abrem possibilidades de negociações. Com o governo de Fernando Henrique Cardoso houve uma nova política de austeridade que atingiu o Iphan com redução de recursos para a implementação de ações e congelamento de salários. Assim, pode-se considerar que houve um sucateamento generalizado do órgão federal de preservação do patrimônio, com um total esvaziamento institucional ao longo dos anos 1990.

MAPA 3

Cidades patrimônio tombadas entre 1981 e 2000



Fonte: IPHAN, 2013. Elaborado pelo autor.

Tais práticas tendem até a se acentuar com a exacerbação dos valores ditados pelo neoliberalismo, o capital e o lucro, inserindo não só as cidades patrimônio, mas a maioria das cidades brasileiras, em um espaço de disputas do mercado global. Desta forma, se fortalece a apropriação do patrimônio como mercadoria, empregando critérios para sua transformação em produto, visando o consumo visual, guiados por padrões de beleza ditados pelo mercado. Conforme Motta (2000, p. 17), no dia “15 de março de 1990, quando mudou o governo federal, iniciou-se a implantação da política de apropriação do patrimônio para o mercado de consumo”.

Contudo, como apontado por Chuva (2013), é necessário considerar que os técnicos não têm uma posição única, as tensões e posições antagônicas são constantes. Os processos de tombamento refletem esse fato, mesmo existindo uma centralidade que determinava padrões. Assim, mesmo havendo o conceito de cidade-documento que predomina na instrução dos processos de tombamento em certo momento, ele não é hegemônico, ele conquista apenas parte dos técnicos. Estes técnicos foram superados, mas não há o retorno à cidade-monumento, não se ignora completamente a história da ocupação do território, talvez o que seja significativo, mas os valores estéticos voltam a predominar (informação verbal)¹⁰.

Nessa nova conjuntura política e econômica, tem-se o tombamento de Laranjeiras (SE), Penedo (AL), Lapa (PR) e Recife (PE), com um apelo aos valores estéticos e estilísticos bem mais acentuados. Inclusive, neste último caso, segundo Leite (2007), o tombamento ocorrido em 1998 foi utilizado como instrumento de valorização pelo Plano de Revitalização do Bairro do Recife, iniciado em 1992 e finalizado em 2001, plano este que possuía a proposta de restauração do patrimônio edificado articulado com a ideia de intervenção urbana na forma de empreendimento econômico, dotando a cidade da capacidade de desempenhar o papel de metrópole regional, tornando-se um polo de serviços moderno, cultural e de lazer, promovendo a concentração de pessoas nas áreas públicas e se constituindo como um polo de atração turística nacional e internacional, no fundo, um projeto de gentrificação.

A partir do século XXI tem-se o estabelecimento de novas prioridades, com o estabelecimento de uma política de ampliação de tombamentos de cidades patrimônio que buscou alcançar uma melhor representatividade dos bens reconhecidos pelo Iphan em território nacional, como será exposto no próximo capítulo.

¹⁰ Informação fornecida por Márcia Chuva em entrevista ao autor (Rio de Janeiro, setembro de 2013).

CAPÍTULO 2

A CIDADE PATRIMÔNIO NO SÉCULO XXI

Uma vez entendida a construção da noção de cidades patrimônio no capítulo anterior, principalmente explorando a forma como o Estado concebeu os espaços dessas cidades, passa-se a investigá-las com base nos processos mais ressescentes de atribuição de valor. É importante ressaltar que avaliar experiências em andamento sempre se mostra como algo delicado, uma vez que o caráter inconclusivo dificulta a análise. Nesse sentido, será adotado como recorte temporal deste capítulo o ano o ano de 2001, quando começa o século XXI, até o ano de 2012, quando o arquiteto paulista Luiz Fernando de Almeida é substituído pela arquiteta mineira Jurema Machado na presidência do Iphan, mesmo que muitas proposições da antiga gestão continuem em curso, em especial no que se refere ao reconhecimento de bens identificados por inventários concebidos e desenvolvidos pela gestão anterior. Contudo, fica claro que, como resalta Finger (2013), a prioridade agora se refere a uma organização interna de procedimentos técnicos em detrimento da política de ampliação de tombamentos e de uma melhor representatividade do Iphan no território nacional apreendida na gestão anterior (informação verbal)¹¹.

Assim, nesse segundo capítulo, tem-se como principal objetivo discutir as novas políticas de preservação do patrimônio cultural, em particular das cidades patrimônio, implementadas nesses 12 primeiros anos do século XXI – em particular na gestão de Luiz Fernando de Almeida na presidência do Iphan e de Dalmo Vieira Filho na direção do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam)¹² –, por esse período ser considerado como muito profícuo.

Contudo, antes de dedicar atenção às políticas de preservação do patrimônio, é necessário entendê-las no novo contexto das políticas do Ministério da Cultura (MinC), quando o Estado se coloca, segundo Rubim (2011, p. 44):

¹¹ Informações concedidas por Anna Eliza Finger em entrevista ao autor (Brasília, setembro de 2013).

¹² Luiz Fernando de Almeida presidiu o Iphan de julho de 2006 a setembro de 2012, já Dalmo Vieira Filho dirigiu o Depam entre julho de 2006 e agosto de 2011.

[...] em um patamar de agente ativo, que pensa e atua, através de políticas públicas de cultura. Este diálogo com a sociedade e a comunidade cultural permite que o Estado assumira um perfil diferente do velho Estado desenvolvimentista, que teve um papel tão relevante na história nacional do século XX, ao construir a modernidade brasileira. O diálogo, consubstanciado na interlocução para o desenvolvimento de políticas públicas de cultura, possibilita iniciar um processo, por certo longo, complexo e pleno de contradições, de democratização de um Estado que sempre se mostrou distante, quando não claramente avesso, à maior parcela da população brasileira.

Nesse sentido, é importante enfatizar que o campo da cultura foi tradicionalmente desconsiderado pelos governos no Brasil. O MinC sempre foi marcado por descontinuidade político-administrativa e falta de recursos, o que culminou na substituição das poucas políticas culturais de Estado por leis de incentivo, que foram adotadas como política cultural oficial durante toda a década de 1990.

As leis de incentivo, como a Lei Rouanet, repassam às empresas a decisão sobre qual cultura deve ser apoiada por recursos. Assim, o Estado abdica de ter papel ativo e o mercado aparece como regulador do campo cultural.

É importante ressaltar também que, mesmo as leis de incentivo tendo sido criadas antes da década de 1990, foi nesta que a utilização de recursos públicos se subordinou totalmente à decisão privada. Isto se deve ao fato de que, entre 1995 e 2000, os recursos das leis de incentivo advindos da renúncia fiscal saltaram de 34% para 65%, e os recursos das empresas caíram de 66% para 35% (DÓRIA, 2003). Assim, “criadas para incentivar o investimento das empresas em cultura, conforme sua própria definição e espírito, as leis de incentivo estavam perigosamente desestimulando tal atitude, pois o dinheiro cada vez mais é público, mas estranhamente gerido pelas empresas” (RUBIM, 2011, p. 35).

Assim, em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva herdou um MinC subordinado às deliberações dos departamentos de marketing das empresas, que, mesmo utilizando recursos públicos, substituíam o Estado na deliberação das políticas culturais, além de ser incapaz de alavancar novos recursos públicos. Ou seja, um ministério de poucos recursos refém de uma política neoliberal.

A partir de então, o MinC dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira (2003 a 2010) buscou construir de maneira contínua uma atitude ativa de Estado no registro da cultura, com o intuito de desenvolver políticas públicas de cultura para combater a hegemonia da visão neoliberal do campo da cultura, expressa na supremacia das leis de incentivo. Trabalho ainda mais complexo se considerado que este era um momento em que as teses neoliberais tinham

grande vigência no mundo e no Brasil, em especial no campo da cultura, no qual a retração do estado era naturalizada.

Desta forma, esse momento de “refundação” do MinC é marcado por uma nova atitude de Estado apontando, quase em sua totalidade, para conexões com a sociedade. Rubim (2011, p. 46) destaca que:

O diálogo deu substância ao caráter ativo, abrindo veredas para enfrentar outra das tristes tradições, os autoritarismos. O desafio de formular e implantar políticas culturais em circunstâncias democráticas foi colocado na agenda do ministério. A modalidade de autoritarismo, que historicamente associou regimes autoritários e desenvolvimento de políticas culturais, foi enfim colocado em questão no país.

Assim, passou-se a desenvolver políticas culturais no Brasil ancoradas em debates públicos. Apesar de não ser possível afirmar que tais debates tenham tido a amplitude e profundidade suficientes para abarcar toda a complexidade da sociedade brasileira, incontestavelmente se constituíram em passos significativos se comparados à tradição autoritária e ao descaso com o debate democrático que caracterizaram o campo da cultura nos governos anteriores.

De acordo com Gil (2013, p. 41), a cultura no Brasil precisa ser pensada:

[...] como um direito fundamental dos brasileiros, um direito que deve ser assegurado a partir da afirmação radical da nossa diversidade cultural como patrimônio maior da sociedade brasileira [...]. Temos uma grande missão no necessário reconhecimento de todos os saberes e conhecimentos, de todas as culturas e línguas que foram excluídas pelo saber oficial ou ignoradas pela escolha da indústria cultural. O Estado sempre foi – ele mesmo – uma forma cultural avessa a essa diversidade cultural. Temos trabalhado de forma a modificar as instituições culturais no sentido de que, no futuro, todas as formas de vida e expressões simbólicas possam se manifestar, se reconhecer e ser reconhecido em sua plenitude.

Ainda nesse sentido, Gil (2013, p. 42) destaca o papel estratégico que a cultura passou a desempenhar a partir de então:

[...] a cultura tem um papel estratégico, não apenas na sua dimensão setorial, mas na sua dimensão transversal, que diz respeito à ampla cultura política, econômica e social do Brasil, à cultura do desenvolvimento do brasileiro. O país que queremos deve se comprometer não apenas com a garantia dos direitos culturais plenos, mas também com uma profunda mudança cultural na forma de se governar e ser governado. Há um lento – porém nítido – processo de repolitização no mundo que, mesmo não canalizados pelos meios tradicionais, deve ser percebido.

Mesmo passando a atuar de modo mais nacional, a capilaridade e as instalações do MinC se mantiveram circunscritas às cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, com exceção do Iphan.

O órgão de preservação do patrimônio cultural, nesse período de expansão do MinC, concluiu seu processo de descentralização territorial com a presença em todas as Unidades da Federação e no Distrito Federal por meio de superintendências. Treze estados passaram a contar com estrutura administração própria: Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Tocantins, Alagoas, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo.

Para Almeida (2014), a questão de se ter uma representação do Iphan em cada Estado parte de uma ideia de ruptura em relação à ideia de patrimônio como construção de uma excepcionalidade dentro do campo da história das artes ou das técnicas. Parte de uma ideia de patrimônio como um direito e uma construção social, pois, onde há território e há pessoas, existe patrimônio. Para dar visibilidade às demandas desses territórios, e partindo da ideia de que o Iphan é uma instituição federal que dialoga sobre o ponto de vista político com todos os estados, parece lógico que haja uma representação institucional dessa política federal de patrimônio distribuídas por todas as unidades da federação, assim se justifica a criação de tais superintendências (informação verbal)¹³.

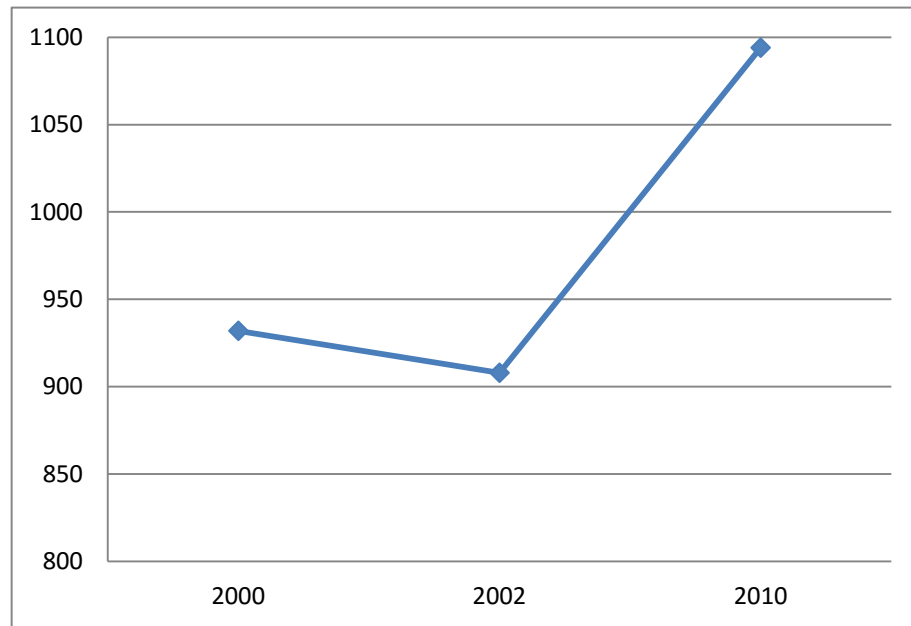
O período é marcado também pela reestruturação técnica e administrativa do Iphan com a realização dos primeiros concursos públicos após duas décadas sem contratação, respectivamente em 2005 e em 2009, aumentando a força de trabalho do instituto entre 2002 e 2010 (PORTA, 2012), como pode ser observado no Gráfico 1.

De acordo com Figueiredo (2014, p. 188), os concursos públicos representam mais que valores quantitativos, para a autora:

Esta “jovem guarda” entrou fazendo a diferença, introduzindo um novo perfil de gestores, menos alinhados com aqueles de outrora, dos arquitetos-restauradores voltados a tutela dos monumentos, por exemplo. São gestores mais abertos e habilitados a lidar com as novas questões da administração pública, desde mudanças conceituais, que na área do patrimônio não têm sido poucas, a supressão de lacunas institucionais e a articulação com outras áreas e instituições, inclusive não governamentais.

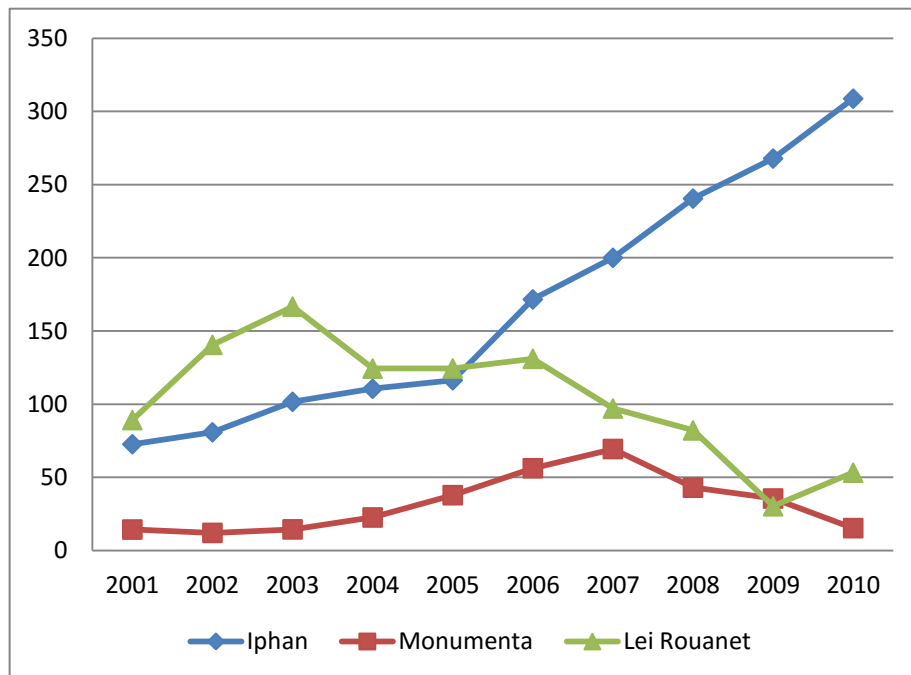
¹³ Informações concedidas por Luiz Fernando de Almeida em entrevista ao autor (São Paulo, julho de 2014).

GRÁFICO 1
Evolução da força de trabalho do Iphan



Fonte: PORTA, 2012. Elaborado pelo autor.

GRÁFICO 2
Evolução dos recursos em preservação do patrimônio cultural por fonte (em milhões de reais)



Fonte: PORTA, 2012. Elaborado pelo autor.

Associada a essa reestruturação técnica e administrativa, é importante ressaltar o crescimento dos recursos para a preservação do patrimônio cultural. Porta (2012) destaca que o orçamento do Iphan cresceu 502% na primeira década do século XXI, número extremamente relevante se levarmos em conta que os investimentos federais cresceram 175% no mesmo período. Como mostra o Gráfico 2, em 2001 a preservação do patrimônio era financiada em mais de 50% pela Lei Rouanet – com todos os problemas que essa modalidade de financiamento possui, como já mencionado – e 41% por recursos do Iphan, os poucos recursos o Programa Monumenta eram responsáveis por apenas 8% dos investimentos. Em 2010 o Iphan já era responsável por quase 82%¹⁴ dos recursos em preservação do patrimônio brasileiro, contra 14% da Lei Rouanet e 4% do Monumenta. Contudo, mesmo com esse significativo crescimento dos recursos humanos e financeiros, os mesmos foram muito aquém dos necessários para que a instituição desempenhasse suas muitas atribuições.

Assim, nessa nova conjuntura institucional, Figueiredo (2014, p. 184) ressalta que:

[...] o Iphan inaugura uma nova fase no limiar do século XXI. O novo e atual período pronuncia-se pela ampliação conceitual da noção de patrimônio e pela efetivação de instrumentos capazes de viabilizar políticas de preservação em simbiose a esta ampliação conceitual, bem como a diversidade cultural brasileira.

Não obstante, o Iphan passa a buscar novos caminhos para a preservação do patrimônio cultural, assumindo hoje, efetivamente, a noção de “patrimônio cultural”, em detrimento das noções de “patrimônio artístico” ou “patrimônio histórico”, como norteadora de princípios, estratégias, programas e instrumentos institucionais, mesmo que essas noções anteriores ainda não tenham sido totalmente superadas e eventualmente sejam percebidas nos discursos institucionais de valoração. Conforme Porta (2012), a nova política nacional de preservação do patrimônio prioriza as seguintes diretrizes: participação social; reinserção dos bens culturais na dinâmica social; qualificação do contexto dos bens culturais; e promoção do desenvolvimento local.

Desta forma, criou-se a percepção de que o tombamento e o cadastro de bens arqueológicos¹⁵, enquanto instrumentos de conservação da materialidade, não eram suficientes para garantir a preservação da diversidade do patrimônio cultural brasileiro. Logo, mostrou-se urgente a criação de novos instrumentos de salvaguarda que considerem os usos,

¹⁴ Vale destacar que aos recursos do Iphan em 2010, cerca de 302 milhões de reais, não estão incluídos os vultosos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PACCH), cerca de 2 bilhões de reais.

¹⁵ Todos os bens de natureza arqueológica são definidos e protegidos pela Lei nº 3.924, de 1961, sendo creditados como bens patrimoniais da União e tutelados pelo Iphan.

as apropriações, as relações territoriais e a função social dos bens culturais a serem preservados. Deste modo, o Iphan passa a estruturar suas diretrizes a partir de cinco instrumentos de preservação: o registro¹⁶, que se desenvolveu em torno do patrimônio imaterial, instrumento este que foi aprovado em 2000, se constituindo na principal herança para o campo do patrimônio dos anos 1990, mesmo que essa discussão remonte dos anos 1970 e 1980; o cadastro do Patrimônio Ferroviário¹⁷ de 2007; a chancela¹⁸, que se relaciona às recentes ações para a preservação das paisagens culturais, uma tentativa de compartilhamento de responsabilidades entre Estados e Municípios; e o tombamento e o cadastro dos bens arqueológicos, instrumentos de salvaguarda do patrimônio material instituído, respectivamente, em 1937 e em 1961.

Segundo Porta (2012), a ampliação das áreas de atuação do Iphan, com estes novos instrumentos de salvaguarda, trouxe à instituição uma aproximação com as comunidades e uma maior visibilidade social. Para Arantes (2005), os novos instrumentos de preservação do patrimônio cultural proporcionaram:

[...] mudanças radicais na geopolítica do patrimônio, trazendo à ordem do dia regiões mais tardiamente incorporadas à vida cultural do país como um todo, ou seja, o Norte e o Centro-Oeste, assim como os territórios localizados nos interstícios

¹⁶ O registro foi instituído em 2000, através do Decreto nº 3551/00, que cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI), com a possibilidade da inscrição dos bens em quatro diferentes livros: o Livro dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares. É importante destacar que, além de conferir valor simbólico ao bem, o registro é o reconhecimento formal do Estado que possibilita a utilização de recursos públicos para o fomento e salvaguarda do mesmo. O PNPI visa a implementação de políticas específicas referentes à valorização do patrimônio imaterial através do estabelecimento de parcerias com instituições do governo federal, estadual e municipal, universidades, organizações não governamentais, agências de desenvolvimentos e organizações privadas ligadas à cultura, à pesquisa e ao financiamento, atuando nas linhas de pesquisa, documentação, promoção e capacitação. No mesmo período começou a ser elaborado o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), uma metodologia voltada à identificação e produção de conhecimento na área do patrimônio imaterial, visando subsidiar a formulação de políticas específicas. O registro traz duas principais contribuições para as políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro: primeiramente, a incorporação de novos bens representativos de grupos sociais historicamente desprivilegiados e o reconhecimento desses grupos como protagonistas na identificação; e a produção de conhecimentos dos referidos bens, papel este que, anteriormente, era atribuído apenas aos especialistas.

¹⁷ A Lei 11.483, de 31 de maio de 2007, atribuiu ao Iphan a responsabilidade por preservar e difundir a Memória Ferroviária, constituída pelo patrimônio artístico, cultural e histórico do setor ferroviário. Desde então, o Iphan avalia, dentre todo o espólio oriundo da extinta Rede Ferroviária Federal SA (RFFSA), quais os bens detentores de valor histórico, artístico e cultural.

¹⁸ Em 2009 a Portaria nº 127 do Iphan institucionaliza a Chancela da Paisagem Cultural como instrumento de seleção e valorização da paisagem cultural brasileira, definida na portaria em seu Artigo 1º como “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009a, p.17). A grande inovação da chancela em relação aos instrumentos antecessores, o tombamento e o registro, está no fato de que a responsabilidade sobre gestão decorrente do reconhecimento de valor não recai apenas sobre o Iphan, mas sobre todos os agentes que atuam sobre o território chancelado. Nesse sentido, se institui um pacto que “constitui-se a partir de um processo de envolvimento e de interlocução nas localidades, junto àqueles parceiros preferenciais interessados em sua concretização, buscando a formulação de uma proposta de proteção” (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010, p.40).

das áreas que apresentam concentrações patrimoniais já consagradas. (ARANTES, apud PORTA, 2012, p. 31)¹⁹

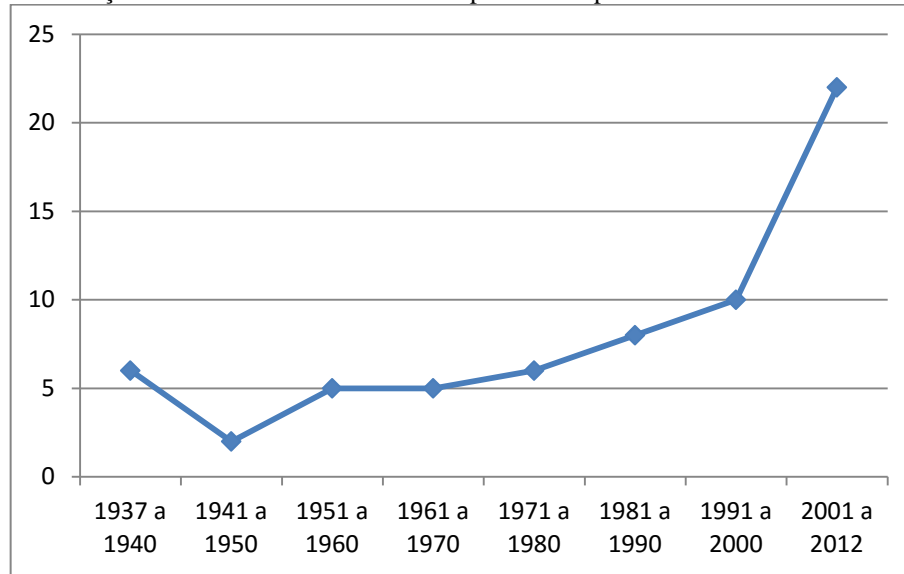
É importante ressaltar que, no que se refere ao instrumento de preservação mais tradicional, o tombamento, é notória a retomada do mesmo neste período em comparação à desaceleração ocorrida nas décadas anteriores. A partir de 2003, observa-se um aumento de solicitações de tombamentos por parte de organizações sociais e prefeituras, o que para Figueiredo (2014) demonstra a inserção da participação da sociedade na política de preservação do patrimônio material, como é o caso da Associação de Ferroviários da Estação de Ferro Madeira Mamoré/RO. Essa nova fase marca também o tombamento de bens da cultura negra e indígena, como os primeiros terreiros de candomblé e de quilombos, que aguardavam o reconhecimento a mais de vinte anos; são exemplo o Terreiro Axé Opô Afonxá em Salvador (BA) em 2000, o Quilombo do Ambrósio em Ibiá (MG) em 2002 e dos Lugares Sagrada dos Povos do Xingu em 2010, além do tombamento da Casa de Chico Mendes em Xapuri (AC), em 2008, pois este significa a preservação da memória da luta pela preservação da floresta, do direito dos trabalhadores e da posse da terra pelas comunidades tradicionais, seringueiras e caiçaras.

Desta forma, o século XXI também assinala o reconhecimento do patrimônio material de histórias de lutas, do trabalho, de comunidades rurais e tradicionais, contudo, o que marca definitivamente o período é o grande número de tombamentos de cidades patrimônio, 22 até 2012, um relevante aumento correspondendo a 37,5% do total de cidades tombadas como mostra o Gráfico 3, numero expressivo se considerarmos que são apenas 12 anos de um órgão com, até então, 75 anos de atuação.

Como aponta Figueiredo (2014), a perspectiva que vem sendo trabalhada no setor do patrimônio imaterial, centrado no **território** das comunidades e nos seus contextos sociais, e não na figura dos mestres, alinha-se à ideia da paisagem cultural. Por sua vez, a preservação das paisagens culturais está diretamente relacionada à preservação de lugares onde se estabelecem cadeias produtivas, que envolvem desde a produção de matérias-primas a manipulação, distribuição e comercialização no **território**. Desta forma, a autora salienta que “o território é sempre dimensão fundamental de qualquer ação de preservação e, assim, os instrumentos de planejamento territorial tornam-se imprescindível para tanto” (FIGUEIREDO, 2014, p. 227).

¹⁹ IPHAN. **Relatório de atividades 2003-2004**. Brasília: IPHAN/MinC, 2005.

GRÁFICO 3
Distribuição dos tombamentos das cidades patrimônio por década



Fonte: IPHAN, 2013. Elaborado pelo autor.

Nesse sentido, o território também passa a desempenhar um papel central no processo de eleição das cidades patrimônio nessa fase, como será demonstrado.

2.1. As Redes de Patrimônio

O Iphan adentra o século XXI percorrendo um novo caminho em relação ao patrimônio material: segundo o discurso institucional, além de zelar pelos bens já protegidos, buscou-se ampliar e proporcionar maior coerência ao patrimônio, em especial às cidades patrimônio, transformando-as em exemplos capazes de influir no ideário urbano do Brasil no século XXI, levando a questão do patrimônio para um número maior de cidades e municípios do país como fator de desenvolvimento social e econômico. Para Vieira Filho (2011, p. 41), um dos maiores desafios de trabalhar como o patrimônio no Brasil se refere à:

[...] dimensão territorial do país aliada à sua complexidade cultural. Não é fácil sintetizar em um grupo de bens ou cidades protegidas tamanha riqueza e tantas ocorrências históricas importantes. Por isso o Iphan vem trabalhando com o conceito de redes de proteção, buscando coesão para o conjunto de bens tombados, envolvendo Estados e Municípios na construção de uma política integrada de proteção do patrimônio.

Desta maneira, assumiu-se que a diversidade do patrimônio existente em todo o território brasileiro configura-se como um excepcional instrumento de desenvolvimento sociocultural, contudo, que precisa ainda ser melhor apropriado nas cidades através da

educação, do turismo e do lazer, gerando renda e proporcionando novas oportunidades em todos os estados da federação.

Nesta perspectiva:

[...] para tornar lógica a preservação do patrimônio no país, relacionando-o com a ocupação do território, com os principais processos econômicos, os eventos históricos, a produção artística e os acidentes naturais notáveis, que se propõe, a partir de cada estado brasileiro, devidamente conectado com suas regiões, a construção de uma **Rede de Patrimônio**. A proposta é que a formação de um conjunto dessa natureza seja resultado de um pacto amplo, com estados, municípios, universidades e organizações civis e seja efetivado em todos os quadrantes do país. Uma rede assim constituída proporciona significância, correspondência, complementaridade e coesão ao conjunto do patrimônio cultural: as cidades históricas, os bens tombados, os sítios arqueológicos socializados, os parques históricos e naturais, as paisagens culturais, os museus, arquivos, bibliotecas e o patrimônio imaterial registrado são os bens estruturadores da Rede. (VIEIRA FILHO, 2011, p. 43)

Assim, partindo do pressuposto de que o processo de ocupação do território vem desde a pré-história, considerando que a interação entre a sociedade e a natureza, ao longo dos séculos, deixa marcas físicas e traços na cultura dos lugares presentes no espaço até os dias de hoje, formando redes de bens materiais e imateriais a serem identificados e relacionados a partir de enfoques mais amplos, estabeleceu-se as “Redes de Patrimônio”, que se constituem em:

[...] perceber que os bens com os quais o Iphan trabalha em cada região (sejam eles na área da arqueologia, material ou imaterial) se relacionam entre si e foram constituídos ao longo do tempo decorrentes dos diversos processos naturais e sociais, que se sucedem em um dado espaço geográfico ao longo de eras, ou milhões de anos. Se somados ao ambiente natural (acidentes geográficos, geológicos e paleontológicos), essa cadeia de bens constituem uma rede interconectada de elementos culturais – e de conhecimentos potencialmente apropriados. Essa abordagem aumenta em muito a significância e a coesão do patrimônio cultural, e facilita extraordinariamente a sua efetiva apropriação social. (VIEIRA FILHO, 2009, p. 19)

Para se constituir a Rede de Patrimônio é preciso que se tenha uma visão ampla e abrangente do patrimônio de cada região, e essa visão é construída a partir de estudos de inventários de conhecimentos que buscam a produção de um quadro geral do patrimônio no Brasil. Para Vieira Filho (2009), esse quadro será cada vez mais enriquecido – e enriquecedor – à medida que se possa extravazar os limites políticos e trabalhar com recortes territoriais e temáticos que deem sentido ao patrimônio. Desta forma, os grandes ciclos econômicos, como o do açúcar, do ouro, do tropeirismo, do algodão, da erva-mate, da borracha, das essências amazônicas, das ferrovias, da navegação de cabotagem; eventos históricos como as invasões holandesas, Coluna Prestes, expedição Rondon; e a definição do território tornam-se base para

o estudo e a compreensão do patrimônio histórico-cultural brasileiro neste período. Aqui cabe salientar que os técnicos, em sua grande maioria arquitetos, ao elaborar essa perspectiva de análise se apoiaram na visão histórica de “ciclos”, que se constituem em fenômenos, fatos ou ações de caráter periódico que ocorrem em um dado espaço de tempo no qual se completam, ao invés de adotar como perspectiva de análise os “processos”, uma vez que estes indicam uma sequência continuada de fatos ou operações que apresentam certa unidade ou que se reproduzem com certa regularidade, mostrando-se, assim, mais adequadas para tratar tais fenômenos.

Contudo, não se pode negligenciar que a formação desse conceito de Rede de Patrimônio se constitui como uma ação inovadora de preservação do patrimônio no Brasil, pois “diz respeito a uma nova maneira de enfrentar a questão, através da definição de uma estratégia de atuação, gestão e da construção de políticas integradas de fomento e valorização do patrimônio” (VIEIRA FILHO, 2009, p. 5).

Não obstante, é importante salientar que mesmo inovador na forma de apropriação, a metodologia do inventário²⁰ não é nova no Iphan. O mesmo é utilizado desde o final dos anos 1970, quando o órgão passou por um processo de desenvolvimento institucional, já citado anteriormente. Contudo, tais inventários tornaram-se fins em si mesmos, pois não dialogavam entre si e apresentavam significativos problemas funcionais, desde a simples inserção de novos dados coletados em campo até a impossibilidade de atualização de novas informações ao longo do tempo. Assim, mesmo o Iphan passando a contar com um sistema rico de informações inventariadas, do ponto de vista da gestão, estes eram ineficazes, visto que se

²⁰ Nos anos 1970 e 1980 ocorreram grandes debates internos que defendiam a necessidade de atualização do conceito de preservação do patrimônio cultural e renovação dos métodos de identificação, que até então eram marcados pela ação de “consultores” de reputação reconhecida nas áreas de história, artes e arquitetura, por vezes representantes institucionais nas parcas Regionais do Iphan distribuídas pelo país. A partir de então, as regionais passaram a desenvolver inventários pioneiros, assumindo a importância dos levantamentos amplos como forma de documentação e como instrumento básico de ação nos diversos campos de interesse para o patrimônio cultural. É importante destacar que, mesmo com o desmantelamento da área da cultura na década de 1990, foi nesse período que se chegou ao auge da sistematização de conhecimentos e a implantação de um conjunto de inventários inovadores para a época. Isso se deve ao fato do órgão, nesse período, encontrar-se isolado e sem recursos, o que obrigou seus servidores a se dedicarem basicamente à pesquisa, em detrimento da sua principal atribuição constitucional, a da salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro. Esses inventários desenvolvidos nos anos 1980 e 1990, primeiramente em uma estrutura centralizada e depois por iniciativas setoriais e espontâneas, são caracterizados pela tentativa de sistematizar informações detalhadas de diversas categorias específicas de bens culturais. É desse período o Inventário Nacional de Bens Imóveis e Sítios Urbanos (INBI-SU), o Inventário de Bens Imóveis Arquitetônicos (IBA), o Inventário Nacional para a Configuração e Espaços Urbanos (INCEU) e o já citado INRC. Com exceção deste último, cuja primeira etapa busca informações básicas e genéricas sobre o bem, os demais inventários objetivam documentar detalhadamente os bens de diferentes categorias pesquisadas.

constituíam em radiografias de um momento, servindo de base quase que apenas para documentação parcial dos bens protegidos.

Logo, assumindo o inventário como um instrumento indispensável, cabiam duas alternativas para a sua execução: continuar investindo no conhecimento aprofundado de alguns bens ou passar a conhecer as informações básicas, porém abrangentes, de um grande acervo de bens. Desta forma, o Depam optou por criar um sistema dotado de uma base de dados atualizada tecnologicamente e que servisse a todos os tipos de bens materiais, estabelecendo a precedência dos “Inventários de Conhecimento” sobre os demais, possibilitando a disponibilidade de dados para a aplicação imediata na gestão das áreas protegidas através do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG).

Tais inventários já se constituíam como os mais utilizados pelas superintendências do Iphan, mesmo que informalmente, pois se mostravam mais adequados às questões da gestão dos bens protegidos, o que não dispensava, em casos específicos, a realização de inventários exaustivos, os chamados “Inventários de Documentação”.

A partir de então, os Inventários de Conhecimento elaborados segundo os ciclos econômicos, os eventos históricos e a geografia que caracterizam o território brasileiro passaram a disponibilizar ao Iphan uma série de informações que auxiliaram o instituto na elaboração de políticas públicas prioritárias, além de se constituírem na base para as ações de salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro.

Desta forma, como aponta Vieira Filho (2009), em diversos estados começaram a ser desenvolvidos estudos amplos, com enfoques territoriais e/ou temáticos, baseados na compreensão de processos históricos, regiões geográficas ou universos culturais, abordando assuntos tão distintos quanto migrações, conflitos, fatores econômicos, entre outros que tenham influenciado significativamente determinada região. É a partir de estudos desta natureza que o Iphan passou a realizar um mapeamento cultural efetivo, não deslocado do patrimônio natural brasileiro e com perspectivas de uma proteção sistemática envolvendo as diferentes instâncias nacionais, estaduais e municipais. Contudo, cabe ressaltar, sem diálogo ente Depam e o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), não contemplando, assim, o patrimônio imaterial.

Para o autor:

A formação e o desenvolvimento de uma rede de proteção podem renovar a significância, o reconhecimento social e a apropriação do patrimônio no Brasil,

configurando uma estratégia de atuação, gestão e construção de políticas integradas de fomento e valorização do patrimônio. (VIEIRA FILHO, 2011, p. 44)

Exemplo desses trabalhos são os inventários da ocupação dos Vales do Paraíba e Ribeira em São Paulo, do Rio São Francisco em Minas Gerais, Bahia e Sergipe; das expedições Rondon e da Coluna Prestes; dos processos econômicos ligados à cana-de-açúcar, ao café, à erva-mate, ao gado, à borracha; das ocupações estrangeiras; da presença de ordens religiosas – como jesuítas, franciscanos e beneditinos –; do estudo da ocupação pré e pós-colonização, através dos caminhos históricos; e de como se estrutura a atual rede de cidades nas diferentes regiões, entre tantos outros temas que envolvem diferentes estados e articulam ações de preservação em um patamar diferenciado, diretamente ligado aos pressupostos de compreensão do contexto de formação do território brasileiro²¹.

Conforme Vieira Filho (2009, p. 15), esse mapeamento tem o objetivo de:

[...] não apenas [...] gerar conhecimento sobre os processos históricos e ressaltar as marcas deixadas por eles no território brasileiro, mas também de corrigir distorções em níveis regionais, valorizando lugares ainda pouco conhecidos, mas não menos importantes para a compreensão da cultura e da formação do povo brasileiro. Assim, a escolha e a priorização das ações levarão em conta a constatação de que existem desequilíbrios territoriais e temáticos na identificação, proteção e valorização do patrimônio no Brasil.

Desta forma, os Inventários de Conhecimento passam a atuar em enfoques temáticos e/ou territoriais, e é a partir destes que se passa a selecionar a maior parte dos bens a serem protegidos, constituindo-se como fatores de compreensão e representação simbólica dos inúmeros momentos das realizações humanas e de interações entre os grupos sociais e a natureza. A partir dessa perspectiva se identificou e protegeu dezenas de cidades patrimônio, além de inúmeros bens isolados a partir das linhas de ação já destacadas, buscando concatenar o processo de ocupação do território brasileiro.

Assim, cabe destacar que neste contexto se estabelece no estado do Piauí a primeira Rede de Patrimônio como experiência pioneira. Verificou-se, a partir da criação da Superintendência Estadual em 2004, que os bens ali protegidos, além de não representarem a rica diversidade cultural existente no estado, eram o resultado dos esforços do pioneirismo dos fundadores do Iphan nos anos 1940²², o que conferiu a essa unidade da federação um lugar marginal no mosaico que pretende constituir patrimônio cultural brasileiro.

²¹ Os principais inventários da Rede de Patrimônio constam no Anexo IV.

²² Com exceção do Parque Nacional da Serra da Capivara, que passou a ser protegido em 1993 após seu reconhecimento como patrimônio da humanidade em 1991 pela Unesco, fato que direcionou a atuação do Iphan na região, principalmente, para o campo da arqueologia.

Nesse sentido, Vieira Filho (2009, p. 16) ressalta que:

Assim como no Piauí, verificou-se em todo o território brasileiro uma grande defasagem no que diz respeito ao reconhecimento atualizado das noções de patrimônio e das decorrentes ações de preservação. Vale destacar uma colocação anotada em debate local: “Será que esses estados, essas cidades e regiões não fazem parte da história do Brasil?” Certamente fazem. E partindo do pressuposto de que o patrimônio cultural é um importante elemento de educação, sua identificação, proteção e promoção em cada estado tem como proposta justamente materializar e permitir a apropriação dessa história.

Consequentemente, para o autor, deve-se seguir a sequência conhecer/proteger/valorizar. As cidades identificadas como referências para a compreensão da formação dos Estados e regiões devem se converter também em exemplos de qualidade de vida, diretamente relacionados com o desenvolvimento econômico e social, na ampliação dos parâmetros culturais e educacionais e nas condições de vida das populações desses lugares. Desta forma:

[...] cabe ao Iphan a responsabilidade não apenas de zelar, mas de completar e dar coerência a essa rede de patrimônio. [...] Tem-se tentado assumir esse papel sem retórica, estratégias “escapistas” ou ideais do tipo “cabe aos estados e municípios”. É preciso que seja agora, ou não será nunca, pois permanece o ritmo acelerado de destruição, infelizmente ainda em nome de uma suposta modernidade, que na maior parte dos casos é fruto direto de visões deturpadas, especulações e desrespeito pela qualidade de vida dos cidadãos. No ritmo atual, quando nos dermos conta, teremos perdido de maneira irrecuperável os elementos simbólicos sobre os quais poderíamos ter construído uma identidade urbana própria, capaz de se agregar aos altos atributos de identidade e autoestima do Brasil, acoplado a noções atualizadas de qualidade de vida, valorização de centralidades, vivência e apropriação social das cidades. (VIEIRA FILHO, 2009, p. 18)

Desta forma, entende-se que a proteção isolada e centrada nos bens não preserva, é importante pensar cada etapa de forma comprometida com a finalidade, que é obtida pela conservação associada à apropriação social.

2.2. A cidade-território

No que se refere aos tombamentos de cidades patrimônio entre 2001 e 2012, o período é marcado por um esforço em redimensionar a presença do Iphan em todo o país, buscando formar um conjunto de cidades que expressem a formação do território brasileiro. Desta forma, entende-se que ocorreu uma mudança de conceito: da cidade-monumento – relíquia e paradigma da civilização material que a nação brasileira construiu – para a cidade-documento – objeto rico de informações sobre a vida e a organização social dos brasileiros nas várias fases da sua história –, e por fim, para a **cidade-território** – um fragmento do espaço capaz

de concatenar o processo de ocupação do território brasileiro com os principais processos econômicos, eventos históricos, produção artística e a sua formação geomorfológica natural. Assim, pretende-se atribuir valor, coerência, complementaridade e coesão às cidades patrimônio tombadas, tanto entre os tombamentos atuais, como entre estas e as cidades patrimônio tombadas nos períodos anteriores.

Para tanto, são retomadas práticas discursivas e metodológicas da década de 1980, como a participação social, os inventários, a noção de referência cultural, o métodos de leitura da ocupação do território e o tombamento como instrumento de planejamento, o que resultou em parcas, mas importantes, práticas institucionais à época.

Desta forma, essas questões são resgatadas, contudo, com uma maior amplitude, agora em escala nacional. Isso se deve, em parte, ao perfil dos técnicos contratados a partir do concurso de 2005 e do importante papel desempenhado por Dalmo Vieira Filho na direção do Depam entre 2006 e 2011. O arquiteto paranaense foi o responsável pela proposição do tombamento da cidade patrimônio de Laguna, em 1983²³, tombamento este considerado paradigmático como já foi exposto, e que em seguida foi apoiada pelo poder público local.

O Depam passa, então, a ampliar para um nível nacional e mais acelerado as políticas que vinham sendo desenvolvidas no estado catarinense, buscando ampliar a relevância do patrimônio brasileiro, contemplando unidades da federação até então não representadas no mapa das cidades patrimônio e preenchendo lacunas da história da ocupação do território brasileiro. Com os recursos do Iphan sendo acrescidos a partir da gestão de Gilberto Gil, foi possível também transpor essa linha mestra de atuação para o planejamento anual dos recursos.

Logo, mostra-se necessário refletir sobre uma estratégia capaz de lançar novas alternativas para as cidades patrimônio, buscando criar o que a direção do Iphan na época denominou de uma rede marcada pela qualificação de espaços, coerência histórica e abrangência nacional, efetivando um grupo significativo de cidades pela preservação de seus elementos simbólicos e identitários, e que pontuem, em todo o país, os elementos que

²³ Na mesma época, foi iniciado no estado o inventário emergencial da imigração em Santa Catarina, o embrião do projeto Roteiros Nacionais da Imigração, institucionalizado em 2007, e da própria Chancela da Paisagem Cultural que também começou a ser discutida no âmbito das questões da imigração no sul do país. Já sob sua gestão em Santa Catarina, se estruturou na superintendência um leque de ações de proteção que se iniciou com os tombamentos de Laguna e São Francisco do Sul, respectivamente em 1985 e 1987, mas que abarcou também questões referentes à migração, ao caminho das tropas, os sítios arqueológicos no litoral, as freguesias açorianas e a arquitetura de madeira no norte do estado derivado do ciclo econômico da erva-mate.

explicam o Brasil, um conjunto de cidades com a capacidade de servir de exemplo para todo o universo de cidades brasileiras (IPHAN, 2011a).

Conforme Vieira Filho (2011, p. 58), até então:

As estratégias de proteção perderam-se em formalismos, de modo que o conjunto de cidades tombadas não está organizado segundo coerência que permitam sua compreensão – um dos fatores principais para a pouca apropriação do patrimônio urbano [...].

Assim, passou-se a buscar estabelecer novos caminhos, como já foi sistematicamente exposto, as cidades patrimônio passam a ser valoradas como fragmentos do espaço que propiciam a concatenação da ocupação do território brasileiro. Assim, mostrando-se necessária uma breve reflexão a respeito das diferentes noções de território.

Em Raffestin (1993), o conceito de território é tratado, principalmente, por uma ênfase político-administrativa, isto é, como o território nacional, espaço físico onde se localiza uma nação; um espaço onde se delimita uma ordem jurídica e política; um espaço medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras.

Já em Souza (2001), o conceito de território não abrange mais o Estado-Nação, pois o território para este autor é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, e o poder não se restringe ao Estado e não se confunde com a violência e a dominação. Ainda associado à ideia de poder, para Andrade (1995) o território não faz referência apenas ao poder público, estatal, mas também ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

Para Prado Júnior (2002), o território é sempre visto como palco dos acontecimentos econômicos e das transformações vivenciadas pela sociedade, destacando que as transformações do território estão sempre associadas às razões econômicas.

Em Santos (2002a; 2002b), o território configura-se pelas técnicas, pelos meios de produção, pelos objetos e pela dialética do próprio espaço, além de se constituir como um embate teórico entre as rugosidades, as periodizações, as técnicas, a emoção e o trabalho, objetivando o entendimento da sociedade, do espaço e das razões que formam e mantêm um território.

Por fim, em Haesbaert (2004; 2013) se prioriza a dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território é visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço geográfico.

Contudo, o exame dos documentos mostrou que a ideia de território utilizada na elaboração das políticas públicas de preservação não possui nenhum embasamento teórico acerca desse conceito, o mesmo se refere às porções do espaço que constitui o Estado brasileiro, aproximando-se, assim, ao conceito de Raffestin (1993), mas de maneira intuitiva.

Segundo o levantamento documental realizado, o processo de tombamento que marca o início da adoção desse procedimento foi o da cidade de Parnaíba (Figura 4), no Piauí. Para Vieira Filho (2011, p. 44), a pauta da 58ª Reunião do Conselho Consultivo do Iphan:

[...] concentrou-se no estado do Piauí e foi baseado no entendimento de estruturação da Rede de Patrimônio, proposta de proteção integrada para um conjunto de 10 bens distribuídos o longo de todo o estado. O Conselho aprovou por unanimidade o tombamento de três bens, sendo apresentados outros cinco já em fase de notificação, além de três estudos técnicos em fase de finalização – todos no estado. Na sessão histórica, que contou com a participação do governador do estado, foi assinado o Termo de Cooperação entre o Iphan e o governo do Piauí, além de notificadas as ações de solicitação de dez sítios arqueológicos do estado, o registro da arte santeira e da cajuína. Esse rol de bens distinguidos pelo Ministério da Cultura e pelo Iphan passam, automaticamente, a incorporar-se e dar forma qualificada aos processos de desenvolvimento do Piauí e do nordeste brasileiro.

Cabe ressaltar também que o presente processo de tombamento possui, dentre outras, a seguinte fundamentação:

[...] o documento enfatiza a adoção de uma estratégia segundo a qual a proteção federal seja implementada compreendendo o território piauiense a partir de seu sítio natural, da rede de cidades ali implantadas e das influências culturais presentes, considerando esses aspectos como interligados entre si, e que, apesar de pouco explorado até então, guardam uma vinculação lógica e de respaldo histórico e urbanístico. (IPHAN, 2008a, p. 31)

Nota-se, portanto, que o presente tombamento foi orientado pela sua valorização enquanto parte de uma rede de cidades capaz de concatenar o processo de ocupação do território no interior do Brasil.

Mesmo o tombamento de Parnaíba (PI) sendo considerado o momento que marca a adoção desse novo critério de valoração, os processos de tombamentos anteriores a estes já traziam algumas novidades. Os tombamentos de Marechal Deodoro (AL) e Areia (PB) têm em sua paisagem um dos principais elementos de atribuição de valor, paisagem que, no caso desta última, demandou a construção de um pacto de gestão compartilhada entre o Iphan, a comunidade e os poderes públicos locais (IPHAN, 2005; 2006). Já os tombamentos de Viçosa do Ceará (CE) e João Pessoa (PB) são marcados pelo significativo apoio local. No primeiro caso, o processo foi aberto atendendo a uma solicitação dos próprios moradores da cidade, já o segundo foi o resultado de uma política de valorização das áreas centrais das capitais

nordestinas iniciada pelo Depam e com o apoio do poder público local, que pretendia, por meio do Programa Monumenta, captar recursos para a implementação de um programa habitacional que trouxesse a população de volta para esta área, até então degradada; o mesmo se deu com Natal (RN) em 2010 (IPHAN, 2003b; 2007b; 2010d). Cabe ressaltar, também, que o início do século XXI ainda é marcado por uma política de heterogenia, como nos anos 1990. Símbolo disso foi o tombamento de Goiânia (GO) por sua excepcionalidade estética, onde o estilo *art déco* dos edifícios que compõem o conjunto e o projeto urbanístico de Atílio Correia Lima são os principais elementos de valorização, ou seja, o tombamento proposto pela Superintendência de Goiás se constitui como o de uma cidade-monumento (IPHAN, 2002).

FIGURA 4
Parnaíba/PI, experiência pioneira de salvaguarda de cidade patrimônio a partir do projeto Rede de Patrimônio



Foto do autor, 2013.

Já a análise do plano integrado de tombamento proporciona a compreensão da formação do território brasileiro a partir de uma rede de cidades. Desta forma, complementando o tombamento de Parnaíba (PI) no ano de 2008, em 2012 há o tombamento das cidades piauienses de Oeiras e Piracuruca, reconhecendo o ciclo da pecuária no nordeste dos séculos XVII, XVIII e XIX como um importante processo estruturador da formação social, política, econômica e territorial do interior do Brasil, ao lado de outros importantes

ciclos econômicos que a historiografia tradicional consagrou e que já haviam tido seus testemunhos materiais reconhecidos como patrimônio (IPHAN, 2008a; 2012b).

No que se refere aos ciclos econômicos tradicionalmente consagrados pelo Iphan, certamente o do ouro foi o mais significativo e este fato não mudou nesse momento, apesar de, agora, com uma nova abordagem. A partir dessa interpretação, os tombamentos de Paranaguá (PR), Antonina (PR) e Iguape (SP) representam o início da ocupação do sul e sudeste do Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII, a partir da exploração do ouro de aluvião que descia pela Serra do Mar, se constituindo num grupo de cidades que, ao lado de São Francisco do Sul (SC), concatena um período histórico do ciclo do ouro anterior ao fartamente registrado em Minas Gerais (IPHAN, 2009d; 2012b).

No que se refere a esta unidade da federação, a cidade de Paracatu (MG) representa a última fase de exploração dessa atividade econômica no noroeste do estado, além de se constituir em uma posição estratégica entre o sudeste e o centro-oeste. A cidade de Porto Nacional (TO), e seu singelo conjunto de bens vernaculares, representa a fronteira deste território dominado/apropriado a partir da exploração do ouro (IPHAN, 2008e; 2010d).

Vale destacar também os tombamentos de Manaus (AM), Belém (PA) e Serra do Navio (AP). As duas primeiras cidades, assim como no caso das cidades piauienses, representam o importante papel de outro ciclo econômico para a formação do território brasileiro, o da borracha no norte do país. Belém (PA), apesar de possuir vários bens isolados e alguns conjuntos urbanos tombados desde a década de 1940, teve a sua centralidade reconhecida como patrimônio apenas em 2011, com o tombamento da Cidade Velha e Campina, integrando esses bens tombados anteriormente. Serra do Navio (AP) já representa um segundo momento da ocupação do norte do Brasil com a exploração do manganês, conferindo à cidade amapaense um conjunto singular em relação aos tradicionais tombados, composto por instalações industriais, portuárias, ferroviárias, além das urbanas (IPHAN, 2008e; 2011b; 2012b).

Outro destaque do período é o tombamento de Santa Tereza (RS), que retoma a série temática da imigração estreada por Antônio Prado (RS). No que se refere à temática da imigração, o Parecer de Tombamento do Conselheiro Relator destaca:

Não é mais a Itália, não é mais Alemanha, nem a Polônia e nem Portugal. É diferente do que foi na sua terra natal e diferente do solo bruto que encontraram no final do século XIX. Estamos tratando de algo novo, do resultado de todos estes povos reunidos, uma mistura que contribuiu para o surgimento de uma nação nova, rica pela sua diversidade cultural, que é o Brasil. (IPHAN, 2010b, p. 149)

Assim, o reconhecimento de Antônio Prado (RS) em 1990 e de Santa Tereza (RS) em 2010 marca de vez a presença na matriz imigrante do século XIX como parte do mosaico que constitui a identidade cultural brasileira no que se refere às cidades patrimônio, esforço que se soma aos inventários e tombamentos de bens da imigração em Santa Catarina e no Vale do Ribeira em São Paulo, só para citar dois exemplos.

Já o tombamento das cidades de Cáceres (MT) e Jaguarão (RS) tem em suas posições geográficas o principal elemento de valoração, pois representam a consolidação do território português na América em detrimento dos espanhóis, o primeiro no pantanal e o segundo na bacia do Rio da Prata no sul do Brasil, entre a Argentina e o Uruguai (IPHAN, 2010d; 2011b).

Por fim, mas não menos importante, ocorreram os tombamentos de São Felix (BA) e São Luiz do Paraitinga (SP) como o reconhecimento de erros cometidos nos períodos anteriores. O primeiro se refere a uma revisão de atribuição de valor que reconheceu Cachoeira (BA) como patrimônio cultural nacional em 1971 e excluiu São Felix (BA), cidade situada na outra margem do Rio Paraguaçu, parte da mesma realidade cidadina e regional e que teve a sua primeira solicitação de tombamento realizada em 1987 negada pelo instituto federal (IPHAN, 2010c).

Já São Luiz do Paraitinga se insere em uma realidade particular de São Paulo. Segundo Almeida (2014), neste estado o Iphan optou como estratégia fortalecer o órgão de preservação estadual, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico (Condephaat). Assim, mesmo havendo a clareza de que São Luiz do Paraitinga possuía potencial para ser reconhecida como patrimônio nacional a partir de inventários realizados na década de 1950, que resultou no tombamento de um bem isolado, o instituto federal optou por delegar o tombamento ao conselho estadual por entender que o período econômico do café estaria, do ponto de vista nacional e da integridade estético-estilística, melhor representada por Vassouras (RJ) (informação verbal)²⁴. Desta forma, entende-se que a Superintendência de São Paulo delegou ao Condephaat sua principal atribuição, a de preservação e gestão do patrimônio em detrimento de um trabalho menos conflitante, o da pesquisa. Em 2007, nessa nova conjuntura política, o Depam entende que São Paulo não poderia continuar fora do mapa das cidades patrimônio, então se iniciam os estudos para o

²⁴ Informações concedidas por Luiz Fernando de Almeida em entrevista ao autor (São Paulo, julho de 2014).

tombamento de Iguape e são retomados os de São Luiz do Paraitinga²⁵ (IPHAN, 2009d; 2010d).

Cabe destacar também, que as cidades patrimônio tombadas nesse período foram, assim como no período anterior, em sua maioria, apenas inscritas no Livro de Tombo Histórico e no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Esse fato demonstra que, mesmo o valor artístico sofrendo um processo de ampliação, com a inclusão de bens em arquitetura *art déco*, esta não se deu no mesmo ritmo que os demais valores de atribuição, não permitindo que essas cidades fossem prestigiadas com a inscrição no Livro de Tombo de Belas Artes.

Do posto de vista geográfico, os Mapas 4 e 5 mostram que esse expressivo número de tombamentos se concentra em unidades da federação onde historicamente o Iphan ainda não havia tombado cidades, com destaque para o Norte do país – com os estados do Amazonas, Amapá e Pará –, estados do Nordeste ainda não representados – como Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba –, São Paulo no Sudeste e a ampliação da representação do Paraná e Rio Grande do Sul na região Sul. Desta forma, os dados mostram um movimento no sentido de diminuir disparidades da representação do patrimônio cultural brasileiro, ou pelo menos das cidades patrimônio, o que foi, como exposto, resultado de uma política de Estado (ou de gestão).

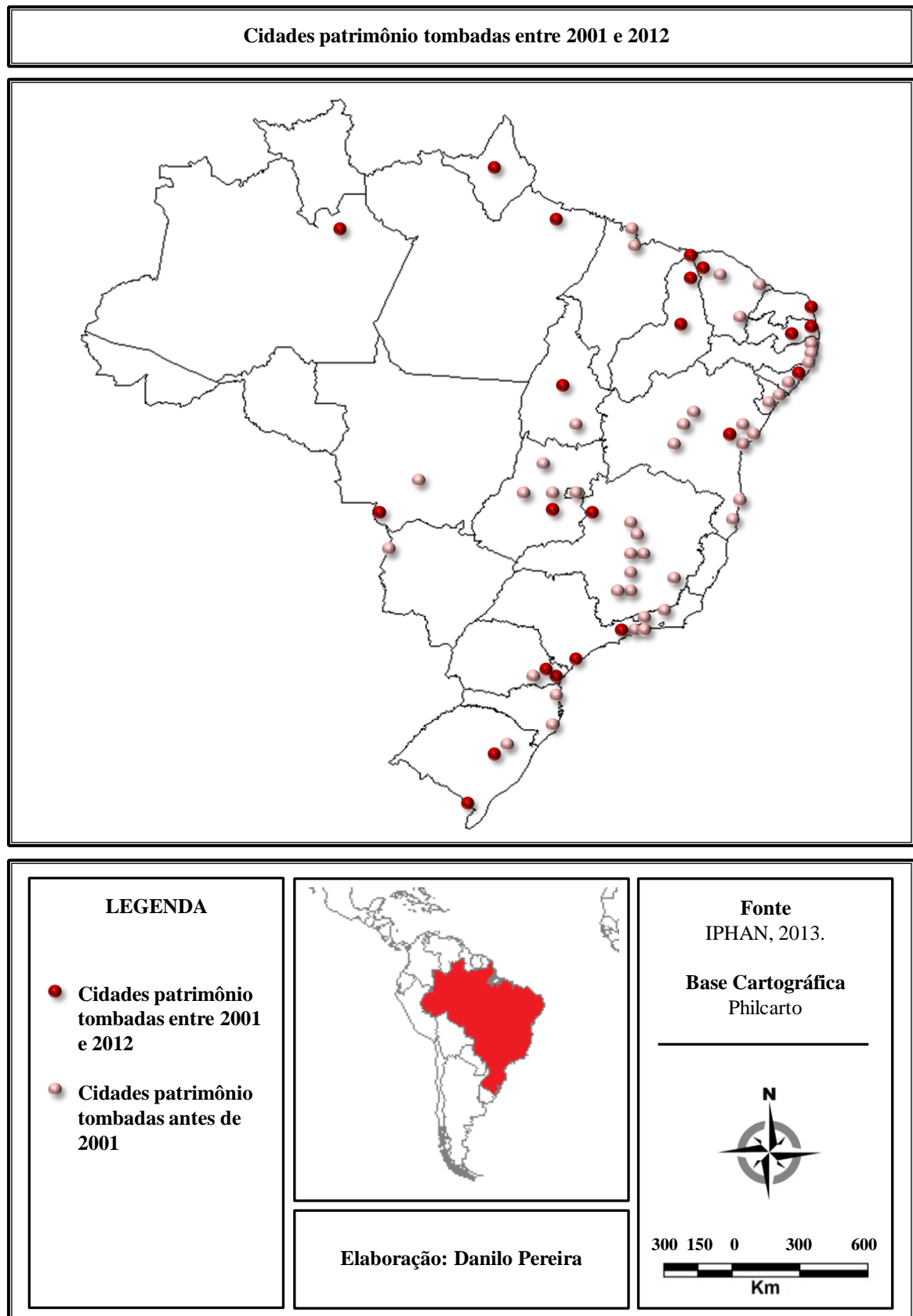
Por fim, assim como destacou Almeida (2014), as políticas de patrimônio hoje precisam ser capazes de dialogar com as demandas sociais. Para este, o Brasil de hoje é bem diferente daquele dos anos 1930, a noção de patrimônio mudou, a inserção do Iphan na sociedade mudou e as políticas públicas mudaram, tudo acompanhado de um novo pensamento em relação ao Brasil, pensamento que seria capaz de conferir às políticas patrimoniais um novo papel. O Brasil não possui uma política integrada de leitura sobre o território, onde se poderia, por exemplo, definir quais rios irão abrigar hidroelétricas e quais não irão. Esse tipo de questionamento só é respondido quando são elaborados os projetos e é solicitado o parecer referente ao impacto cultural e ambiental. Assim, o Iphan, com essa política centrada na compreensão da ocupação do território, poderá auxiliar na leitura mais ampla em relação às políticas públicas (informação verbal)²⁶.

²⁵ Vítima do maior desastre em área protegida por sua relevância cultural da história do Brasil, São Luiz teve seu centro histórico devastado pela maior cheia já registrada do Rio Paraitinga, em 2010. Esse momento de crise acelerou o processo de tombamento, uma vez que o reconhecimento federal era necessário para justificar os investimentos de recursos públicos federais na recuperação dessa cidade patrimônio.

²⁶ Informações concedidas por Luiz Fernando de Almeida em entrevista ao autor (São Paulo, julho de 2014).

MAPA 4

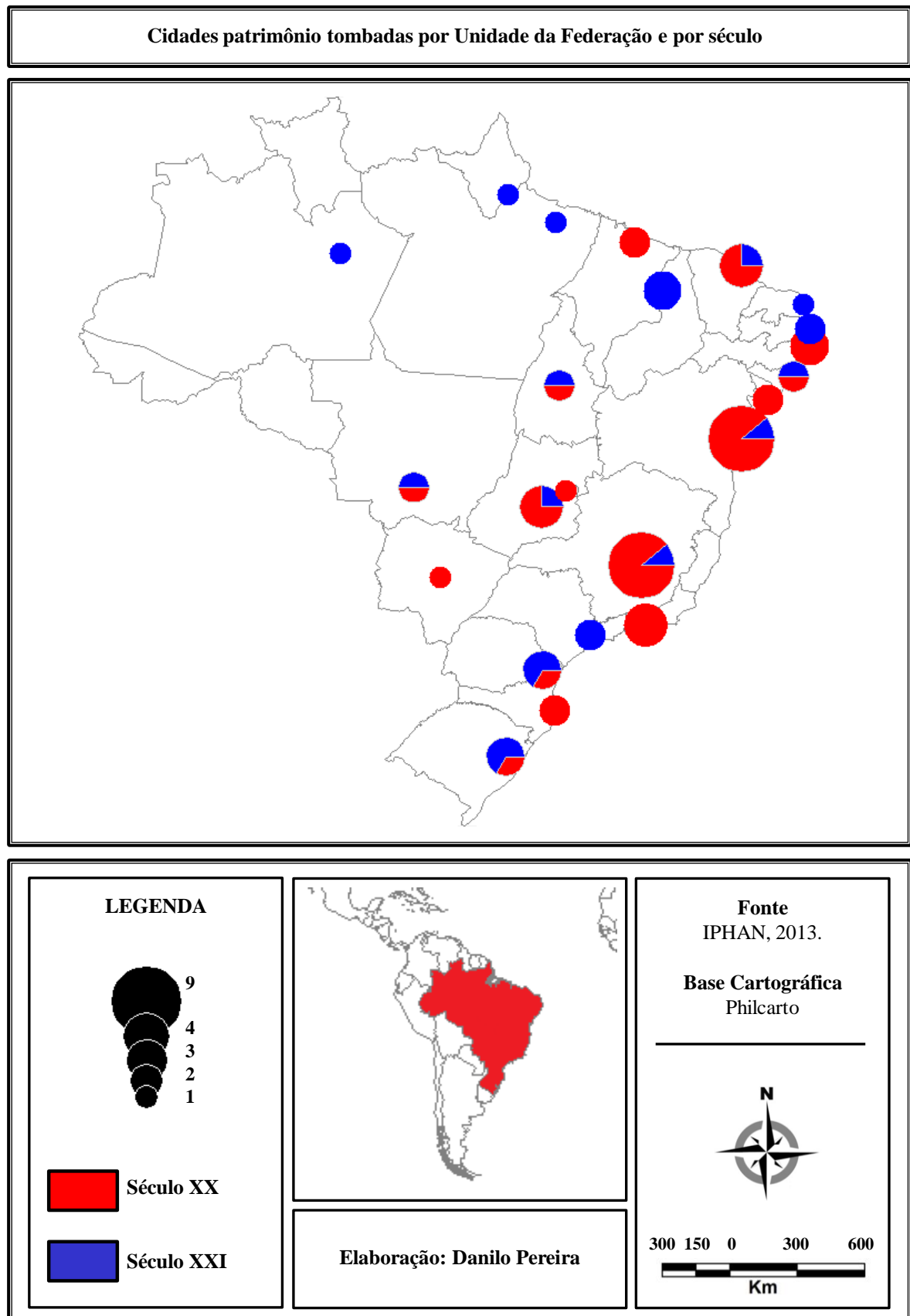
Cidades patrimônio tombadas entre 2001 e 2012



Fonte: IPHAN, 2013. Elaborado pelo autor.

MAPA 5

Cidades patrimônio tombadas por Unidade da Federação e por século



Fonte: IPHAN, 2013. Elaborado pelo autor.

Almeida (2014) destaca ainda que, no que se refere às cidades patrimônio, se observou um esforço de ampliação do estoque patrimonial justificado pela percepção de que o processo de desenvolvimento brasileiro está acontecendo em todo o território nacional, não estando mais concentrado em determinadas regiões. Assim, todo o país passou a sofrer pressões demandando das instituições de preservação do patrimônio, que, de um lado, garantam a preservação desses bens frente aos processos especulativos, e, de outro, correspondam à nova visão de patrimônio cultural adotada a partir dos anos 1980 (informação verbal)²⁷.

2.3. *Um mapa desigual das cidades patrimônio*

Contemplada o primeiro questionamento da pesquisa, que se refere ao tratamento metodológico adotado para a eleição das cidades patrimônio, passa-se agora ao segundo questionamento, de como se dá a distribuição geográfica em território nacional das cidades patrimônio. Assim, recorre-se à análise do que Rubino (1996) denominou de “O mapa do Brasil passado”, na qual a autora faz um balanço dos tombamentos que ocorreram entre 1937 e 1967. Não obstante, é importante salientar que aqui será dado destaque à análise do objeto de estudo, às cidades patrimônio, e que o período analisado será entre 1937 e 2012, compreendendo assim o recorte analítico desta dissertação.

De acordo com Rubino (1996), as atividades desempenhadas pelos técnicos do instituto federal de preservação do patrimônio, focadas no tombamento, inventaram e inventariaram um Brasil histórico, artístico, etnográfico, arqueólogo e geográfico no período por ela analisado. Sendo assim, para a autora:

O país que foi passado a limpo formando um conjunto de bens móveis e imóveis tombados tem lugares e tempos privilegiados. Este conjunto documenta fatos históricos, lugares hegemônicos e subalternos, mapeando não apenas um passado, mas o passado que esta geração tinha olhos para ver e, assim, deixar como legado. (RUBINO, 1996, p. 97)

Ainda no que se refere a este período tratado por Rubino (1996), Chuva (2009, p. 206) vai além; segundo a autora:

A partir desse universo de bens tombados, buscou-se compreender as “(di)visões do mundo”, representadas pelas escolhas então feitas, construindo uma coleção de bens da cultura material que deveriam expressar a “memória nacional” ou a produção cultural “mais autêntica” da nação, capaz, portanto, de narrar sua história e origem, conforme expressão distintiva e recorrente nos discursos dos agentes do órgão. A adjetivação expressava, assim, a desqualificação daquilo que não estivesse nela incluída, como não significativo da “brasilidade”.

²⁷ Informações concedidas por Luiz Fernando de Almeida em entrevista ao autor (São Paulo, julho de 2014).

Desta forma, assim como destacado por Rubino (1996) e Chuva (2009) ao analisar o período de 1937 a 1967, no que se refere às cidades patrimônio, o processo de tombamento produz ainda hoje, mesmo com os avanços significativos alcançados nos primeiros anos do século XXI, um mapa em que os estados de Minas Gerais e Bahia são extremamente privilegiados se comparados com os demais, como pode ser observado no Quadro 1 e no Mapa 6.

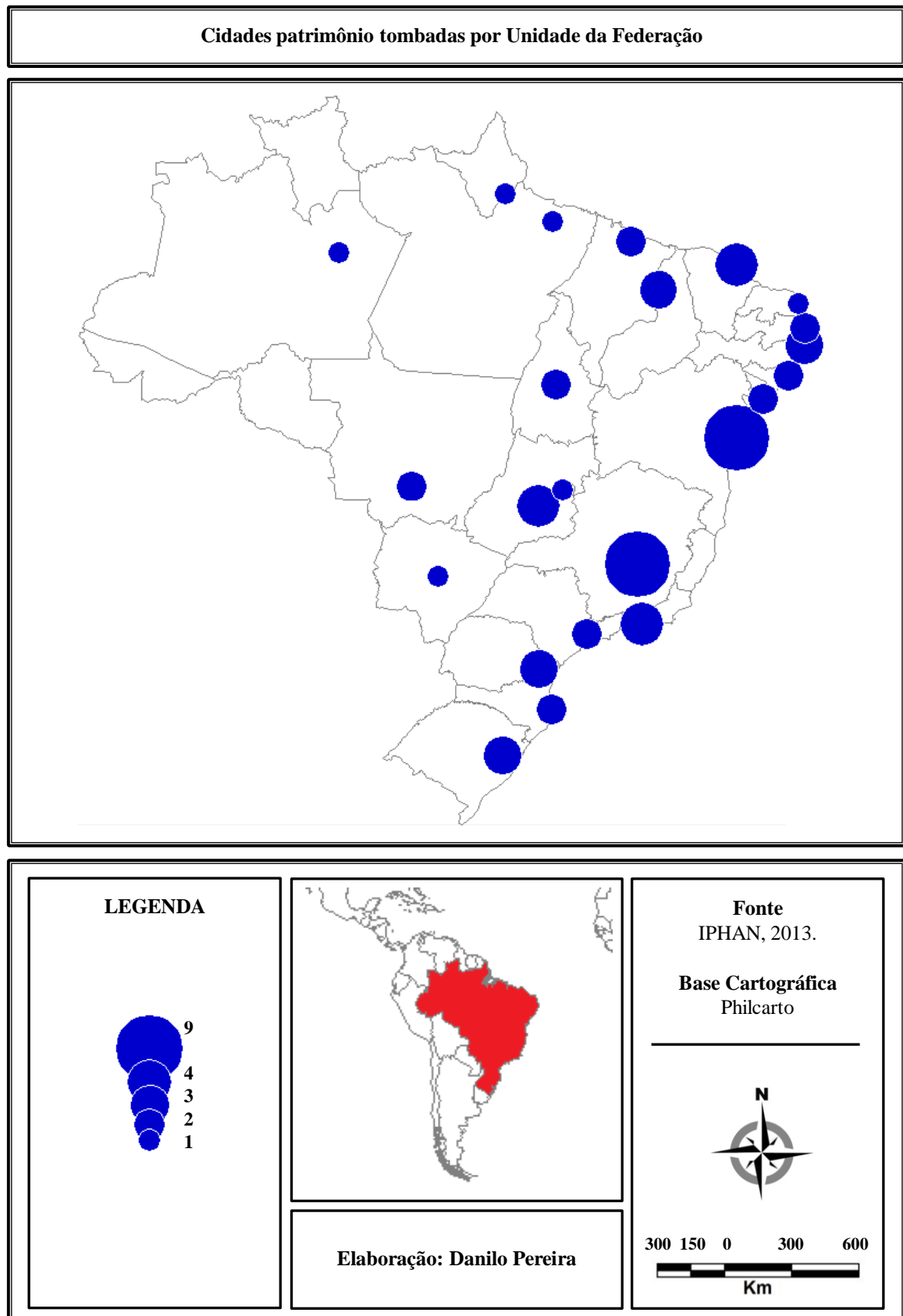
QUADRO 1

Distribuição das cidades patrimônio por Unidade da Federação

Unidades da Federação	Cidades patrimônio	%
Alagoas	2	3,1
Amazonas	1	1,5
Amapá	1	1,5
Bahia	9	14,0
Ceará	4	6,2
Distrito Federal	1	1,5
Goiás	4	6,2
Maranhão	2	3,1
Minas Gerais	9	14,0
Mato Grosso do Sul	1	1,5
Mato Grosso	2	3,1
Pará	1	1,5
Paraíba	2	3,1
Pernambuco	3	4,6
Piauí	3	4,6
Paraná	3	4,6
Rio de Janeiro	4	6,2
Rio Grande do Norte	1	1,5
Rio Grande do Sul	3	4,6
Santa Catarina	2	3,1
Sergipe	2	3,1
São Paulo	2	3,1
Tocantins	2	3,1
Total	64	100

Fonte: IPHAN, 2013.

MAPA 6
Cidades patrimônio tombadas por Unidade da Federação



Fonte: IPHAN, 2013. Elaborado pelo autor.

Assim, somente essas duas unidades da federação concentram 28% das cidades patrimônio, que se somados aos acervos dos estados do Rio de Janeiro, Goiás e Ceará já alcançam quase metade do total das cidades tombadas em nível federal.

Definindo os lugares privilegiados, passa-se para uma reflexão quanto aos períodos eleitos como mais relevantes. Conforme Rubino (1996), havia a necessidade clara de se excluir as marcas de um passado ressentido e indesejável, em que o Brasil passou a limpo pelo Iphan, além de ter uma distribuição geográfica por estados, possuía também um mapa temporal de curta profundidade temporal. Nesse sentido, como pode-se observar no Quadro 2 e no Mapa 7, no caso das cidades patrimônio o mesmo pode ser observado na atualidade, mesmo com a flexibilização ocorrida com os tombamentos do século XXI, onde o século XVIII continua sendo o das excelências, mostrando que a análise da autora para o período de 1937 e 1967 ainda permanece atual.

QUADRO 2
Cidades patrimônio por século de fundação

Séculos	Cidades patrimônio	%
XVI	13	20,3
XVII	11	17,1
XVIII	23	35,9
XIX	14	21,8
XX	3	4,6
Total	64	100

Fonte: IPHAN, 2013.

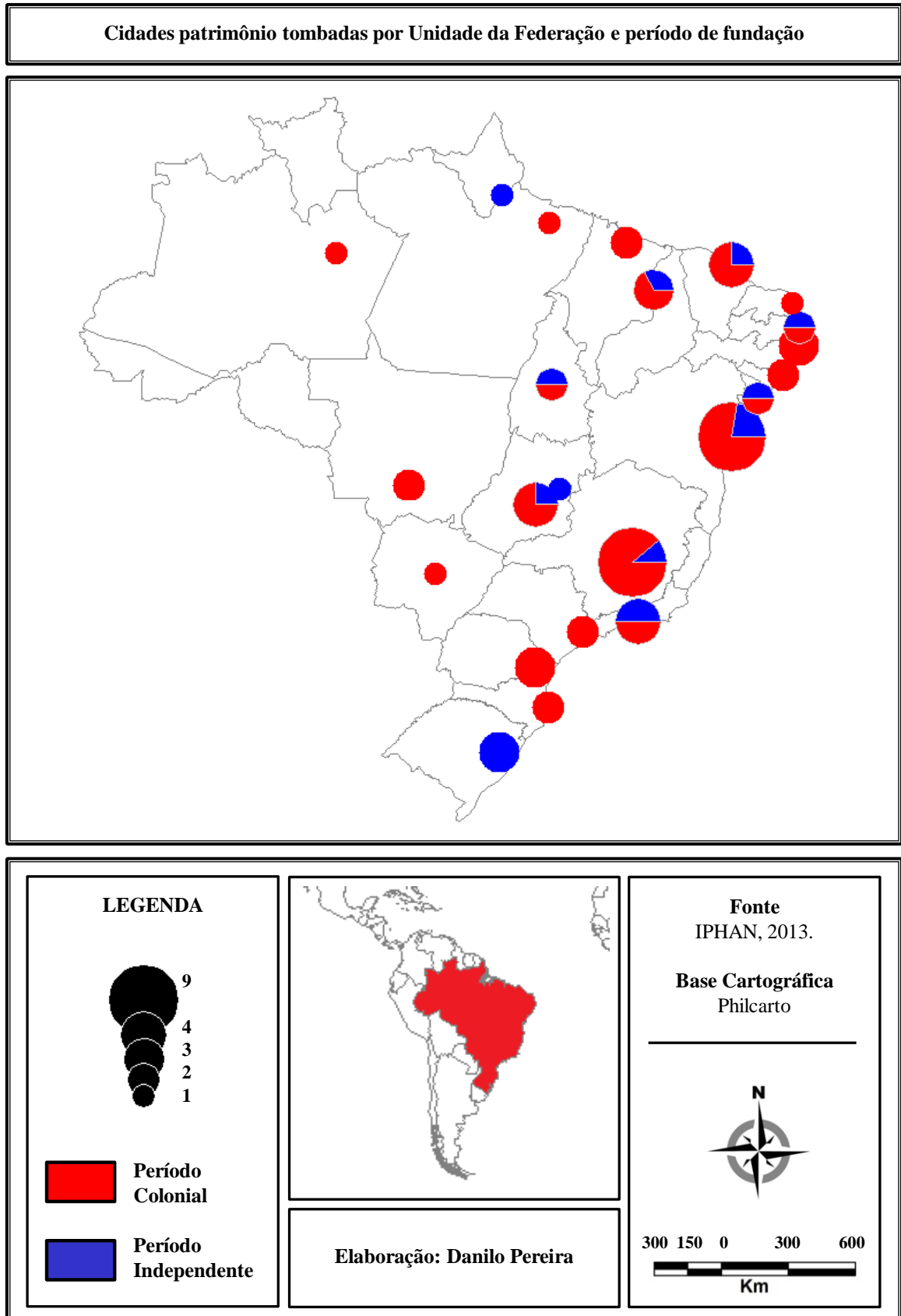
Nesse sentido, Marins (2008, p. 145) destaca também que:

Com efeito, o período colonial foi “canonizado” como aquele que, por conta de ter assistido à definição da identidade brasileira, deveria ter seus bens meticulosamente levantados por meio de pesquisas na forma de inventários, que registravam informações do catolicismo como fator de identificação na construção oficial da nação brasileira.

Não obstante, conforme Chuva (2009), a opção pelo período colonial, em particular o século XVIII, está diretamente relacionada à escolha pela arquitetura barroca como representante da nacionalidade brasileira, como já foi mencionado:

MAPA 7

Cidades patrimônio tombadas por Unidade da Federação e período de fundação



Fonte: IPHAN, 2013. Elaborado pelo autor.

A seleção dos bens resgatou a produção arquitetônica do período colonial, sendo identificada aos discursos sobre a história do Brasil que buscavam, naquele mesmo período, as raízes fundadoras da nacionalidade. O processo histórico decorrido nas Minas Gerais, que propiciou o surgimento do movimento de 1789, foi considerado a expressão-síntese da origem da nacionalidade, concretizada com o tombamento das cidades mineiras. (CHUVA, 2009, p. 208)

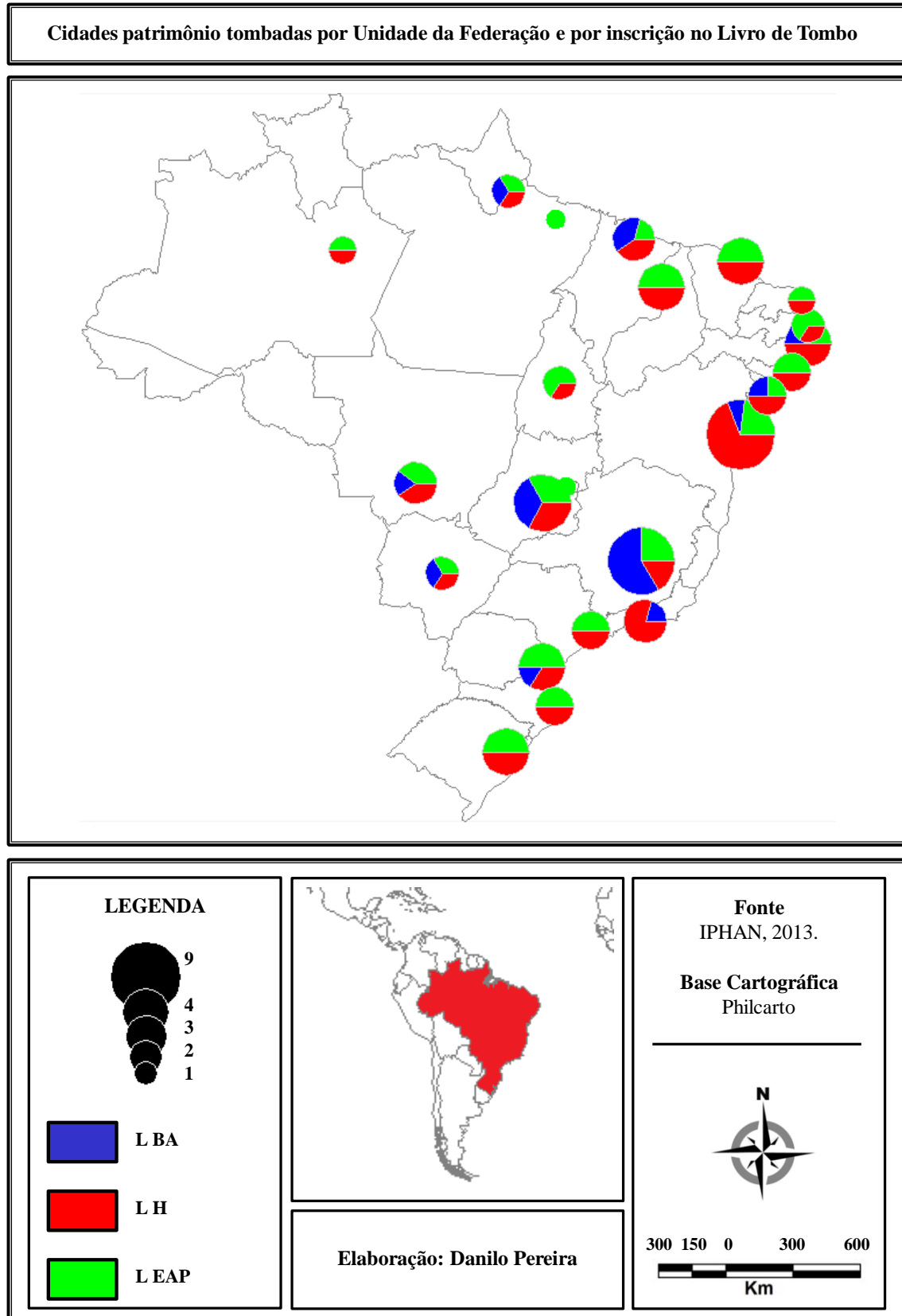
Por fim, contemplada essa análise dos lugares e tempos privilegiados proposta por Rubino (1996), realizar-se-á uma análise do que Chuva (2009) denominou de hierarquização dos bens considerados patrimônio nacional. Para a autora, os quatro Livros de Tombo²⁸ foram criados para enquadrar os bens em função das suas naturezas diversas, sem qualquer hierarquia preestabelecida entre eles no Decreto-lei 25/37. Contudo, ao analisar os livros em que foi inscrito cada um desses bens tombados (o que pode ser feito em um ou mais livros), a autora identificou uma significativa distinção entre eles.

De acordo com Chuva (2009), ao Livro de Tombo das Belas-Artes ficaram reservados aqueles bens considerados obra de arte – obras autênticas da produção artística originária da nação. No Livro de Tombo Histórico foi valorizada a ideia da repetição, isto é, de seleção de exemplares pertencentes a séries históricas, com a finalidade de documentá-los. O Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico se destinava aos bens não arquitetônicos, ou cujo valor não se encontrava na arquitetura. Por fim, o Livro de Tombo das Artes Aplicadas se destinava à inscrição de bens móveis, e, segundo a autora, este não vingou, visto que até hoje foram realizadas apenas quatro inscrições.

Observando o Mapa 8 e o Quadro 3 percebe-se que, assim como aos lugares e aos tempos privilegiados, essa ideia referente à hierarquia dos livros do tomo distingue novamente o estado de Minas Gerais, que tem sete das suas nove cidades patrimônio inscritas no Livro de Tombo de Belas Artes, com exceção de Congonhas e Paracatu que foram, respectivamente, inscritas nos Livros de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e Histórico. Vale destacar que esta distinção acentuou-se, visto que nas últimas décadas a grande parte das cidades patrimônio não foram inscritas no Livro de Tombo de Belas Artes em decorrência da dificuldade de alargamento dos valores estéticos instituídos pelos modernistas fundadores do Iphan.

²⁸ A expressão “Livro do Tombo” provém do Direito Português, em que a palavra *tombar* tem o sentido de registrar, inventariar, inscrever bens nos arquivos do Reino. Tal inventário era inscrito em livro próprio que era guardado na Torre do Tombo em Lisboa (Portugal).

MAPA 8

Cidades patrimônio tombadas por Unidade da Federação e por inscrição no Livro de Tombo²⁹

Fonte: IPHAN, 2013. Elaborado pelo autor.

²⁹ LBA: Livro de Belas Artes; LH: Livro Histórico; e LEAP: Livro Etnográfico, Arqueológico e Paisagístico.

QUADRO 3

Cidades patrimônio por inscrição no Livro de Tombo

Livro de tomo	Inscrições	%
Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	50	42,8
Livro de Artes Aplicadas	0	0,0
Livro de Belas Artes	22	19,2
Livro Histórico	42	36,8
Total	114	100

Fonte: IPHAN, 2013.

Logo, assim como observado por Chuva (2009, p. 217) ao analisar todo o universo de bens tombados até o final dos anos 1940, observa-se hoje, no que se refere às cidades patrimônio, que:

A história contada por meio da maioria absoluta dos bens selecionados foi demarcada cronologicamente no período colonial, com ênfase no processo sócio-cultural advindo da proliferação de cidades auríferas mineiras, assim como nos centros de poder político e econômico desse período – Salvador e Rio de Janeiro.

Desta forma, para que essa geografia das cidades patrimônio se torne mais democrática e representativa da diversidade do patrimônio cultural brasileiro, é necessário que as ações apreendidas entre 2006 e 2012 pela gestão Luiz Fernando de Almeida e Dalmo Vieira Filho, focadas na compreensão do território e que foram capazes de baixar de 38% para 28% a concentração de cidades patrimônio em apenas duas unidades da federação – Minas Gerais e Bahia –, tenham continuidade, visto que ainda há muito trabalho a ser realizado.

CAPÍTULO 3

IGUAPE: SÃO PAULO NO MAPA DAS CIDADES PATRIMÔNIO

Uma vez entendida a construção da noção de cidades patrimônio e a forma como o Estado concebe os espaços dessas cidades, tanto ao longo do século XX como nesse início do século XXI, passa-se agora a investigar essas ações com base nos estudos de caso. Não obstante, é necessário frisar que o olhar que guiará a investigação pretende responder duas indagações: o que cada caso traz de novo para compreender as políticas de salvaguarda das cidades patrimônio; e, a partir da proposta de Lefebvre (2008) para entender o processo de urbanização, quais as novidades que esses tombamentos trazem no que se refere à representação das cidades no âmbito do conjunto protegido na esfera federal.

Desta forma, tem-se aqui o objetivo de discutir o importante papel simbólico que Iguape representa ao incluir o estado de São Paulo no mapa das cidades patrimônio, além da metodologia da instrução do seu processo de tombamento – inovadora em relação às ações historicamente realizadas pela superintendência paulista – e de seu urbanismo defensivo associado à função portuária, que lhe confere um papel estratégico como cidade política articuladora do território entre o continente e o mar, tendo no rio Ribeira como uma importante via de circulação.

O estado herdeiro da Capitania de São Vicente, portanto, onde se encontram alguns dos núcleos urbanos mais antigos do país, chegou ao século XXI sem nenhuma cidade patrimônio reconhecida pelo Estado. Esse fato se deve, como mencionado no capítulo anterior, a uma política específica desenvolvida pela Superintendência estadual que delegou os tombamentos ao Condephaat, como forma de fortalecer o conselho estadual e de se preservar de questões conflitantes.

Marins (2008) ressalta que nem mesmos os intelectuais paulistas foram capazes de valorar o seu patrimônio nos anos iniciais do Iphan; Mário de Andrade considerava a arquitetura tradicional das cidades mineiras, baianas e pernambucanas como “maravilhosas e espantosas”, e que em São Paulo se deveria tomar o pouco que restava do período

seiscentista e setecentista, com referência à arquitetura colonial com elementos do barroco, negligenciando todo um patrimônio em arquitetura neoclássica e eclética que são os grandes representantes da cultura paulista. No que se refere aos bens tangíveis imóveis, “para grande parte das elites dirigentes paulistas os rústicos vestígios materiais do passado colonial estavam longe de ser motivo de orgulho” (MARINS, 2008, p. 147).

De acordo com o autor, quando o Iphan iniciou sua atuação no estado, a própria capital paulista ainda resguardava significativos exemplares de edificações em taipa, além de vários municípios do interior que, sem o respaldo das políticas de preservação, viram seus bens culturais tangíveis serem desmantelados na segunda metade do século XX. O patrimônio de Iguape só sobreviveu porque foi, posteriormente, submetido à tutela do órgão de proteção estadual e por se constituir como um forte elemento de identidade para a população local.

Os primeiros bens registrados no livro de tomo do Iphan referentes ao patrimônio paulista foram as coleções arqueológicas, etnográficas, artísticas e históricas do Museu Paulista da Universidade de São Paulo e a Capela de São Miguel Paulista, em 1938. De lá para cá se deram sucessivos tombamentos de bens isolados, porém, as cidades patrimônio só vieram em 2009 e 2010, respectivamente Iguape e São Luiz do Paraitinga.

Ainda nesse sentido, Iphan (2009c, p. 20) destaca que:

O tombamento de Iguape representa a oportunidade de corrigir uma lacuna que o patrimônio histórico nacional guarda em relação a esta região do Estado de São Paulo. Contextualizar a formação histórica e cultural da região, constituindo uma base sobre a qual se apoia a presente proposta, com possibilidades de outros tombamentos que se encontram em fase de estudo, com intuito de se estabelecer um sistema patrimonial do Vale do Ribeira coerente e inter-relacionado. Neste caso almeja-se fazer do que seria uma dívida, expressa na ausência do tombamento federal, uma oportunidade de tratar a questão de forma mais completa, consolidando a metodologia de uma visão sistêmica, do olhar para o todo, na ótica de uma perspectiva integrada de um território que guarda os testemunhos de uma rica história, plena de episódios importantes da formação do Brasil colonial e imperial.

Desta forma, o reconhecimento de Iguape como patrimônio cultural nacional decorreu do Plano de Ação “Paisagem Cultural: inventário de conhecimento do patrimônio cultural no Vale do Ribeira”, iniciado em 2007 e coordenado pelos novos técnicos aprovados no concurso de 2005, locados na Superintendência paulista – a arquiteta Flávia Brito do Nascimento, a geógrafa Simone Scifoni e a antropóloga Simone Toji – no âmbito das ações dos amplos inventários da Rede de Patrimônio promovidos nacionalmente pelo Depam.

A escolha do Vale do Ribeira por estes técnicos se justificou por essa região do estado de São Paulo apresentar características históricas e culturais que reúnem comunidades

caiçaras, quilombolas, indígenas, grupos de imigrantes e pequenos agricultores familiares, por ser o lugar dos maiores remanescentes de biodiversidade tropical e patrimônio espeleológico do estado, onde situam-se algumas das cidades mais antigas do país – como Iguape, Cananeia, Eldorado e Iporanga – e a maior concentração de sítios arqueológicos de São Paulo. Toda essa riqueza patrimonial, até então, sem nenhuma proteção em âmbito federal.

Conforme o Iphan (2009b), o plano de ação foi desenvolvido sobre duas premissas básicas: (1) a priorização de espaços ainda não contemplados por políticas federais de patrimônio cultural, e (2) a gestão compartilhada, em rede, por meio de processos participativos e de articulação política. Ressaltando que no centro do debate estava a ideia de cultura como um direito, incluída na dimensão da cidadania, o que permitiu redirecionar o foco das ações dos objetos em si mesmos, para o conjunto da sociedade.

Essas premissas, associadas à riqueza e à diversidade do patrimônio cultural inventariado, colocaram a dificuldade de compreendê-los pontualmente, reconhecendo que os mesmos deveriam ser interpretados com uma visão em conjunto, o que justificou a adoção pelo estudo a partir do conceito de paisagem cultural, ações totalmente concatenadas às novas políticas desenvolvidas em âmbito nacional pelo Depam. O inventário resultou na identificação de expressões culturais em seis municípios: Cananeia, Eldorado, Apiaí, Iguape, Registro e Iporanga.

Visando a construção de um pacto de gestão,³⁰ a equipe técnica da Superintendência do Iphan em São Paulo passou a se reunir com diversas instituições governamentais atuantes no Vale do Ribeira em âmbito federal, estadual e municipal, com organizações não governamentais, movimentos sociais, associações de moradores, sindicatos, cooperativas, universidades, entre outros setores.

Em decorrência desses primeiros contatos – que tiveram como objetivo apresentar a proposta da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira, levantar questões sobre a proteção do patrimônio cultural na região e a articulação de ações conjuntas –, foi realizado o “Encontro de Trabalho Paisagem Cultural do Vale do Ribeira: Planejamento Estratégico” em Iguape.

³⁰ No que se refere ao pacto a ser firmado, a portaria nº 127, de 30 de abril de 2009, assim o define nos Artigos 4º e 5º: A chancela da Paisagem Cultural Brasileira implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida. O pacto convencionado para proteção da Paisagem Cultural Brasileira chancelada poderá ser integrado de Plano de Gestão a ser acordado entre as diversas entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, o qual será acompanhado pelo IPHAN. (IPHAN, 2009a, p.17).

Esse encontro teve como objetivo reunir as instituições, as municipalidades e a sociedade civil para traçar estratégias conjuntas de atuação na área de proteção do patrimônio do Vale. O Iphan (2009b) destaca, entre os resultados obtidos, a constatação da relação intrínseca entre as expressões culturais materiais e imateriais, entre os processos de ocupação do território e do rio Ribeira de Iguape, este como elemento de mediação na construção da identidade, da cultura e da história regional, o elemento entorno do qual se funde a memória coletiva regional e a necessidade de implementação de políticas públicas que garantam a sua salvaguarda.

No encontro surgiram, ainda, demandas no sentido da necessidade de ampliação do que a direção do Iphan denominava de “estoque patrimonial”, particularmente no estado de São Paulo, aumentando a representatividade dos bens paulistas no mapa do patrimônio cultural brasileiro e a necessidade de se estabelecer espaços de diálogos, de trocas de experiências e de ações articuladas entre as instituições que atuam nas localidades e o instituto federal.

Desta forma, tendo como finalidade atender as demandas sociais e contribuir para a preservação do patrimônio cultural local, complementando e integrando outros instrumentos de proteção, foi consenso entre os participantes do encontro que, além da chancela da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira, deveriam se priorizar o tombamento federal do centro histórico de Iguape e dos bens culturais da imigração japonesa no Vale do Ribeira.

Para atender tais demandas, e em virtude das comemorações dos 100 anos da imigração japonesa para o Brasil, os estudos da equipe técnica voltaram-se para essa temática, resultando no Dossiê de Tombamento dos Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira, um conjunto de 14 bens culturais, quase todos implantados em áreas rurais dos municípios de Iguape e Registro, importantes testemunhos da ocupação do território brasileiro através da implementação de três colônias japonesas no país: Katsura, Iguape e Sete Barras. Ainda nessa temática, foi desenvolvido o INRC e o Dossiê de Registro da Celebração do Tooro Nagashi, rito celebrado por descendentes de imigrantes japoneses que lançam nas águas do rio Ribeira velas acesas em respeito ao Dia de Finados. Ambos os dossiês foram encaminhados respectivamente ao Depam e ao DPI em 2008, contudo, apenas o primeiro foi reconhecido como patrimônio nacional, o segundo não recebeu parecer favorável, justificado pela falta do caráter de ancianidade, visto que a celebração ocorre apenas desde os anos 1950.

Atendendo a outra demanda do encontro de trabalho, nos meses seguintes a equipe técnica se dedicou na elaboração do Dossiê de Tombamento do centro histórico de Iguape e na finalização do Dossiê da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira. No entanto, apenas o primeiro foi encaminhado ao Depam e tombado em 2009, o segundo não logrou apoio interno na superintendência, pois entenderam que a área de proteção era demasiadamente extensa, e o mesmo foi arquivado.

Deste modo, a primeira cidade patrimônio paulista foi reconhecida como patrimônio nacional no contexto:

[...] das cidades do território paulista constituídas a partir de processos históricos anteriores ao café, seja exploração aurífera, seja a rizicultura, ou mesmo a própria ocupação do território, o que no que se refere aos valores memoriais, incorreu na lógica construída expressa na atualidade em Iguape, há inúmeras sobreposições e rearranjos espaciais construídos ao longo de muitas décadas, conformando o que se encontra hoje naquelas cidades. (IPHAN, 2009c, p. 16)

Nascimento (2013) destaca que o conceito de cidade-documento pode ter sido usado na instrução do processo de tombamento, mas de maneira inconsciente. Para a coordenadora do inventário “Paisagem Cultural: inventário de conhecimento do patrimônio cultural no Vale do Ribeira”, o principal discurso que fundamentou a atribuição de valor do tombamento de Iguape se deu pelo seu caráter de testemunho de um momento da ocupação do território nacional (informação verbal)³¹.

Logo, vale ressaltar que Iguape, mesmo se constituindo como cidade colonial, foi tombada, não repetindo a lógica das cidades-monumento como relíquia e paradigma da civilização material que a nação brasileira construiu, mas com algumas ideias implícitas da cidade-documento enquanto objeto rico de informações sobre a vida e a organização social local nas várias fases da sua história. Contudo, é importante ressaltar que o seu tombamento se justifica principalmente como bem que explica a formação territorial de uma região – o Vale do Ribeira – e mesmo do país, ao se vincular ao processo de fundação de cidades a partir da exploração econômica do ciclo do ouro anterior a descoberta das “minas gerais”.

Por duas ocasiões Iguape foi objeto de interesse do Iphan, na década de 1940, quando Hermann Kruse foi encarregado pela Superintendência de São Paulo para realizar o levantamento de edifícios antigos, sambaquis e outros monumentos de interesse artístico,

³¹ Informações concedidas por Flávia Brito do Nascimento em entrevista ao autor (São Paulo, novembro de 2013).

cultural ou natural, e na década de 1960, quando é solicitado à Lucio Costa o tombamento da cidade pelo então senador Lino de Mattos.

Contudo, os trabalhos estabelecidos pela geração fundadora do Iphan não levaram a proteção federal de Iguape como parte da política de construção do mosaico que almejava constituir o patrimônio cultural nacional. As alegações para a sua não inclusão nos livros do tomo da instituição foram, segundo o Iphan (2009c), desde ausência de caráter de ancianidade e pouco valor individual, até a falta de originalidade das edificações e do tecido urbano sucessivamente sobreposto pelos processos históricos.

O Conjunto Histórico e Paisagístico da Cidade de Iguape, tombado em dezembro de 2009, é formado por três setores (Mapa 9). O Setor do Núcleo Urbano (IPHAN, 2009c), o centro antigo da cidade (Figura 5), que caracteriza-se pela singularidade do seu traçado urbano em forma de elipse de pontas alongadas, com ruas levemente sinuosas e entrecortadas por pequenas ruas estreitas, dominado pela Praça da Basílica, pela composição da arquitetura que lhe confere aspecto de conjunto e ao mesmo tempo são testemunhos dos sucessivos processos históricos e culturais de sua ocupação, além da riqueza dos marcos naturais que a circulam e dela fazem parte.

No que se refere a estes marcos naturais, destaca-se o Setor do Morro da Espia (IPHAN, 2009c), um maciço cristalino litorâneo de constituição granítico-gnáissico que aparece em posição isolada em meio a vasta planície de Iguape-Cananeia (Figura 6). Esse patrimônio natural possui relação intrínseca com a história da ocupação humana em Iguape, primeiramente por constituir-se como fonte de água doce que abasteceu os primeiros grupos humanos que se instalaram no local, e também do ponto de vista simbólico-religioso, pois em 1646 foi lavada em suas águas a imagem do Bom Jesus, achada na Praia da Jureia. O local, um pequeno riacho circundado de rochas, ficou consagrado como local mítico.

Por fim, tem-se o denominado Setor Portuário (IPHAN, 2009c), um conjunto formado por áreas do antigo Porto da Ribeira, o Canal do Valo Grande (Figura 7), o Porto Grande (Figura 8) e suas respectivas margens e zona de orla marítima, até o canto do Morro da Espia. O primeiro corresponde aos remanescentes do porto fluvial do século XVII, algumas poucas ruínas e a Capela de São João Batista, construção de 1946 em substituição à antiga, de 1870. Já o Valo Grande corresponde a uma obra de engenharia do século XIX que teve como objetivo ligar o porto fluvial ao marítimo e o Porto Grande às margens do Mar Pequeno, junto à cidade de Iguape.

FIGURA 5
Setor do Núcleo Urbano de Iguape



Foto do autor, 2013.

FIGURA 6
Setor do Morro da Espia em Iguape ao fundo e o Valo Grande no primeiro plano

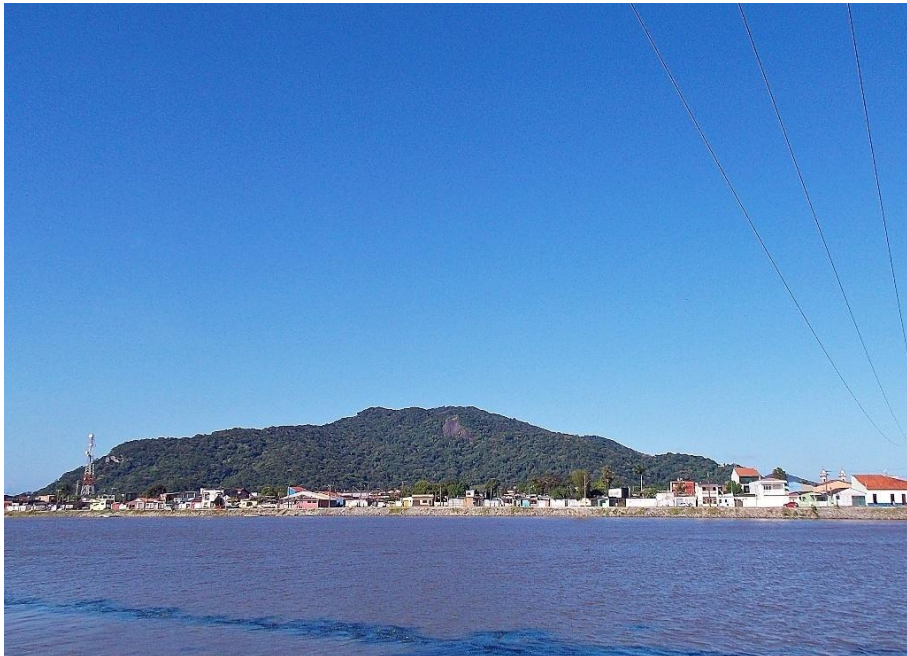


Foto do autor, 2013.

FIGURA 7

Setor Portuário de Iguape, Valo Grande e as canoas coloridas dos caiçaras



Foto do autor, 2013.

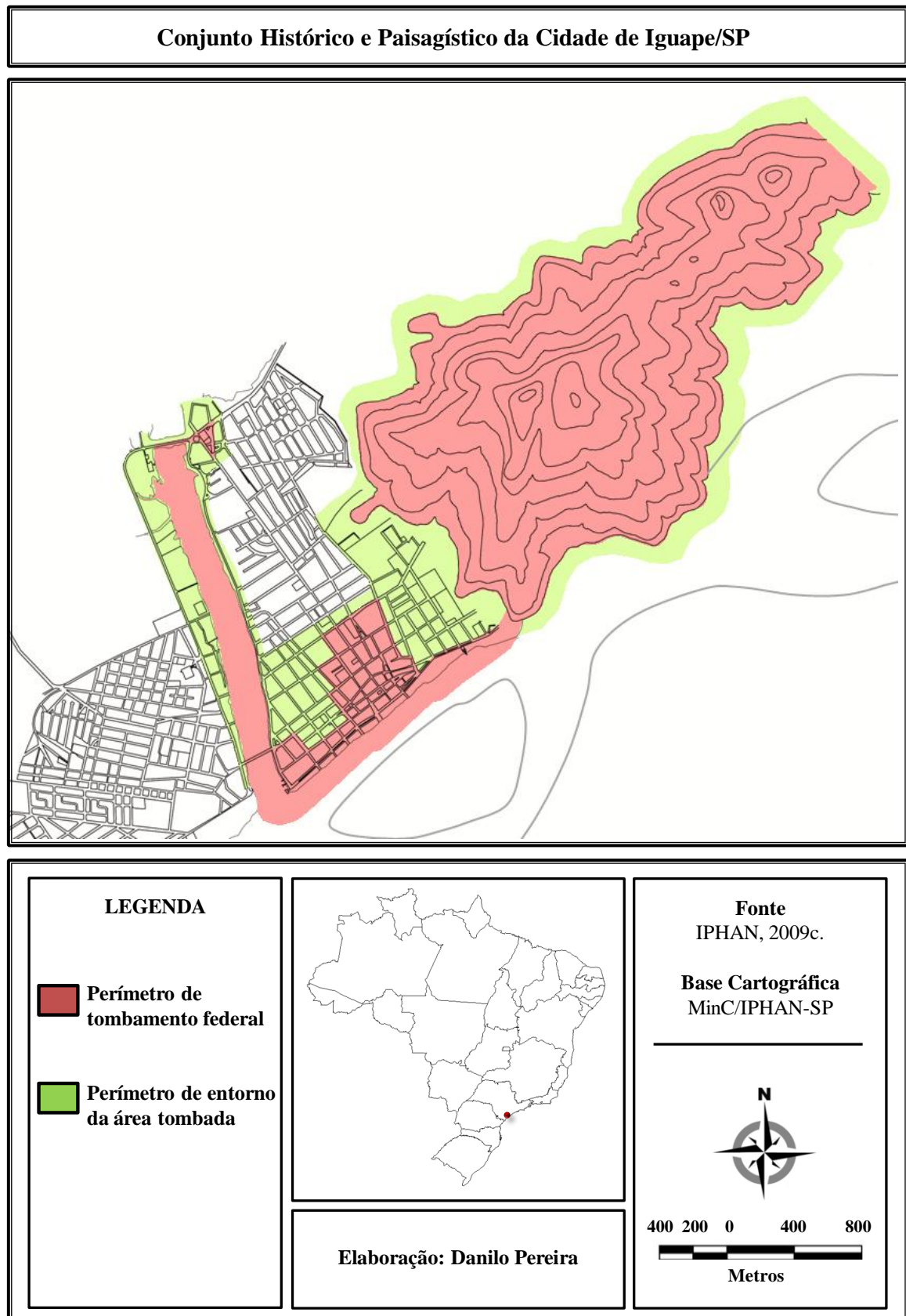
FIGURA 8

Setor Portuário de Iguape, Mar Pequeno e o lugar onde ficava o Porto Grande



Foto do autor, 2013.

MAPA 9
 Conjunto Histórico e Paisagístico da Cidade de Iguape/SP



Fonte: IPHAN, 2009c. Elaborado pelo autor.

Conforme Iphan (2009c, p. 213):

Esse conjunto testemunha, ainda hoje, a relação intrínseca da cidade com as águas, abrigando usos tradicionais do espaço, os quais foram reduzidos com o passar dos anos, mas ainda se encontram presentes e expressos na paisagem local, como é o caso da pesca artesanal. Uma paisagem marcada pelo cotidiano de pescadores, seus apetrechos de pesca como canoas coloridas, atracada junto à margem, e redes de pesca. Um cotidiano marcado pelos fluxos da natureza, o tempo da lua, das marés, dos ventos e das chuvas que influenciam na produção pesqueira.

Deste modo, a associação formada pela cidade antiga, o Morro da Espia e o conjunto portuário representantes do auge das atividades econômicas ligadas ao ouro e ao arroz permanecem contemporaneamente redimensionadas em função do espaço vivido, no qual as águas exercem, ainda, um papel fundamental. O Morro da Espia continua sendo uma importante fonte de recursos hídricos para os habitantes de Iguape e lugar de peregrinação para os devotos do Bom Jesus. A navegação fluvial e marítima no Mar Pequeno e no Valo Grande sobrevive, mesmo que em menor escala, nos pescadores que mantêm seus barcos também como meio de transporte e circulação, além de passeios turísticos.

Iguape se constitui em um dos melhores exemplos de um espaço produzido pela ação criadora do homem que domina e transforma a natureza, que provê recursos para a sua atividade criativa e produtiva, um espaço que é obra e produto social gerado a partir do trabalho na materialização das condições de vida da humanidade e da reprodução social com a natureza primeira.

3.1. Uma experiência entre a educação patrimonial e a participação social

Para atender a demanda de tombamento da cidade de Iguape, em 2008 é realizada a “Oficina de Educação Patrimonial Mapa do Patrimônio de Iguape” com o objetivo de envolver a população local no processo de identificação dos bens culturais da cidade, auxiliando na delimitação da poligonal de tombamento. Assim, a oficina pretendeu constituir-se como uma estratégia de complementação da pesquisa de gabinete, e, mais que isto, pretendeu ser um momento de estreitamento da relação do Iphan com a população moradora de Iguape, que produz e vive cotidianamente este espaço que pretendia-se inventariar e salvaguardar.

Para tanto, é importante destacar que entende-se que a Educação Patrimonial:

[...] pode aparecer como um componente essencial de todo o processo de identificação do patrimônio, o que significa incorporá-la como atividade *pari passu* e integrada às pesquisas de tombamento e/ou de inventário do patrimônio imaterial.

Neste caso ele se revela como uma possibilidade e um espaço para envolver a comunidade local na construção de um patrimônio compartilhado, considerando as necessidades e as expectativas das comunidades envolvidas, o que implica uma construção que é coletiva e não uma ação burocraticamente implantada de cima para baixo pelas instituições (SCIFONI, 2012, p. 37)

Deste modo, para a autora, mostra-se importante a construção de ações de forma compartilhada com as comunidades, a partir de suas necessidades e demandas, envolvendo diversos segmentos públicos e da sociedade civil, bem como uma multiplicidade de estratégias, as quais têm que ser determinadas a partir de problemáticas de cada local.

Realizada em parceria com a Prefeitura Municipal de Iguape, o Iphan (2009c) destaca que através da oficina buscou-se criar um espaço de interlocução com a população local, convidando a comunidade a trazer suas contribuições a partir de relatos e histórias de vida, fotos antigas, documentos, desenhos, ou mesmo indicando lugares representativos de sua história para construir o mapa que sinalizasse os bens culturais que devessem ser objeto de proteção do poder público.

Nesta Oficina foram identificados diversos imóveis, lugares, monumentos e manifestações do patrimônio imaterial, todos reconhecidos pela população como importantes e representativos de sua história e de sua cultura (Fotos 9 e 10; Mapas 10 e 11). Os oficinairos apontaram como parte de suas referências culturais celebrações como a do Bom Jesus de Iguape, de Nossa Senhora do Rocio, do Robalo, do Carnaval e de Corpus Christi e o modo de fazer dos tapetes de serragem, das violas caiçaras, das rabecas e das redes de pesca, formas de expressão como o fandango caiçara³², além de uma infinidade de práticas cotidianas em que se destaca a pesca. Vale ressaltar que esse conjunto variado e rico de prática que aparecem nas falas da comunidade não possuem aspecto de folclore, mas sim como práticas arraigadas e disseminadas no cotidiano, características vivas do modo ser iguapense.

No âmbito do patrimônio material, a maioria encontra-se no denominado Setor Núcleo Urbano, área de proteção em nível estadual desde 1974, contudo, vale destacar que os oficinairos apontaram um grande número de bens fora desse perímetro, como o Porto da Ribeira, a Capela de São João, a Fábrica Única e o Sobrado das Pirá, praticamente arruinado, mas que testemunham os diversos ciclos econômicos que marcaram a história do município, assim como a de sua expansão urbana. Foram apontadas ainda referências culturais fora do perímetro urbano de Iguape, como a Vila do Icapara, a primeira sede do município.

³² Registrado como patrimônio nacional em 2012.

FIGURA 9
Oficina Mapa do Patrimônio de Iguape



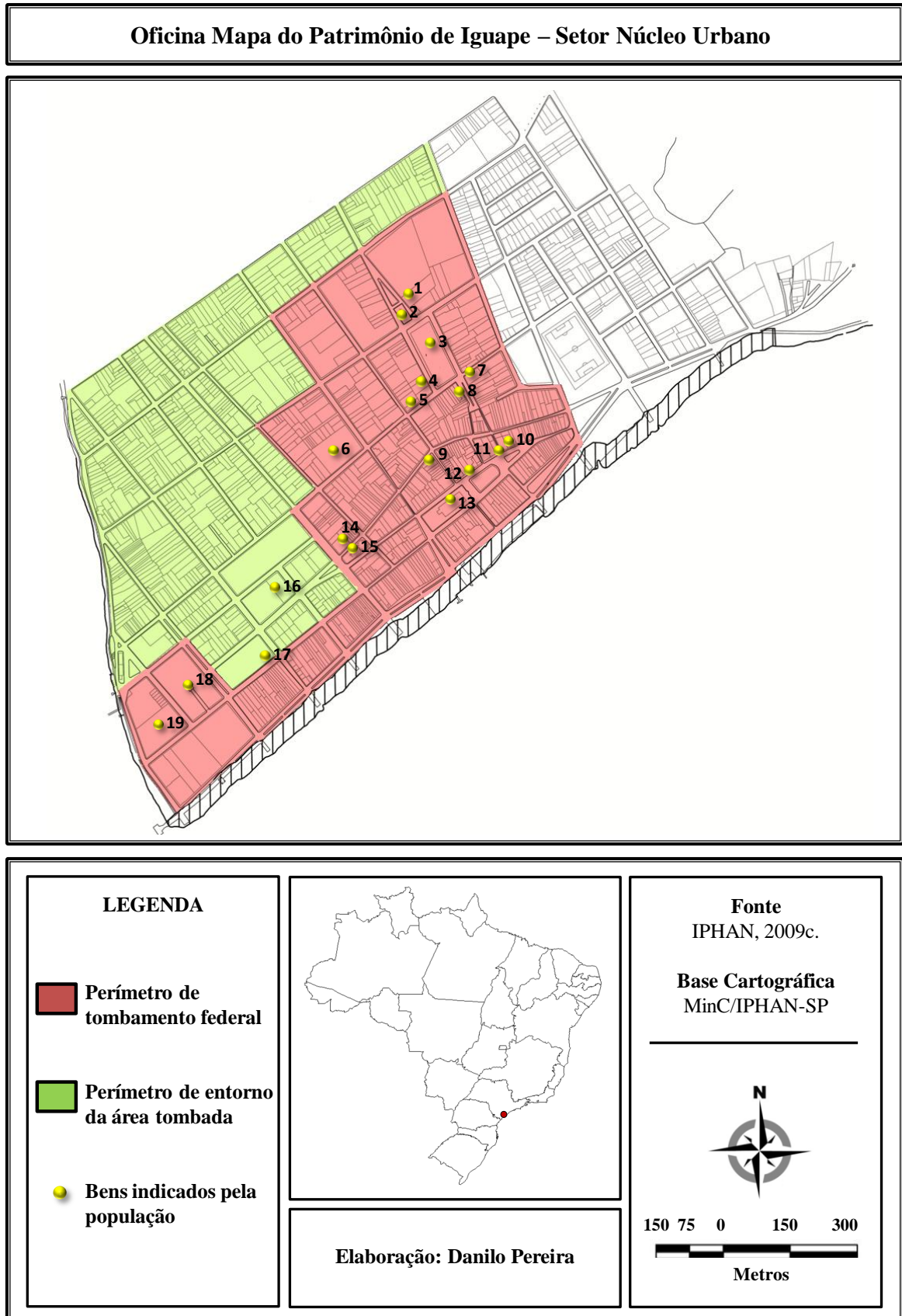
Acervo do Iphan-SP, 2008.

FIGURA 10
Oficina Mapa do Patrimônio de Iguape



Acervo do Iphan-SP, 2008.

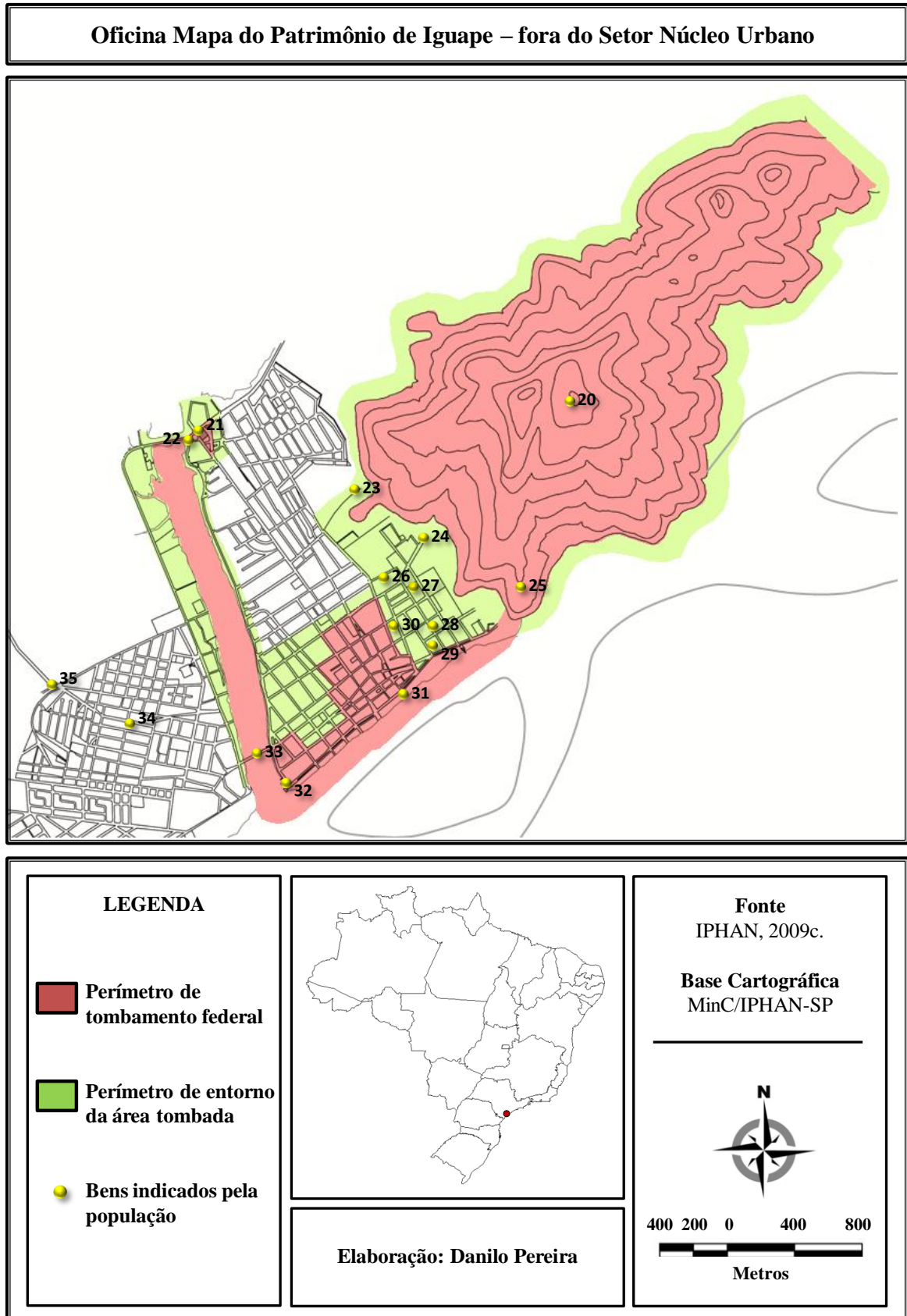
MAPA 10
Oficina Mapa do Patrimônio de Iguape – Setor Núcleo Urbano



Fonte: IPHAN, 2009c. Elaborado pelo autor.

MAPA 11

Oficina Mapa do Patrimônio de Iguape – fora do Setor Núcleo Urbano



Fonte: IPHAN, 2009c. Elaborado pelo autor.

QUADRO 4

Bens identificados pelos participantes da Oficina Mapa do Patrimônio de Iguape

Nº	Bem	Nº	Bem
1	Casa dos Jesuítas	19	Fábrica Única
2	Igreja de São Benedito	20	Morro da Espira
3	Praça de São Benedito / Chafariz	21	Capela de São João
4	Correio Velho	22	Porto da Ribeira
5	Hotel São Paulo	23	Ruínas Porcina
6	Colégio Vaz Caminha	24	Fonte do Senhor
7	Sobrado dos Toledos	25	Cristo
8	Casa da Banda	26	Sedes de Chácaras
9	Casa dos azulejos portugueses	27	Capela Restaurada
10	Casa de Fundação	28	Chácara Yanaguisawa
11	Câmara Municipal	29	Pirá
12	Palacete Lima	30	Antiga propriedade Carneiro Muniz
13	Basílica do Bom Jesus	31	Porto Grande
14	Oficina Cultural	32	Porto da Balsa
15	Igreja do Rosário	33	Passarela
16	Fórum	34	Rocio
17	EMEF Benedito Rosa	35	Sambaqui
18	Cemitério		

Fonte: Iphan, 2009c.

A Oficina foi de extrema importância para definir o perímetro de tombamento, uma vez que bens que do ponto de vista de uma abordagem tradicional poderiam ser considerados “sem valor material” foram incluídos pelo forte apelo identitário e de sustentáculo de memórias coletivas, como a Capela de São João, que, mesmo distante do Núcleo Urbano e se constituindo como uma reconstrução do século XX, foi reconhecida como patrimônio nacional, contudo, um conjunto de chácaras localizadas entre o Setor do Núcleo Urbano e o do Morro da Espira, que também foram inventariados pela comunidade, ficaram de fora do perímetro de tombamento, mostrando que houve um certo limite na participação social na delimitação da poligonal. Todavia, é inegável que tais ações legitimaram localmente a singular e extensa poligonal de tombamento estabelecida, pois além do centro histórico, agregaram-se extensas áreas naturais que também se constituem como suporte da identidade local.

No mesmo período, foi inaugurada de forma pioneira a primeira Casa do Patrimônio do estado de São Paulo em Iguape, estruturada antes mesmo da proteção federal. O Projeto Casas do Patrimônio tem como objetivo:

[...] ampliar a capilaridade institucional do IPHAN e interligar espaços que promovam práticas e atividades de natureza educativa de valorização do Patrimônio Cultural, as Casas do Patrimônio se fundam na necessidade de estabelecer novas formas de relacionamento, de acordo com uma perspectiva transversal e dialógica, entre o órgão, a sociedade civil e os poderes públicos locais. (FLORENCIO; CLEROT; RAMASSOTE, 2014, p. 36)

Desta forma, como apontam os autores, as Casas do Patrimônio possuem um desafio: ampliar os espaços de diálogo com a sociedade a partir da Educação Patrimonial, multiplicando locais de gestão compartilhada e de construção de políticas públicas de patrimônio cultural, fomentando novas práticas de preservação, sobretudo por meio de ações educativas formais e não formais, em parceria com escolas, agentes culturais, instituições educativas formais e não formais e demais seguimentos sociais e econômicos.

Em Iguape, a implantação da Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira foi viabilizada devido, principalmente, a uma parceria entre o Iphan e a Prefeitura Municipal. A formalização da iniciativa foi feita por meio de um Termo de Cooperação Técnica, cujo objetivo principal consistia em conformar um espaço de interlocução com a comunidade local, visando propiciar o debate e a participação social na gestão, proteção e valorização do patrimônio cultural. Segundo o documento, compete ao Iphan a organização e gestão das atividades educativas, além de orientação técnica e apoio na execução de ações de iniciativa da Prefeitura, e à Prefeitura, a administração e gestão da Casa de Patrimônio, podendo também desenvolver atividades e eventos no espaço, de comum acordo com o Iphan.

As primeiras ações desenvolvidas na Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira foram voltadas em constituí-la como um polo de pesquisas e reflexões para toda a região e, assim, foi montada uma biblioteca especializada em temas relacionados ao patrimônio cultural, inaugurou-se uma exposição sobre a atuação do Iphan no Vale do Ribeira, com o intuito de socializar os conhecimentos produzidos por meio dos inventários implementados, além da realização de oficinas voltadas à formação e capacitação de jovens por meio de maquetes – visando torná-los aptos em relação a essa técnica de representação espacial – e oficina de biblioteca – visando transmitir critérios e orientações básicas na formação e gestão de bibliotecas.

Esse processo participativo, envolvendo ações de Educação Patrimonial durante a instrução do processo de tombamento de Iguape e a abertura da Casa do Patrimônio antes da proteção federal, logrou o reconhecimento por parte do Conselheiro Relator do Conselho Consultivo do Patrimônio do Iphan à época, que considerou que:

[...] o ato do Tombamento em si compreende aplicação de procedimentos cuja metodologia pode e deve estar sendo permanentemente aperfeiçoado e que este caso em especial pode representar mais um passo no sentido dos necessários ajustes que indicam o caminho de seu aperfeiçoamento metodológico e a oportunidade de consolidação do conceito de paisagem cultural. Toma-se, portanto, necessário envidar imediatos esforços para fortalecer a pioneira experiência que ali se verifica, da criação da Casa do Patrimônio de Iguape, garantindo aos técnicos locais mais uma estrutura que venha permitir uma verdadeira integração com a comunidade, bem como na condução de trabalhos de proteção do acervo, na medida em que favoreça parcerias entre os órgãos municipais, estaduais e o IPHAN. (IPHAN, 2009d, p. 23)

É importante ressaltar que com a saída daqueles técnicos que realizaram a instrução do processo de tombamento da instituição de preservação, houve uma descontinuidade nas ações da Casa, que hoje não desenvolvem mais atividades educativas, passando a dedicar-se apenas a orientações técnicas de fiscalização; na prática, se constitui hoje como um Escritório Técnico do Iphan no Vale do Ribeira.

Associado a isso, foi possível aferir em trabalho de campo, através de entrevistas, que a parceria com a prefeitura também apresentou problemas. Para Gafazi (2013), a administração municipal que assumiu em 2012 se mostrou menos comprometida com as questões que envolvem a cultura local, e conseqüentemente ações de educação patrimonial, ressaltando que no ano de 2013 não havia sido realizada nenhuma ação (informação verbal)³³.

Para Lourenço (2013), a Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira não manteve a continuidade das ações implementadas pelos técnicos envolvidos nos inventários realizados na região entre 2007 e 2009, não desempenha mais a função de espaço de referência para a pesquisa e para ações compartilhadas de educação, gestão e promoção do patrimônio da região, se constituindo hoje como espaço técnico e burocrático (informação verbal)³⁴.

Tal fato mostra-se muito preocupante, pois, ainda segundo o que foi aferido em campo, o patrimônio cultural e natural de Iguape é associado, por muitos, a um processo de estagnação econômica, ou seja, para estes, tais bens representam um testemunho no espaço de um momento que muitos desejam superar, o que tem gerado conflitos na atualidade em

³³ Informações concedidas por Valéria Gafazi em entrevista ao autor (Iguape, outubro de 2013).

³⁴ Informações concedidas por Anísia Lourenço em entrevista ao autor (Iguape, outubro de 2013).

relação à salvaguarda desse patrimônio. Entende-se, assim, que as ações de Educação Patrimonial seriam de extrema relevância para superar tais conflitos, ou melhor, a única possibilidade de superação dessa associação do patrimônio com a decadência econômica do Vale.

3.2. O urbanismo defensivo e a cidade portuária

Inicialmente, no Oriente, a primeira cidade surgida refere-se à cidade política onde a divisão social do trabalho já é clara porque se, de um lado, havia sacerdotes, príncipes, chefes militares e escribas, de outro, havia artesãos, camponeses e escravos. Essa cidade é também divisão espacial do trabalho: praças, monumentos, palácios determinando-se sobre um vasto território agrícola.

Conforme Lefebvre (2008, p. 19):

A cidade política administra, protege, explora um território frequentemente vasto, aí dirigindo os grandes trabalhos agrícolas: drenagem, irrigação, construção de diques, arroteamento etc. Ela reina sobre um determinado número de aldeias. Aí, a propriedade do solo torna-se propriedade eminente do monarca, símbolo da ordem e da ação. Entretanto, os camponeses e as comunidades conservam a posse efetiva mediante o pagamento de tributos.

A cidade política se constitui enquanto obra, pois o uso principal de suas ruas e praças, dos edifícios e dos monumentos é a Festa, que conforme Lefebvre (2001), consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro.

O que provocou o fim da hegemonia dessa cidade foi o comércio. Durante séculos a atividade foi malvista e relegada aos “forasteiros” que, na cidade, faziam uso de espaços apartados e isolados do centro. Lefebvre (2008, p. 22) assinala que “a troca e o comércio, indispensáveis à sobrevivência como à vida, suscitam a riqueza, o movimento. A cidade política resiste com toda a sua força, com toda a sua coesão”. Trava-se uma luta de classes, os comerciantes tornaram-se classe hegemônica, desde então, a praça (como expressão da centralidade) é a do mercado.

No caso brasileiro, a produção de cidades já nasce com esta dupla função, política e mercantil, apesar da relação entre essas funções ser dialética, sendo que uma se sobrepõem à outra conforme o contexto histórico e geográfico em que se dá sua fundação. Os casos de Iguape e Oeiras deixaram isto bem claro. Iguape nasce como cidade política com a função de

garantir o domínio sobre o território da colônia, mas também como cidade voltada a viabilizar o comércio com o exterior.

Conforme Iphan (2009c), a origem do povoamento europeu no Vale do Ribeira remonta ao século XVI, os casarões, ruínas e vielas ali presentes são testemunhas dessa longa trajetória de intensa atividade econômica iniciada com a chegada das principais caravanas, que encontraram excelentes condições portuárias oferecidas pelo complexo estuarino-lagunar, e a possibilidade da exploração do ouro, além desta região estar intimamente ligada à ocupação de um território que à época estava em litígio entre Portugal e Espanha, em virtude da proximidade da fronteira imposta pelo Tratado de Tordesilhas.

O rio Ribeira de Iguape orientou a ocupação de toda a região, determinando a localização das vilas que foram se formando ao longo de suas margens e de seus afluentes. A descoberta de ouro na Serra do Mar, ainda no século XVI, incentivou um intenso processo de ocupação do interior da região, conferindo uma posição de destaque ao vale na administração colonial. Deste modo, segundo Iphan (2009c), sob influência do chamado ciclo do ouro paulista, formaram-se os povoados de Iporanga, Apiaí, Registro e Eldorado. Já a necessidade de articulação fluvial entre estes núcleos e o mar conferiu à cidade portuária de Iguape importância estratégica no controle e exportação de produtos das lavras, fomentando sua urbanização e crescimento precoce e a função de administrar, proteger e explorar esse território.

A construção das cidades portuguesas tinha sempre em atenção uma cuidadosa escolha da localidade e do sítio. A escolha da localização dependia essencialmente das funções que esta deveria exercer (portuária, administrativa, comercial, entre outras), já a escolha do sítio tinha em atenção as condições topográficas e ambientais desejadas. Em Iguape isso se observa por ter sido implantada em terreno plano, mas junto a importantes referências naturais, como já foi ressaltado: o Morro da Espia, que garantia o abastecimento de água potável e a vista de todo lagamar, garantindo sua defesa, o Mar Pequeno, braço de mar abrigado para o atracamento seguro de embarcações, e o rio Ribeira, curso de água doce que ligava o litoral à Serra do Mar. Assim, o sítio apresentou inúmeras vantagens geográficas para a instalação da vila, como água doce em abundância, proximidade do rio Ribeira, um porto natural no Mar Pequeno e condições de proteção. Conforme o Iphan (2009c, p. 47):

A baía abrigada e a elevação próxima do núcleo urbano garantiam a proteção da cidade, de onde se tinha grande visibilidade de todo o sistema do lagamar. O sistema defensivo é reforçado pelo traçado urbano do núcleo, voltado para si mesmo, e em forma de fortificação.

No que se refere ao traçado urbano, pode-se observar que em Iguape tem-se uma organização semelhante a outros núcleos coloniais litorâneos, em que a partir de uma rua paralela à linha do mar, as demais ruas e quarteirões se desenvolvem, tendendo a ortogonalidade. Contudo, em Iguape esta rua principal se abre progressivamente para abrigar o principal templo religioso da cidade, a Basílica do Bom Jesus, e depois torna-se regular. Outra singularidade desse núcleo se refere à rua paralela a esta que, em outros núcleos, segue a linha do mar, mas em Iguape perfaz uma curva em relação ao Mar Pequeno, completando junto à primeira rua um aspecto defensivo do desenho urbano (Figura 11). Transversal a essas ruas, há estreitas vielas que dão acesso ao mar, onde estava o porto, assegurando assim a “indevasabilidade do núcleo urbano e sua conseqüente segurança” (IPHAN, 2009c, p. 48), características essas que também nos possibilitar fazer uma associação à proposta de urbanização de Lefebvre (2008).

Também remonta ao período da exploração aurífera a dupla condição portuária da cidade, de um lado o porto fluvial às margens do rio Ribeira, o Porto da Ribeira e, do outro lado, o porto marítimo situado junto ao Mar Pequeno e contíguo à cidade, denominado de Porto Grande, constituindo a cidade como um verdadeiro ponto de articulação do território, que somada à instalação da Cada de Fundação garantiam o controle dessa exploração.

Desde o século XVII, as mercadorias vindas serra acima em direção a Iguape eram descarregadas em um trecho do rio, vinte e sete quilômetros antes deste atingir sua foz na Barra do Ribeira. Esse trecho em que conformou-se o Porto da Ribeira corresponde a um ponto onde um meandro do rio, parcialmente desligado do seu curso, mais se aproxima da cidade de Iguape. Assim, o porto fluvial nasceu com uma finalidade estratégica de encurtar o caminho até o Porto Grande, reduzindo o tempo de deslocamento até Iguape, funcionando como ponto de transbordo. Do Porto da Ribeira seguia-se até o Porto Grande por terra, em carroças puxadas por bois (Figura 12).

Logo, a função portuária desta cidade patrimônio, durante séculos, se relacionou com a necessidade de articulação de um território onde toda a comunicação se dava por meio das águas do mar e dos rios. Neste cenário, Iguape foi favorecida pela sua localização, o que lhe permitiu uma melhor relação com os setores serra acima, o planalto e a capital da colônia, portanto, a de controle deste vasto território, o que fez que sua função política se sobrepusesse à função mercantil.

FIGURA 11
Imagem aérea de Iguape e o urbanismo defensivo



Foto de Margi Moss, 2008.

FIGURA 12
Imagem de satélite da região de Iguape, da lagamar e da Barra do Ribeira



Imagem do Google Earth, 2015.

No século XVII, a produção aurífera do Vale foi preterida com a descoberta das “minas gerais” pelos bandeirantes, estagnando a economia da região até o início do século XIX, quando inicia-se a cultura do arroz, atividade que de certa forma a integrou à economia mercantil escravocrata da época. Assim, para o Iphan (2009c), a intensa produção agrícola do arroz sustentou um processo de urbanização e modelou as feições daquelas cidades, em particular, de Iguape, o principal produtor de arroz do Brasil e onde se localizava o principal porto para o escoamento de toda esta produção que era exportada para a Europa e países latino-americanos.

Desta forma, apesar da opulência vivida em Iguape em função da exploração do ouro, o período de maior importância econômica da cidade ocorreu entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, com a exploração da cultura do arroz. Segundo o Iphan (2009c, p. 60):

A cultura do arroz significou, à esteira do ouro, o crescimento da cidade e o incremento de sua estrutura urbana, com a abertura de diversas ruas, a instalação de prédios que abrigaram a vida cultural e social da cidade e a instalação dos diversos serviços urbanos, tais como lâmpadas para a iluminação pública e chafarizes para abastecimento de água. É também neste período que a cidade de Iguape viverá um aumento no número de construções de casas de moradia.

Assim, Iguape passou a contar com todos os confortos disponíveis nas principais cidades do Brasil, e o Porto Grande a ser frequentado por navios de várias partes do país e do exterior, consolidando-se como um importante e movimentado ponto de interligação com Paranaguá, Santos e Rio de Janeiro.

Desta forma, a consolidação da agricultura comercial do arroz no início do século XIX recuperou o vigor econômico e a riqueza da época da exploração do ouro no Vale do Ribeira, o que demandou transformações no sistema portuário até então configurado. Conseqüentemente, tanto o Porto da Ribeira como o Porto Grande receberam melhorias, melhorias estas que garantiram à Iguape o controle do escoamento dessa nova produção por seus portos.

Nesse processo de expansão de suas funções portuárias, a construção naval configurou-se como outra dimensão de transformação que Iguape testemunhou. Ainda que os estaleiros tenham começado a se instalar no século XVIII, foi a partir das demandas formuladas pela nova economia próspera do arroz que estruturou-se a construção naval nas primeiras décadas do século XIX. Esses estaleiros produziram verdadeiras frotas de embarcações que eram comercializadas para o litoral norte, nordeste e sul do país.

Como aponta Lefebvre (2008), cabia à cidade política a realização de grandes obras que viabilizassem as atividades no campo, nesse contexto que interpretamos a construção do Valo Grande, a principal evidência dessa fase de crescimento do movimento portuário. Com as obras iniciadas em 1827, o canal original correspondeu a uma pequena ligação entre o Rio Ribeira e o Mar Pequeno, encurtando o caminho das águas do rio e criando uma nova foz, ao lado da cidade de Iguape. A obra tinha como objetivo facilitar o funcionamento do sistema portuário, substituindo a ligação por tropas pela ligação por água entre o Porto da Ribeira e o Porto Grande, não sendo mais necessário o transbordo das mercadorias. Deste modo, ao término das obras, o rio teve seu trecho de baixo curso reduzido para apenas quatro quilômetros, ou seja, uma redução de vinte e três quilômetros (Figura 12).

A construção do Valo Grande em uma planície de solos sedimentares e arenosos inconsolidados, suscetíveis à erosão, acarretou um intenso processo de solapamento das margens do canal que, originalmente aberto entre nove e treze metros, ampliou-se significativamente até atingir a largura de 296 metros em 1914. Mas os problemas decorrentes da abertura do Valo Grande não se resumiram ao solapamento das margens; com ele, toneladas de sedimentos foram transportados pelas águas do rio Ribeira em direção ao Mar Pequeno, formando bancos de areia em frente à cidade de Iguape e na Barra do Ribeira, local da entrada das embarcações que acessariam o Porto Grande, o que aos poucos transformaram-se em ilhas, passando a dificultar a passagem das embarcações. Este processo intenso de assoreamento do Mar Pequeno já inviabilizou o atracamento de embarcações de maior calado no início do século XX no porto.

Para o Iphan (2009c, p. 94):

O Valo Grande, como importante obra hidráulica do Brasil Império, deve ser pensado no contexto da modernização do sistema portuário de Iguape, ao longo do século XIX. Eleito como uma alternativa para facilitar e agilizar o comércio do arroz na região, acabou marcando uma trajetória de crise e decadência do sistema portuário e do próprio núcleo urbano de Iguape.

Destarte, o Valo Grande constitui hoje como uma cicatriz na paisagem da planície arenosa, que pode ser compreendido quer como uma obra de engenharia importante do Brasil Império, no contexto da modernização do sistema portuário de Iguape, quer como um testemunho de uma intervenção na natureza que trouxe consequências desastrosas para a economia do local, selando com isso a decadência de sua função portuária (IPHAN, 2009c).

Assim, a economia regional entrou novamente em recessão, as grandes fazendas foram abandonadas e a população, em grande parte, migrou para outras regiões ou refugiou-se em

sítios e na produção de subsistência. A construção da rodovia Regis Bittencourt (BR-116), na década de 1960, reorganizou a ocupação espacial e valorização fundiária de todo o Vale do Ribeira que migra das margens do rio para as margens da rodovia.

Desta forma, Iguape, que se encontra deslocada dessa nova via de circulação do Vale, entra em um forte processo de estagnação econômica que perdura até os dias de hoje. Na atualidade, o conjunto tradicional em questão, que mantém quase as mesmas funções de outrora, constituindo-se principalmente por moradias e por pequenas e médias casas comerciais, o que lhe confere um grande diferencial em relação aos outros centros históricos tombados como Paraty e Tiradentes, onde a população local foi expulsa para dar lugar às atividades comerciais voltadas ao turismo, tem se inspirado em locais como Ouro Preto, Olinda e Recife, e passa a dar ênfase às suas manifestações populares, em particular os festejos religiosos, num cenário urbano tradicional tombado, imersa numa paisagem natural singular e pouco alterada, como atrativo.

Assim, a partir do exposto, a implantação da cidade em uma região de litígio entre Portugal e Estanha para garantir a posse do território pelo primeiro, a escolha de um sítio que geograficamente garantiam a defesa, que foi aprimorado por um urbanismo defensivo e que desempenhou por séculos uma função de controle e articulação de um vasto território garantem a supremacia da função política à função mercantil no caso de Iguape.

Desta forma, Iguape, que, além de colocar o estado de São Paulo no mapa das cidades patrimônio, trouxe como principal contribuição para as políticas de salvaguarda no Brasil a necessidade do desenvolvimento *pari passu* de ações de Educação Patrimonial e a premência da participação das comunidades locais junto à elaboração de inventários e da instrução de processos de tombamento, registro ou chancela. No que se refere à proposta de Lefebvre (2008) para entender o processo de urbanização, Iguape auxilia na concatenação da ocupação e da dominação do território brasileiro como cidade política-portuária, fundada em decorrência da necessidade de garantir a posse pelos portugueses de uma região, até então, em litígio entre Portugal e Espanha, garantindo assim o início da exploração aurífera no Brasil.

CAPÍTULO 4

OEIRAS: A REDE DE PATRIMÔNIO DO PIAUÍ

Tem-se aqui, a partir deste segundo estudo de caso, o objetivo de discutir o importante papel que o inventário de conhecimento “Rede de Patrimônio do Piauí” desempenhou ao reconhecer a importância do patrimônio cultural de um dos Estados menos representados no processo de patrimonialização no Brasil, através do estudo de caso de Oeiras. Destaca-se a relevância do patrimônio intangível desta cidade na delimitação da poligonal de tombamento, reconhecendo, assim, a cidade enquanto “Lugar”, escala de análise do espaço geográfico com a qual se pode estabelecer relações de identidade. Do ponto de vista da função das cidades reconhecidas pelo Estado como de relevância cultural, Oeiras representa a distinção da importância de uma atividade econômica historicamente tida como secundária, mas que desempenhou um importante papel da estruturação da rede de cidades no interior do Brasil, em particular no Nordeste, o ciclo da pecuária colonial e a civilização do couro.

Como já foi mencionado, o projeto-piloto de implantação das Redes de Patrimônio desenvolveu-se no estado do Piauí. O mesmo só foi possível após a criação da superintendência estadual em 2004. Até então, os poucos bens protegidos³⁵ no Estado, tombados na década de 1940, estavam sob responsabilidade da Superintendência do Maranhão. É importante destacar também que, após essas ações nos anos iniciais do Iphan, não houve mais iniciativas no sentido do reconhecimento e valorização do patrimônio piauiense, com exceção do tombamento do Parque Nacional da Serra da Capivara em 1993, em virtude da sua inscrição como Patrimônio da Humanidade pela Unesco.

A Rede de Patrimônio do Piauí foi oficialmente criada a partir do estabelecimento do termo de cooperação entre o Iphan e o Governo Estadual em 2008, desde então foram trabalhados os eixos dos “Caminhos do Gado no Brasil Colonial”, “Inventário de Conhecimento do Patrimônio Ferroviário”, “Remanescentes da Coluna Prestes” e a “Cidades

³⁵ Monumento do Genipapo (Cemitério do Batalhão) em Campo Maior; Igreja de Nossa Senhora das Vitórias, Ponte Grande e Sobrado Nepomuceno em Oeiras; Igreja de Nossa Senhora do Carmo em Piracuruca; e Igreja de São Benedito em Teresina.

do Piauí: testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII”. A presente Rede foi concebida pelo então diretor do Depam, Dalmo Vieira Filho, coordenada no âmbito deste departamento pela arquiteta Anna Eliza Finger e localmente, para o estabelecimento das parcerias, pelas arquitetas Diva Maria Freire Figueiredo – então Superintendente do Iphan no Piauí – e Claudiana Cruz dos Anjos.

A Rede de Patrimônio do Piauí permitiu a identificação de sítios paleontológicos, sítios arqueológicos, caminhos de tropas, fazendas de gado, cidades históricas, comunidades quilombolas e antigas ocupações indígenas de relevância cultural. Contudo, mesmo reconhecendo a grande diversidade do patrimônio identificado pela Rede, devido ao tema desta dissertação, será dado destaque ao Inventário de Conhecimento “Cidades do Piauí: testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII”, que reconheceu como de interesse para a preservação as cidades de Teresina, Amarante, Campo Maior, Pedro II, Piracuruca, Oeiras e Parnaíba, sendo que as três últimas já tiveram seus tombamentos aprovados pelo Conselho Consultivo do Patrimônio do Iphan.

No entanto, é importante salientar que, como destacou Ramires (2013), mesmo com o grande número e a diversidade de bens inventariados, a Superintendência não pretende avançar nos bens protegidos pela inviabilidade da gestão, uma vez que a pequena equipe técnica local encontra-se no seu limite de trabalho (informação verbal)³⁶.

Como destaca o Iphan (2008c), a estratégia de proteção federal foi implementada a partir da compreensão do território piauiense, da sua morfologia, da rede de cidades ali implantadas, além das influências culturais nelas presentes. Essa rede de cidades é o resultado da forma com o qual o território piauiense foi ocupado a partir do ciclo do gado no nordeste, que, ao contrário dos outros Estados da região, que aconteciam do litoral para o interior, no Piauí este deu do interior para o litoral, o que culminou com a determinação por parte da Metrópole das instalações de sete novas vilas e povoados a partir de 1761, visando o controle e o domínio do território por parte da Coroa de começava a ser explorado comercialmente.

Desta forma, é:

[...] estratégico que a proteção federal seja implementada compreendendo o território piauiense a partir de seu sítio natural, da rede de cidades ali implantadas e das influências culturais nelas presentes, considerando estes aspectos como interligados entre si, e que, apesar de pouco explorados, guardam uma vinculação lógica, de respaldo histórico e urbanístico (IPHAN, 2008c, p. 5).

³⁶ Informações concedidas por Tiago Ramires em entrevista ao autor (Teresina, agosto de 2013).

A partir desta abordagem, foi proposto o tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba em 2009, abrindo caminho para a incorporação de outras cidades do território piauiense, e mesmo do nordeste, no rol de cidades tombadas, além da valorização do modo de vida destas, e a integração da salvaguarda do patrimônio imaterial e material³⁷.

Desta forma, o tombamento de Parnaíba representou o arranque na implantação da Rede de Patrimônio no Piauí, que se relaciona com o processo de ocupação do interior do Brasil e contextualiza um acervo a um conjunto maior de bens, visando sua ampla compreensão. Para o Iphan (2008c, p. 5):

Quando se estabelece um sentido de conjunto ao patrimônio a ser preservado, amplia-se o potencial de entendimento dos bens, pois incorpora-se a eles novos significados. A valorização sistêmica do território pode ser tomada como a chance de se reviver o desenvolvimento da história do Brasil a partir de novo enfoque, baseado na articulação ideal de conjuntos urbanos e viabilizada por meio de temáticas específicas.

Logo, é indiscutível o significativo progresso das políticas de preservação do patrimônio no Piauí após a criação da superintendência em 2004 e da implantação da política de compreensão do território por meio das Redes de Patrimônio. Este Estado, que até então figurava de modo pouco expressivo no mapa do patrimônio cultural brasileiro, hoje tem um lugar de destaque com três conjuntos urbanos, dezenas de bens individuais tombados e dois bens registrados³⁸.

É importante enfatizar que a metodologia adotada para o acautelamento de bens culturais no Piauí, além de uma estratégia para a identificação e proteção do patrimônio cultural, contribui para a ampliação o seu significado, na medida em que conecta outros bens. Para Finger (2009, p. 8):

Dessa forma, pequenas cidades têm sua importância e visibilidade nacionalmente ressaltadas, o que contribui para ampliar também o potencial de geração de emprego e renda ligados à produção tradicional (comercialização, divulgação, turismo), e o acesso a investimentos financeiros governamentais a partir da divulgação da importância desse patrimônio. Acreditamos ser esse o caminho para o estabelecimento de um ideal de qualidade de vida e desenvolvimento que leve em consideração não apenas o padrão de renda da população, mas que respeite a rica diversidade cultural existente no Brasil e se estabeleça de forma harmônica com o território, contribuindo também para o equilíbrio ambiental do país.

³⁷ Importante destacar que as ações de salvaguarda do patrimônio imaterial se devem a iniciativas implementadas pela Superintendência, visto que na Sede do Iphan não haviam articulações entre Depam e DPI.

³⁸ Tombamento da Ponte Metálica João Luís Ferreira, Floresta Fóssil do rio Poti, Igreja de Nossa Senhora de Lourdes e Conjunto da Estação Ferroviária em Teresina; Fazenda de Laticínios em Campinas do Piauí; Fazenda-Escola Rural em Floriano; Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba; Conjunto Histórico e Paisagístico de Piracuruca; Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras; Registro do Modo de Fazer da Cajuína e da Arte Santeira; e o levantamento de 1840 Sítios Arqueológicos.

Para Vieira Filho (2011, p. 33):

O resultado combinado dessas ações tem motivado encontros com o Governo do Estado, municípios, lideranças e agentes privados, e desde logo acena para um ideal: os bens culturais reconhecidos e protegidos no Piauí passaram a ser vistos como geradores de riqueza, partícipes do processo de desenvolvimento do estado e do nordeste do país. São parte da estratégia de proporcionar maior significância para o patrimônio cultural do Brasil – sem dúvida um dos fatores potenciais de consolidação de um país mais rico, mais justo e mais feliz.

Assim, essas cidades reconhecidas pela sua relevância cultural tornam-se polos de desenvolvimento social e econômico através da ampliação dos parâmetros culturais associadas às atividades locais, de ações de educação patrimonial e, conseqüentemente, das condições de vida das populações dessas localidades mais carentes. Desta forma, como destaca Vieira Filho (2011), cidades como Parnaíba, Oeiras e Piracuruca tornam-se cidades referências para suas imediações no que se refere à preservação e reapropriação de suas áreas identitárias, que são os espaços geográficos de suporte do seu patrimônio, base para os seus processos socioculturais, e a partir dessa reapropriação associada a um reconhecimento e visibilidade nacional, o fomento de atividades econômicas capazes de acarretar um processo de desenvolvimento social atrelado à preservação do patrimônio cultural.

É nesta perspectiva que foi proposto e aprovado o tombamento da cidade de Oeiras em 2012, a antiga capital do Piauí, e que ainda conserva um importante conjunto de casas e monumentos dos períodos colonial e imperial, quando foi o centro econômico, político, administrativo e religioso de uma extensa área do sertão nordestino, correspondendo à bacia oriental do rio Parnaíba. O Iphan (2009e) destaca que o estabelecimento da pecuária extensiva foi a estratégia adotada pelos portugueses para assegurar a continuidade territorial da sua ocupação na América portuguesa para além do Tordesilhas. O processo de tombamento de Oeiras teve como coordenador o arquiteto Murilo Cunha.

O primeiro reconhecimento do patrimônio oierense se deu com a visita do arquiteto Paulo Thedim Barreto ao estado do Piauí como representante do Iphan em 1938. Na ocasião, foi documentada a arquitetura rural e urbana tradicional piauiense, quando se propôs os primeiros tombamentos, dos quais três deles se localizavam em Oeiras: a Igreja de Nossa Senhora das Vitórias, o Sobrado Nepomuceno e a Ponte Grande sobre o riacho da Mocha.

Quase quarenta anos depois dos primeiros tombamentos isolados, se inicia uma tentativa de planejamento que objetivava a proteção da cidade enquanto conjunto através da elaboração do “Plano de Preservação Ambiental e Urbano de Oeiras” no âmbito do PCH em

1976, com o intuito de traçar um planejamento municipal integrado, com ênfase no tecido urbano tradicional, criando condições para a sua exploração econômica. Contudo, apesar do extenso estudo multidisciplinar elaborado à época, o plano não teve aplicação pela inexistência de uma estrutura administrativa adequada por porte do poder municipal local, incapaz de desenvolver tais instrumentos de gestão e controle urbanísticos, mesmo com os esforços empreendidos pelas políticas públicas federais de descentralização da gestão do patrimônio. Efetivamente, o PCH realizou apenas a restauração dos monumentos até então tombados.

É importante reconhecer que o PCH, no estado do Piauí, foi responsável pelo despertar do poder público e da sociedade para uma ação preservacionista, com a criação das primeiras estruturas institucionais no campo do patrimônio cultural, como o Departamento de Gestão do Patrimônio vinculado à Fundação Cultural do Estado do Piauí e a primeira lei estadual de proteção do patrimônio, regulamentando o tombamento imediato de três bens em Oeiras: o Sobrado dos Ferraz, o Sobrado Major Selemérico e a Casa do Cônego (IPHAN, 2009e).

Em 1989, a cidade de Oeiras foi declarada Monumento Nacional pela Lei nº 7.745/89. Mesmo sem caráter prático de salvaguarda por se constituir apenas como título honorífico, o mesmo repercutiu de maneira positiva no sentimento de pertença em relação ao patrimônio edificado na população do município e no poder público local, assim como nos demais piauienses, que passaram a considerar Oeiras como patrimônio nacional, mesmo sem o reconhecimento oficial por parte do Iphan.

Conforme o Iphan (2009e), o Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras (Mapa 12) é composto por três poligonais de tombamento descontínuas. A poligonal de tombamento principal, onde está inserida a maior parte do conjunto arquitetônico e urbanístico de Oeiras, é composta por quatro setores: o Setor da Praça das Vitórias (IPHAN, 2009e) – onde se concentra o maior conjunto de bens de interesse, incluindo edifícios do século XVIII, como a Catedral de Nossa Senhora da Vitória, o Sobrado Nepomuceno, o Sobrado dos Ferraz e um acervo *art déco* composto pelo Cine Teatro, Associação Comercial e Café Oeiras – testemunha épocas mais recentes, mas que pelo porte e implantação se harmonizam com o conjunto precedente e contribuem para o enriquecimento do conjunto (Figura 13); o Setor da Praça do Mercado Municipal e Praça Mafrense (IPHAN, 2009e), testemunha da expansão urbana a partir do século XIX e onde se destacam o próprio edifício do Mercado, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e um conjunto de edifícios de feições ecléticas, construídos por volta do final do século XIX e início do século XX (Figura 14); o Setor dos riachos do Mocha

e da Pouca Vergonha (IPHAN, 2009e), onde estão inseridos a Ponte Grande (sobre o Riacho do Mocha), o Sobrado Major Selemérico e também um grande número de exemplares típicos da arquitetura piauiense, alguns construídos com técnicas só encontradas na região, como a utilização da carnaúba em estado bruto tanto na estrutura quanto na cobertura, a conformação interna adequada ao clima quente e seco e a presença de amplas varandas na parte dos fundos (Figura 15); e o Setor do Largo do Rosário (IPHAN, 2009e), com a antiga igreja construída pelos padres jesuítas, e atualmente utilizada pela Irmandade do Rosário, e um conjunto de arquitetura popular, que também adotam técnicas tipicamente locais (Figura 16).

Além dessa poligonal principal, o conjunto é integrado ainda por mais duas poligonais separadas que circundam bens específicos, sendo elas a Casa do Canela (IPHAN, 2009e), uma antiga propriedade rural de arquitetura tipicamente piauiense e totalmente preservada, atualmente incorporada à área urbana de Oeiras em virtude da expansão do núcleo original (Figura 17), e a Casa da Pólvora (IPHAN, 2009e), o único edifício militar remanescente do período colonial no Piauí, construída para abrigar o paiol das forças militares da Capitania, quando da instalação da capital na então Vila do Mocha (Figura 18).

As três áreas de tombamento estão inseridas em uma mesma poligonal de entorno, delimitada com o intuito de preservar a ambiência e funcionar como zona de “amortecimento” entre essa área e o restante da cidade.

Não obstante, é importante enfatizar que, além das três poligonais descontínuas, como pode ser observado no Mapa 12 e também se constatou em campo, a poligonal principal é muito seletiva, tendo suas quadras extremamente recortadas, o que evidencia uma preocupação excessiva com a estética dos imóveis, onde os mais alterados ou sem valor arquitetônico foram excluídos, demonstrando certo resquício de discursos de valorização das cidades-monumento e causando prejuízo na preservação do conjunto e na ambiência dos bens tombados.

FIGURA 13
Conjunto da Praça das Vitórias



Foto do autor, 2013.

FIGURA 14
Conjunto da Praça Mafrense e do Mercado Municipal



Foto do autor, 2013.

FIGURA 15
Conjunto do rio do Mocha e da Pouca Vergonha



Foto do autor, 2013.

FIGURA 16
Conjunto do Largo do Rosário



Foto do autor, 2013.

FIGURA 17
Casa do Canela



Foto do autor, 2013.

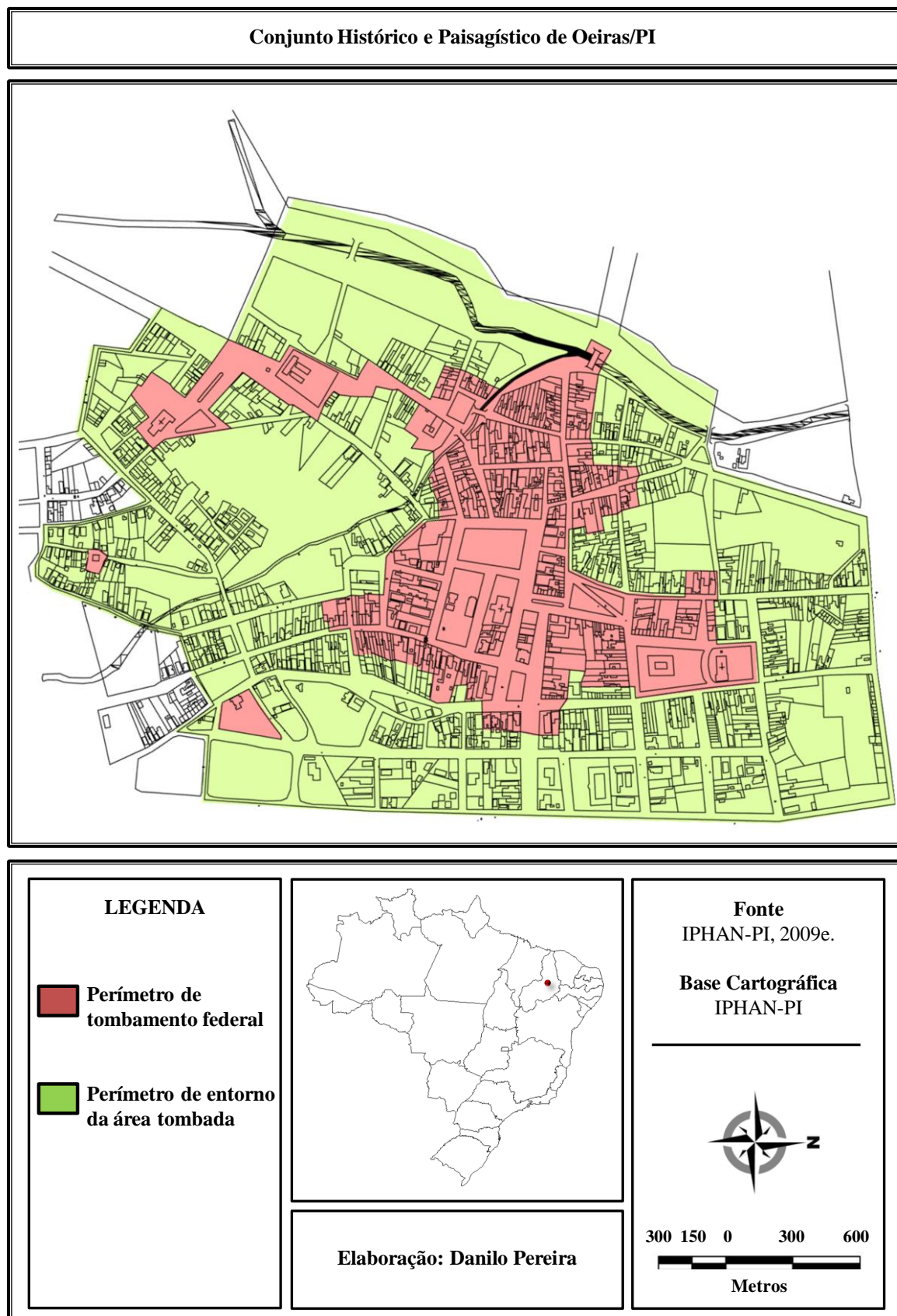
FIGURA 18
Casa da Pólvora



Foto do autor, 2013.

MAPA 12

Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras/PI



Fonte: IPHAN, 2009e. Elaborado pelo autor.

O mesmo nota-se entre os setores da Praça das Vitórias e do Largo do Rosário, onde uma significativa área de várzea do riacho da Pouca Vergonha – coberta por caatinga, e que ainda não foi ocupada mesmo sofrendo pressões com o crescimento da cidade, que se constitui como lugar do pouso de animais das tropas que passavam por Oeiras – ficou fora do perímetro de proteção. Com a inclusão desta várzea e a conexão dos dois setores, seria possível a integração das três poligonais e assim ter uma melhor representatividade do processo de expansão da cidade, sua relação com a natureza e a preservação da paisagem urbana e natural.

No que se refere aos valores atribuídos a esta cidade patrimônio, o Iphan (2009e) destaca que Oeiras é um híbrido entre o planejamento e o espontâneo, ou seja, onde se evidenciam os limites da regulação do Estado no interior da região nordeste ao longo do século XVIII, quando a Praça das Vitórias se afirma como representante das conquistas do urbanismo português, o casario apresentava certa regularidade e padronização das fachadas. Contudo, tal regulação se perde ao percorrer as ruas que levam a colina onde se localiza o Largo do Rosário, onde becos e travessas submeteram o planejamento português às condições geográficas locais, resultando em enquadramentos irregulares e ruas que se abrem em largos. Assim, as condições geográficas do local se sobrepuseram às normativas do urbanismo português e acabaram por moldar o espaço. O relevo, os caminhos de acesso aos olhos d'água e as ligações com as estradas foram, muitas vezes, mais decisivos na produção deste espaço urbano que os imperativos do planejamento português.

O dossiê ressalta ainda que a cidade preserva um acervo ímpar de técnicas construtivas tradicionais, em parte eruditas, e em parte vernaculares, estas últimas desenvolvidas de modo inventivo e original a partir da adaptação do repertório arquitetônico trazido pelo colonizador ao meio e aos materiais que se encontra em abundância no sertão: carnaúba, barro, pedra e cal (IPHAN, 2009e).

No que se refere à representação das funções da cidade, Oeiras traz como principal contribuição para o quadro das cidades patrimônio a afirmação da relevância da civilização do couro e do ciclo da pecuária para a formação de redes de cidades no interior do país, em espacial no Nordeste. Para o Iphan (2009e, p. 118):

A inscrição do Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras como patrimônio cultural da nação significa, com certo atraso, a afirmação da civilização do couro e o ciclo da pecuária colonial do Nordeste, que passou os séculos XVII, XVIII e XIX como estruturadores do processo de formação social, política, econômica e territorial do Brasil, no mesmo grau de importância dos ciclos econômicos que a historiografia

tradicional consagrou e que tiveram seus testemunhos materiais reconhecidos e protegidos pelo Estado brasileiro. Urge uma revisão no ensino da História do Brasil, que modifique a hodierna atribuição da pecuária como uma atividade periférica, mas impute sua decisiva importância no surgimento do mercado interno nacional, na ligação entre as capitanias entre si e na provisão alimentar às áreas das monoculturas e da mineração, papel fundamental no equilíbrio da Colônia.

Já no que se refere à principal contribuição de Oeiras para a compreensão das políticas de salvaguarda das cidades patrimônio no século XXI, tem-se o reconhecimento desta enquanto “Lugar” com o qual a população estabelece relações de identidade, lugar de manifestações do patrimônio imaterial. Para o Iphan (2009e, p. 119):

É neste sítio urbano de enorme importância histórica e paisagística que se mantém vivas antigas e riquíssimas tradições e manifestações da cultura brasileira, fundindo sagrado e profano, erudito e popular: a Missa dos Vaqueiros, que entram em comitiva na cidade, reverenciando Nossa Senhora das Vitórias, pedindo benção e proteção; as procissões e festas católicas enchem as ruas de fiéis anualmente, seja na Semana Santa, na Festa do Divino ou da Conceição, onde os ritos apostólicos romanos se amalgamam com nuances populares, renovando promessas e esperanças dos fiéis; no Largo do Rosário, bairro dos pretos, se presencia a dança do congo, em homenagem a N^a S^a do Rosário e a São Benedito; o Bem e o Mal estão representados no sítio arqueológico do Pé de Deus e do Pé do Cão, que a credence popular reafirma e reproduz a tradição.

Como será visto a seguir, as manifestações do patrimônio cultural imaterial foram um dos elementos determinantes na delimitação da poligonal de tombamento, em particular a Procissão dos Passos do Bom Jesus. Para Ramires (2013), quem faz o roteiro dos Passos tem uma aula sobre o patrimônio de Oeiras, passando pelos principais pontos da cidade (informação verbal)³⁹.

4.1. Um Lugar do culto e da preservação de celebrações

Ao reconhecer as celebrações e as formas de expressão de Oeiras como um importante elemento para a definição da poligonal de proteção, aproxima-se de uma das categorias que o Decreto nº 3.551/00 define em seu Artigo 1º: os Lugares no quais se registram “mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas” (BRASIL, 2000).

Sendo assim, mostra-se pertinente uma breve reflexão acerca do conceito de Lugar, visto que é uma das escalas de análise do espaço geográfico, que, como já ressaltado, é social, produto do processo de trabalho geral da sociedade em cada momento histórico. Assim, as parcelas do espaço social são historicamente produzidas e apresentam-se enquanto trabalho

³⁹ Informações concedidas por Tiago Ramires em entrevista ao autor (Teresina, agosto de 2013).

materializado e acumulado a partir de sucessivas gerações. Nesse caso específico, o espaço geográfico como um todo tem valor e reproduz-se a partir de seus usos sempre diferenciados, condizentes com as singularidades de cada lugar. O processo de produzir/reproduzir é também um ato de apropriação. Sendo assim, o sentido do espaço produzido é aquele marcado por modos de produção e, conseqüentemente, de apropriação (CARLOS, 1996).

Logo, se o espaço geográfico reproduz-se a partir dos usos singulares de cada lugar, o que permite a sua apropriação, isto se dá por que:

[...] o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos. Isto porque a realidade do mundo moderno reproduz-se em diferentes níveis sem com isso eliminar-se as particularidades do lugar, pois cada sociedade produz seu espaço, determina os ritmos de vida, formas de apropriação, expressando sua função social, projetos, desejos (CARLOS, 1996, p. 22).

Destarte, ao analisar as celebrações ocorridas na cidade de Oeiras na escala do lugar, dimensão em que se constitui o vivido, possível de ser apreciado pela memória, tem-se nessa relação entre lugar e memória o que Scifoni (2013, p. 102) define como lugares de memória:

[...] lugares de memória como aqueles nos quais foi possível compartilhar, no tempo, experiências sociais e cotidianas e, portanto, aqueles capazes de reter, guardar e expressar essas lembranças coletivas. Os lugares de memória situam-se, assim, não no plano da construção de uma identidade do nacional, mas na dimensão do imediato na qual se produz o humano.

Assim, entende-se os lugares de celebrações em Oeiras como sendo aqueles capazes de guardar e expressar lembranças coletivas, as experiências sociais e cotidianas acumuladas durante o tempo. Esses lugares se constituem, portanto, como sustentáculos de identidade cultural local, como bem cultural.

Lugares são, portanto, os espaços geográficos que conferem sentido, que possuem um valor simbólico agregado, por fatores ligados à história da sociedade, à sua origem, à sua formação, entre tantos outros sentidos que lhes são anexos. É o território, a cidade, ou a casa onde se nasceu, cresceu, se amou, enfim, onde se vivenciaram experiências marcantes, cultivadas na memória. Por isso, os lugares são como que extensões da alma, são carregados de sentidos de pertença.

As celebrações e as formas de expressão são rituais de devoção popular que marcam o cotidiano da comunidade oierense, definindo, aprofundando e fortalecendo os vínculos dos indivíduos uns com os outros e com seus ancestrais. Histórias presentes em ruas, praças e casas onde os fiéis realizam seus rituais, festas e celebrações tradicionais. Histórias de

homens, mulheres e crianças marcadas pela tradição cultural de um tempo presente, em rápida e constante transformação.

Em Oeiras estão presentes manifestações culturais como os Congos, a Procissão dos Ramos, a Procissão dos Enfermos, a Procissão do Fogaréu, a Procissão do Bom Jesus dos Passos, a Procissão do Senhor Morto, a Procissão de Jesus Ressuscitado, a Festa do Divino e as Festas da Conceição e das Vitórias. Para Pinheiro e Moura (2009, p. 15), estas são “manifestações culturais profundas ligadas ao processo de construção de identidade de parcela significativa da população piauiense, que se inscreve em um tipo de catolicismo popular típico e ainda significativo não só no solo piauiense, mas no nordeste brasileiro”.

A premência do catolicismo da formação cultural desse povo se deve ao fato de que, no Piauí, a atuação da Igreja Católica precedeu a fundação de vilas e cidades, pois, antes da instalação da Capitania de São José do Piauí, os missionários já pregavam aos índios, percorrendo os sertões e fixando fazendas onde eram desenvolvidas atividades ligadas à pecuária e, posteriormente, formando freguesias. A administração colonial baseada na fundação de vilas se estabeleceu sobre essas povoações formadas pelos jesuítas, em diferentes e distantes lugares do território piauiense. Assim, onde havia uma freguesia católica, passou a existir uma vila e, futuramente, uma cidade.

Para Pinheiro e Moura (2009, p. 18):

Essa marca da presença católica é responsável pelo substrato cultural profundamente religioso que permanecerá, com modificações e interferências, na formação cultural do Piauí, nas formas de religiosidade popular, nas práticas devocionais, como na reza do terço, nas novenas, nas procissões, nos festejos e nas celebrações aos padroeiros em cidades do interior.

As manifestações populares através do culto às imagens, das procissões e das promessas foram, e ainda são, elementos marcantes da religiosidade e espiritualidade da sociedade piauiense desde a colonização. Romarias a Santa Cruz dos Milagres e Oeiras no Piauí, ou a Canindé e Juazeiro no Ceará têm feito parte no calendário litúrgico, devocional e turístico de grande parte dos piauienses, sobretudo do meio rural, deixando marcas profundas nas práticas religiosas e nas cidades (PINHEIRO; MOURA, 2009).

Contudo, dentre essas celebrações, duas desempenham importante papel na definição e como referência espacial em Oeiras: o Congo e a Procissão dos Passos do Bom Jesus. Para Pinheiro e Moura (2009, p. 5) cabem as seguintes indagações: “Será que as ruas da secular

Oeiras foram entortadas sob a força do movimento das procissões? Ou as ruas tortas dali foram feitas para lhes servir de passagem?”.

O Congo (Figura 19) se constitui como uma forma de expressão que, segundo Cascudo (2004), possui formação afro-brasileira e está presente em todas as regiões brasileiras. Trata-se de um auto de narrativa alegórica, que funde temas africanos e ibéricos, como o tributo a reis tribais negros, a luta entre cristãos e mouros e o culto a Nossa Senhora do Rosário e a São Benedito, encenados com músicas e coreografias. Tal como o maracatu, é originário das festas de caráter profano-religiosas de coroação de Reis do Congo e rainhas de Angola, cujos primeiros registros no Brasil foram feitos no final do século XVII. Durante a escravidão, as autoridades presenciavam o cortejo dos “soberanos” e seus “súditos”, como estratégia de aquietação dos cativos, que se rejubilavam com o prestígio que os seus senhores falsamente emprestavam à sua celebração.

Conforme Pinheiro e Moura (2009, p. 99):

É possível afirmar que a celebração em louvor aos santos negros, os Congos de Oeiras, tenham chegado ao Piauí no início da colonização, ainda no século XVII. Para os praticantes é conhecida como uma dança originária da região africana do Congo, de onde vieram muitos homens e mulheres escravizados. A dramatização em louvor àqueles santos é mantida pelos moradores do bairro do Rosário, em sua maioria negros. O grupo se apresenta em datas religiosas significativas para a comunidade do bairro do Rosário – dia 31 de outubro, quando os praticantes louvam Nossa Senhora do Rosário, e 6 de janeiro, quando louvam São Benedito.

Desta forma, a autenticidade do Congo de Oeiras está intimamente associada à história, à vivência e ao anseio dessa comunidade negra, cujos ancestrais se instalaram no entorno do Largo do Rosário, próximo ao templo consagrado à santa de sua devoção e afastado do núcleo central habitado pela população branca, estruturando um arranjo socioespacial baseado na segregação de classes, arranjo este que ainda pode ser observado. Assim, o bairro do Rosário se constitui hoje no lugar do culto popular dos santos de devoção negra, o adro da Igreja do Rosário, Lugar natural das experiências místicas e catárticas vividas pelos congueiros, separado do restante do sítio pelo riacho da Pouca Vergonha e sua área de várzea, e ligado a este por estreitas vielas.

Já a Procissão do Bom Jesus dos Passos acontece sempre na sexta-feira anterior à Semana Santa e está presente em Oeiras desde o início do século XVIII. Conforme o Iphan (2009e, p. 105):

A Procissão dos Passos é a abertura das solenidades da Semana Santa. Representa o clímax da religiosidade oeirense, arrebatando fiéis de toda a cidade e peregrinos de municípios da região para pedir graças, pagar promessas, remir os pecados ou tão

somente louvar a Deus, na reconstituição dos episódios que marcaram a Paixão de Cristo.

Pinheiro e Moura (2009e, p. 41) ressalta que a Procissão do Bom Jesus dos Passos:

É uma das mais significativas manifestações de fé do Estado do Piauí, dela participam milhares de devotos, que, em uma via-sacra em estilo português representam de forma dramática os passos de Jesus Cristo, desde a sua prisão pelos soldados romanos até o momento da sua crucificação.

Os fiéis, ao reviverem os passos do Bom Jesus ao Calvário, pagam promessas, carregam ex-votos, cruces ou simplesmente percorrem as ruas estreitas da cidade com os pés descalços. A Celebração se inicia com a imagem do Bom Jesus sendo levada em procissão por milhares de devotos num percurso que se inicia na quinta-feira – é a Procissão da Fugida, que simula o retiro de Jesus para o Monte das Oliveiras, nas horas de agonia e aflição diante do seu anunciado sacrifício. Aproximadamente às 20 horas, a multidão em silêncio parte da Catedral de Nossa Senhora das Vitórias rumo à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, onde a imagem permanece por toda a noite e no dia seguinte para visitação e oração dos fiéis.

Ao meio-dia da sexta-feira, Sexta de Passos, o Largo do Rosário (Figura 20) é tomado de pessoas e se inicia o Ofício dos Passos, com cânticos, bênçãos e orações. Segundo o Iphan (2009e), os cânticos são compostos de mais de quatrocentos versos, divididos em dez partes. A imagem do Bom Jesus permanece no altar, onde é tocada e adorada.

Às 16 horas se inicia a procissão (Mapa 13), acompanhada por milhares de fiéis. No adro da igreja são rezadas as duas primeiras estações da via-sacra, assim como em cada um dos cinco Passos (Figura 21) e no adro da Catedral de Nossa Senhora das Vitórias (Figura 22), e, por fim, a procissão adentra o templo para a celebração da missa.

De acordo com Pinheiro e Moura (2009, p. 47):

O ritual mantém vivas as crenças e os valores emblemáticos da religião católica e da religiosidade no Nordeste, do Piauí e de Oeiras em particular. Ao percorrermos as ruas, as casas e lugares de memória da cidade, capturamos crenças, rituais, religiosidade e espiritualidade mutante, marcadas por permanências e rupturas.

FIGURA 19
Dança dos Congos de Oiras no Largo do Rosário



Acervo do IPHAN-PI, 2007.

FIGURA 20
Saída da Procissão dos Passos do adro da Igreja do Rosário



Acervo do IPHAN-PI, 2007.

FIGURA 21
Chegada da Procissão no Passo de Dona Filoca



Acervo do IPHAN-PI, 2007.

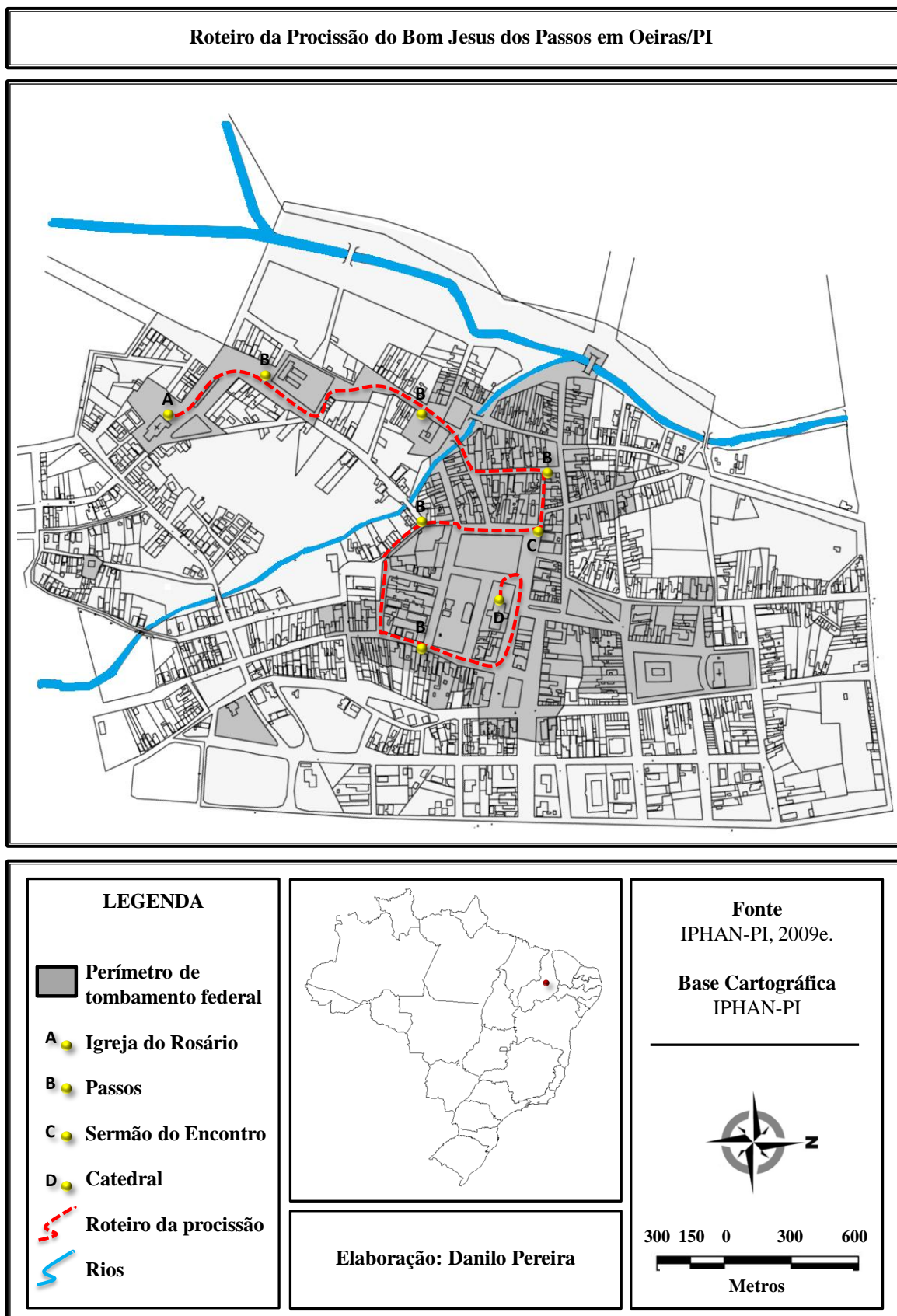
FIGURA 22
Chegada da imagem do Bom Jesus dos Passos à Praça das Vitórias



Acervo do IPHAN-PI, 2007.

MAPA 13

Roteiro da Procissão do Bom Jesus dos Passos em Oeiras/PI



Fonte: IPHAN, 2009e. Elaborado pelo autor.

Assim, as ruas e largos da cidade se tornaram Lugares de encontros culturais significativos, a expressão maior da vida da cidade, do município, do estado do Piauí e de todo Nordeste. Isso porque, ao mesmo tempo, essas ruas e largos foram se tornando um centro de irradiação e de convergência da cultura local: as celebrações são realizações da comunidade e dos romeiros, que, para além da manifestação religiosa, tornam-se uma oportunidade para reunião entre familiares e amigos que estão espalhados pelo Nordeste, que têm neste momento uma oportunidade para o encontro.

Portanto, a Procissão do Bom Jesus dos Passos tornou-se um grande momento da manifestação da cultura popular, quando a comunidade e os romeiros mostram suas tradições e atos de fé, divulgando-os. Oeiras se fez Lugar de convergência e de irradiação, portanto, tornou-se o Lugar da preservação da identidade e de resistência culturais de um povo.

4.2. A civilização do couro e o ciclo da pecuária colonial do Nordeste

Como mencionado, no Brasil a maioria das cidades já nasce com uma dupla função, a política e a mercantil, contudo, como se salientou, a relação entre essas funções é dialética.

Conforme Lefebvre (2008), a necessidade da cidade política e a mercantil coexistirem ocorreu porque as condições de estabilidade da cidade política entraram em colapso com a consolidação da atividade comercial e, com efeito, a morfologia da cidade é modificada para dar lugar ao encontro de pessoas destinadas a estabelecer a troca. A igreja e o palácio real, de agora em diante, estão situados na mesma praça onde ocorre a troca. Essas metamorfoses estão indicando que a cidade, para o autor, é uma transição entre a ordem próxima e a ordem distante, ou seja, entre o campo que a circunda e a sociedade em seu conjunto. Logo, se a catástrofe se implanta na cidade, significa que ela também se manifesta no campo e na sociedade como um todo, mas em intensidades e ritmos diferentes, já que o processo social inicia uma inflexão da prática social, os senhores de terra são, progressivamente, suplantados e os camponeses passam a produzir para a cidade. As representações da relação cidade-campo, dessa época, indicam que o campo passa a ser o mundo das forças incontroladas e tenebrosas, enquanto a cidade torna-se o lugar da liberdade.

A cidade comercial, essa nova realidade implantada por sobre o que restou da cidade política, intensifica a troca. Circuitos comerciais entre cidades são estabelecidos porque a riqueza, aos poucos, vai deixando de ser só imobiliária (terras) para ser também mobiliária

(dinheiro). Nesse ritmo as estradas e rotas marítimas se consolidam. O comércio conduz ao acúmulo de dinheiro e, nesse processo crescente, são criados também os primeiros bancos. Segundo Lefebvre (2008), a cidade comercial ainda é uma obra no sentido mesmo de obra de arte. Sendo um objeto concreto, a cidade contém os sentidos da prática social de diferentes grupos que lutam entre si, mas que pertencem e amam sua cidade.

O valor de troca, já presente nas mercadorias, ainda não dominou a prática social, pautada no valor de uso e nos costumes, o que permite que a festa, a reunião, a apropriação da rua ou da praça aconteçam de acordo com as possibilidades de emprego de tempo, e segundo éticas e estéticas próprias aos grupos sociais.

Oeiras, mesmo desempenhando um importante papel político por ter se constituído enquanto a primeira capital do Piauí, teve como principal função a de entreposto comercial por estar localizada no meio do caminho que ligava a Bahia e o Maranhão. Foi a sua localização e as condições geográficas que favoreciam a atividade mercantil que definiram a fundação da freguesia, sua elevação a vila e a cidade, e até mesmo a sua escolha como capital, como será visto a seguir.

O Nordeste brasileiro foi a primeira região a ser explorada economicamente e onde se estabeleceram alguns dos primeiros núcleos populacionais na colônia, com a implantação de engenhos de produção de açúcar na faixa de terra que se estende hoje dos atuais estados da Paraíba e da Bahia.

Contudo, o litoral setentrional, que vai do Rio Grande do Norte até o delta do rio Paraíba, não despertou interesse de exploração econômica por parte da metrópole por não possuir condições climáticas para o cultivo de cana-de-açúcar e pela dificuldade de navegação entre o Maranhão e Pernambuco. Como destaca Abreu (1963, p. 286):

Uma das mais dificultosas e trabalhosas navegações de todo o mar Oceano é a que se faz do Maranhão até o Ceará por costa, não só pelos muitos e cegos baixios, de que toda está cortada, mas muito mais pela pertinácia dos ventos e perpétua correnteza das águas [...]. Com esta contrariedade contínua das águas e dos ventos [...], fica toda a costa deste Estado quase inavergável para barlavento, de sorte que do Pará para o Maranhão de nem um modo se pode navegar por fora e do Maranhão para o Ceará com grandíssima dificuldade, e só em certos meses do ano que são os de maior inverno.

Desta forma, o território do atual estado do Piauí permaneceu praticamente desconhecido até meados do século XVII, quando começou a ser ocupado de forma espontânea e não oficial por vaqueiros que começaram a explorar essas terras com a atividade da pecuária extensiva.

No início do século XVIII a ocupação deste território era ainda rarefeita, os grandes domínios sertanejos se assemelhavam a desertos pontilhados por pequenas concentrações populacionais humanas e de gado. Foi só com o estabelecimento das Fazendas Jesuítas⁴⁰ que essas terras passaram a ser consideradas pelos colonizadores um espaço de ligação confiável para o tráfego de pessoas e animais entre os Estados do Maranhão e do Brasil. Logo, nesta região que não apresentava riquezas minerais e, tampouco, condições à época para o desenvolvimento de monoculturas voltadas à exportação, restou à pecuária, como atividade econômica, a função de garantir a integração e a ocupação do território entre as áreas agroexportadoras do Nordeste. De acordo como Prado Junior (2002, p. 66) “as fazendas do Piauí tornar-se-ão logo as mais importantes de todo o nordeste, e a maior parte do gado consumido na Bahia, proveem delas, embora tivesse que percorrer para alcançar seu mercado cerca de mil e mais quilômetros de caminhos”.

Ainda no início do século XVIII, a Companhia de Jesus passa a explorar 39 fazendas objetivando impulsionar fortemente a construção de ordens religiosas neste território, integrando pastoreio e missionarismo em uma ação que transformou ideologicamente os moradores da região, transformação estas presente até os dias de hoje como já foi descrito. Contudo, com a expulsão e o confisco dos bens dos jesuítas em 1759, as fazendas passaram a ser propriedade da Coroa Portuguesa.

Desta forma, as terras permaneceram em poder do Estado até 1946, quando a Constituição definiu no Artigo 7º que “Passam à propriedade do Estado do Piauí as fazendas de gado do domínio da União, situadas no território daquele Estado e remanescentes do confisco aos jesuítas no período das colônias”.

Então, para o Iphan (2008c, p. 32) a pecuária no sertão nordestino:

[...] cumpriu um duplo papel: não apenas serviu de complemento da economia do açúcar, mas foi fundamental também no processo de penetração, conquista e povoamento do interior do Brasil, principalmente desse sertão nordestino, ao abrir novos caminhos e rotas comerciais. E de modo a trazer, do interior para o litoral, o rebanho necessário para o trabalho nos engenhos de açúcar, diversos rios passaram a ser utilizados como canais de integração entre a faixa marítima da Bahia e de Pernambuco, onde se concentrava a maioria da população da colônia, e as novas terras ocupadas. Assim, foram se estabelecendo rotas diversas, que puderam ser usadas tanto no escoamento de produção agrícola para o interior quanto no deslocamento de tropeiros, comerciantes e colonos, incrementando o povoamento dos sertões.

⁴⁰ Atuais Fazendas Nacionais.

Contudo, é importante ressaltar que a maior parte dos lucros da atividade pecuária no Sertão eram apropriados por agentes ligados à agroexportação no litoral, portanto, fora da Capitania do Piauí, gerando a maior parte dos dividendos nos pontos de troca e de beneficiamento, como as feiras e curtumes, em torno dos quais surgiram prósperos núcleos citadinos. O capital atraía população e, conseqüentemente, o aparecimento de especialização de funções (carpinteiros, ferreiros, mestres-canteiros, dentistas, médicos), bastante características da economia citadina. Enquanto isso, perdurava no Piauí uma forte base agrária, sem diversificação produtiva, condenando os povoados a um estado rudimentar, organizados apenas no esquema praça-igreja (IPHAN, 2008c).

Com o estabelecimento dos caminhos de tropas, o Piauí transformou-se em um caminho viável para as principais rotas comerciais do Nordeste, e essa facilidade foi reforçada pela expansão da atividade pecuária, que passou a utilizar tais rotas para interligar as áreas de criação no sertão com os centros de consumo no litoral e depois nas regiões das “minas gerais”, o que culminava na crescente importância deste território, resultando na criação, em 1717, da Capitania do Piauí.

À época, a capitania contava com oito freguesias desenvolvidas a partir das fazendas administradas pelos jesuítas entre o final do século XVII e início do XVIII: Mocha (atual Oeiras); Parnaíba; Jerumenha; Santo Antônio do Campo Maior (atual Campo Maior); Marvão (atual Castelo do Piauí); Valença (atual Valença do Piauí); Piracuruca e Parnaguá. A mesma lei que criou a capitania, em 1717, elevou estas freguesias à categoria de vilas, tendo a primeira como capital.

Para Iphan (2008c, p. 43):

Pela localização geográfica destes povoamentos, pode-se observar o cuidado em tentar garantir a posse e a ocupação do território, protegendo-o das invasões estrangeiras, solucionando conflitos com os grupos indígenas ali existentes e exercendo um controle mais efetivo sobre os fazendeiros que se estabeleceram naquela região.

Desta forma, a rede de caminhos criados com a expansão da pecuária e a fundação de vilas para garantir a circulação da economia possibilitou a estruturação do território piauiense, que, conforme Iphan (2009c), somada à aridez e ao isolamento do meio, reforçado pela religião, teceu o caráter do sertanejo. Abreu (1963) forjou a expressão “civilização do couro” para designar a sociedade que se desenvolveu nos sertões nordestinos ligados à pecuária. Do couro se fazia quase tudo, desde vestimentas, portas, tamboretas, surrões, selas e o que mais se precisasse.

Em meados do século XVIII, Oeiras começou a se destacar entre os núcleos urbanos criados na capitania em virtude desta deter os poderes de Estado e a burocracia, controlar os rendimentos das Fazendas Nacionais do Fisco e, principalmente, por se situar em um importante entroncamento de caminhos que interligava as Capitânicas da Bahia e Maranhão, além do povoado do Porto das Barcas (Parnaíba), que desenvolvia grande comércio marítimo de charque e couro com Recife, Salvador, Belém e Rio de Janeiro, desta forma, em consonância com a proposta de urbanização de Lefebvre (2008) no que se refere às cidades mercantis.

Deste modo, assim como Oeiras, com a consolidação de vários outros núcleos urbanos pelo interior do país, se esboçaram as primeiras redes de cidades, o que demandou a fundação de núcleos ligados aos fluxos e trocas comerciais, constituídas por alguns centros regionais, fundadas em locais privilegiados, transformadas em verdadeiros polos de articulação do território, como Icó e Sobral no Ceará, Cachoeira e Lençóis na Bahia, São Luiz do Paraitinga em São Paulo e Lapa no Paraná, só para citar algumas cidades patrimônio hoje. Essas cidades fundadas às margens dos antigos caminhos de tropas possuíam a principal função de entreposto comercial e de abastecimento de bens de primeira necessidade, como alimentos, às cidades políticas, assim, estas possuem um claro caráter mercantil na sua fundação.

É neste momento histórico, o século XVIII, que se inicia a política de fundação de cidades a partir de planos pré-estabelecidos, o urbanismo iluminista. Contudo, nas vilas do interior da colônia não fazia sentido seguir o modelo de implantação adotado nas cidades litorâneas, como o caso que foi analisado de Iguape, baseado na estratégia de defesa contra invasão. Como destaca o Iphan (2009e, p. 38), “a invariabilidade nas recomendações é reveladora de um método próprio português de fazer vilas, negando o improvisado e a simples submissão ao sítio, deixando patente a rotina e a constância do planejamento, praticada na abstração legislativa das cartas régias”. Esse modelo adquiriu maturidade na reconstrução de Lisboa, destruída pelo terremoto de 1755. Para Correia (1982), a doutrina norteadora para a implantação de vilas e cidades se traduzia pelo desejo de afirmação do iluminismo sobre a sociedade e a natureza, alterando a forma e a organização dos espaços, tendo repercussão direta sobre a fundação e remodelação de cidades no Brasil e em Portugal até meados do século XIX.

Contudo, a abstração do urbanismo português em Oeiras manifestou-se tenuemente na produção dos espaços da cidade, visto que o arruamento se guiou muito mais pelas características da geografia local. As ruas se estabeleceram ao longo dos caminhos de acesso

às fontes de água potável e de ligação com as estradas reais (Mapa 14), enquanto os espaços de descanso das tropas de mulas e do comércio se realizavam nos fartos largos da cidade. Logo, a racionalidade geométrica portuguesa foi vencida pelo vivido, pela espontaneidade dos caminhos estabelecidos pelo passo e pelas montarias, caracterizando um traçado urbano predominantemente espontâneo, ficando restrita a regularidade à Praça das Vitórias, lugar do poder do Estado e da Igreja.

O Iphan (2009e) destaca que os limites de aplicação prática do urbanismo iluminista, idealizados em Lisboa, no sertão piauiense do século XVIII se devem em parte ao ambiente hostil e a uma economia pouco monetarizada, fazendo que os condicionamentos da geografia local se sobrepujassem à vontade do legislador e acabassem por moldar o espaço. Mais que as representações do espaço, frequentemente o empirismo do saber-fazer local, os espaços de representação, forjaram a arquitetura e o traçado da cidade.

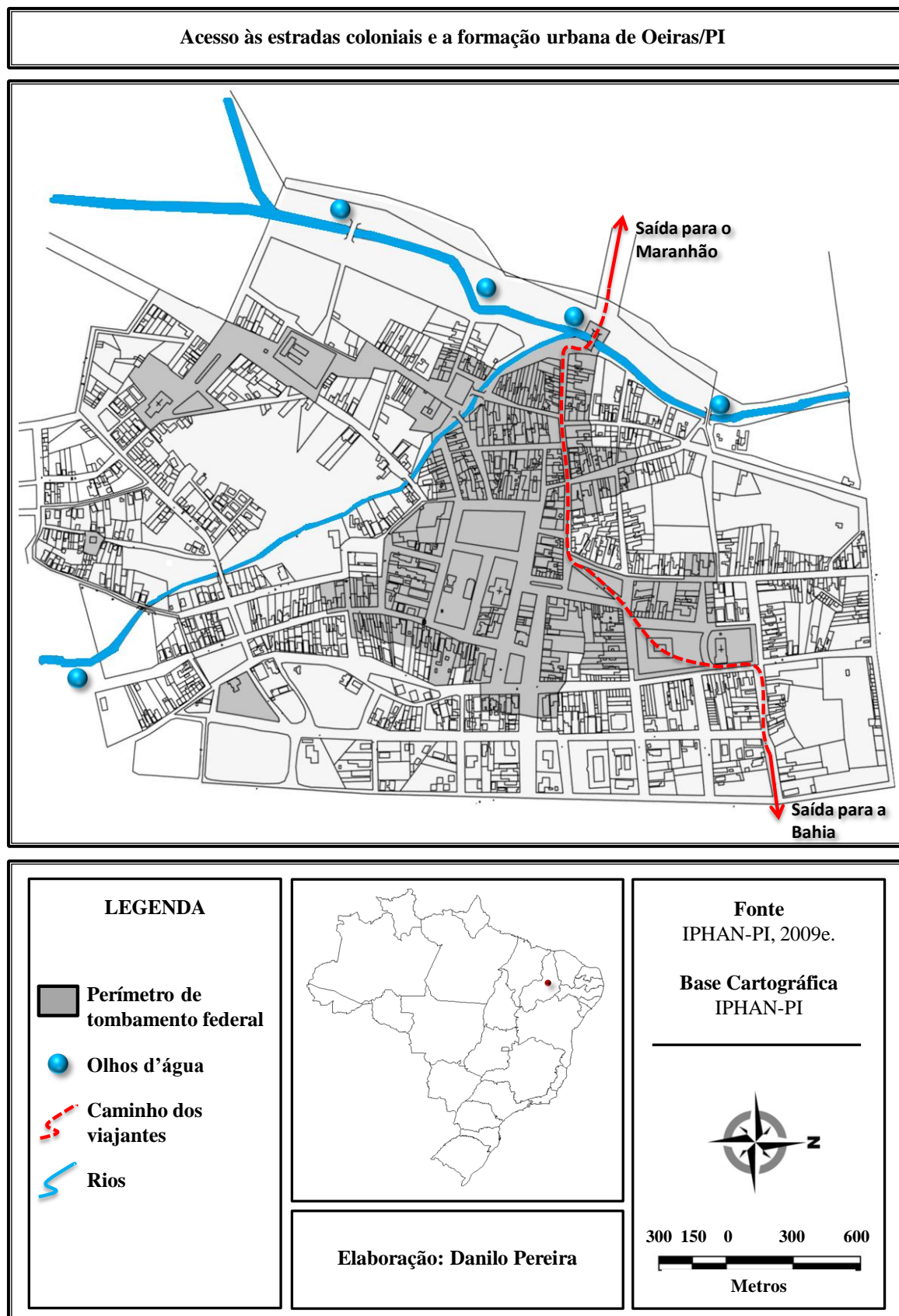
Os loteamentos implantados durante o século XX, acelerados por um processo de êxodo rural que acarretou a migração da população para a zona urbana em busca de possibilidades que o campo já não oferecia, não guarda nenhuma referência da cidade antiga. O traçado urbano estabelecido a partir do relevo natural e os fartos espaços livres de encontro foram preteridos pela adoção de loteamento em xadrez. Os novos espaços produzidos na cidade adotaram um modelo indiscriminado na implantação de elementos urbanos – lotes, quadras, edifícios, vias e espaços verdes – sem discriminação entre si, impossibilitando o estabelecimento de identidade com um espaço tão homogêneo.

Grande parte das cidades do país assistiram tais processos de êxodo rural no século XX advindos do processo de urbanização e industrialização. Contudo, em Oeiras tal processo já se acentua a partir da mudança da capital da província para Teresina, em 1852. Conforme Reis (2013), esse foi um duro golpe para a sustentabilidade física e econômica de Oeiras, pois a elite rural local mantinha contatos esporádicos com a cidade, principalmente nas festas religiosas, enquanto a elite citadina se constituía do clero e de funcionários públicos civis e militares (informação verbal)⁴¹. A transferência da administração pública para a nova capital, associado ao fato de que o centro econômico da província há muito tempo já era a cidade de Parnaíba, levou a cidade a uma estagnação econômica que conservou a cidade antiga.

⁴¹ Informações concedidas por Carlos Rubem Reis em entrevista ao autor (Oeiras, agosto de 2013).

MAPA 14

Acesso às estradas coloniais e a formação urbana de Oeiras/PI



Fonte: IPHAN, 2009e. Elaborado pelo autor.

A partir da década de 1930, com a exploração da carnaúba, iniciou-se uma tímida retomada do desenvolvimento econômico da região. Esta retomada acarretou transformações nos espaços da cidade, com a construção de edifícios públicos e privados em novas tipologias arquitetônicas, esteticamente identificadas com a modernidade, em particular o *art déco*, como se observa no conjunto da Praça da Bandeira. Como destaca o Iphan (2009e), é importante ressaltar que, como no século XVIII, o isolamento e a falta de recursos fizeram destes novos modelos uma síntese entre a linguagem arquitetônica adotada nas principais cidades do país, como o Rio de Janeiro, e a adaptação e simplificação baseada na interpretação local.

O surto de desenvolvimento foi curto, na década de 1950 a cidade retornou ao ritmo melancólico de estagnação econômica já vivida por bastante tempo. No presente, Oeiras investe no turismo, baseado na exploração do patrimônio histórico e nas festas tradicionais religiosas, como principal atividade econômica.

Assim, entende-se o reconhecimento do uso/apropriação da cidade de Oeiras na delimitação da poligonal de tombamento, a apropriação dos espaços da cidade pelos sujeitos, enquanto Lugar da reprodução social, onde ocorrem celebrações e formas de expressões características do povo do sertão, como a principal contribuição deste caso às políticas federais de preservação do patrimônio. Já no que se refere à contribuição que o reconhecimento dessa cidade patrimônio representa para compreender o processo de urbanização brasileiro, o grande diferencial e a principal contribuição se referem ao reconhecimento de uma atividade econômica, até então marginalizada, como de fundamental importância para o processo de ocupação do território do interior do Brasil, a pecuária extensiva no sertão nordestino.

CAPÍTULO 5

CATAGUASES: PARA ALÉM DO OURO EM MINAS GERAIS

Tem-se agora o objetivo de discutir o importante papel simbólico que Cataguases desempenhou enquanto cidade patrimônio eleita e que não representa o período colonial e nem a arquitetura barroca, marcas do estado de Minas Gerais, além de quebrar um hiato de 56 anos, visto que depois das ações de preservação de 1938 não houve mais tombamentos de cidades nesse Estado. Do ponto de vista da função da cidade, Cataguases representa com distinção uma morfologia urbana marcada pela chegada da ferrovia e da indústria em uma das últimas regiões ocupadas em Minas Gerais, a Zona da Mata, o que a aproxima da proposta de análise sugerida por Lefebvre (2008) como cidade industrial.

As primeiras ações do Iphan em relação ao patrimônio de Cataguases se deram em 1987 a partir de uma demanda local, quando a Secretaria Municipal de Cultura solicitou ao então SPHAN/FNPM uma parceria que objetivava o levantamento de dados visando o resgate da cultura e da memória cataguasense, evidenciando o movimento modernista ocorrido na cidade na década de 1920.

A partir desta demanda, em parceria com a Prefeitura Municipal de Cataguases, com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cataguases (FAFIC) e a Superintendência do Iphan de Minas Gerais, se desenvolveu o projeto “Memória e Patrimônio Cultural de Cataguases”. O presente projeto tinha como objetivo desenvolver um trabalho de divulgação e valorização das manifestações culturais da cidade, promovendo a preservação a partir da conscientização da população através do reconhecimento da importância das suas manifestações culturais. À época não se objetivava tombamentos, a não ser que a partir do projeto essa demanda surgisse na comunidade.

Para tanto, o projeto se deteve ao movimento modernista dos “Verdes”, um grupo de jovens literatos moradores da cidade que lançaram “O Manifesto Verde” e entre 1927 e 1929 publicam a Revista Verde, de cunho modernista e que alcançou repercussão nacional. Para o Iphan (1994a, p. 7):

A repercussão do *fenômeno* Cataguases deu-se principalmente em função da origem da revista *Verde*, pois a realização desta publicação da Mata ofereceu ao país uma resposta positiva sobre a viabilidade da produção cultural em regiões excluídas dos centros polarizadores de informação [...]. Foi a tradução provinciana de um esforço de autossuperação cultural.

Desta forma, este grupo teria sido o responsável por abrir caminho para outras manifestações culturais na cidade que viriam a ocorrer a partir de então.

Em decorrência do projeto “Memória e Patrimônio Cultural de Cataguases” foram publicados quatro volumes do livro “Memória e Patrimônio Cultural”, respectivamente em 1988, 1990, 1996 e 2012. Os livros contêm registros de memória oral de diversas personalidades da cidade.

Em 1994 a parceria se ampliou com a participação do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), resultando na publicação “Cataguases – um olhar sobre a modernidade”, focado em arquitetura, artes plásticas, mobiliário, cinema e literatura produzidos na cidade. Para Alonso (2010, p. 34):

Pode-se dizer que aquela publicação foi uma das primeiras análises detalhadas daquelas manifestações culturais de Cataguases e foi muito utilizado para o embasamento técnico do dossiê de tombamento que seria feito naquele mesmo ano de 1994.

Assim, esta última publicação marca o momento de ruptura entre o trabalho até então realizado, voltado aos inventários comunitários, para uma ação voltada ao patrimônio material edificado. Aqui cabe ressaltar que a solicitação de tombamento foi feita pela então superintendente do Iphan em Minas Gerais, Claudia Lage, ao então presidente do IBPC, Glauco Campello, se constituindo de uma ação “de cima para baixo”.

Logo, os estudos voltam-se à produção arquitetônica modernista da cidade que iniciou-se nos anos 1940 e estendeu-se até o fim da década de 1960. O marco inicial desta produção foi à construção da residência Francisco Inácio Peixoto, projetada em 1941 por Oscar Niemeyer, com jardins de Burle Marx, esculturas de José Pedroso e Jan Zach e mobiliário de Joaquim Tenreiro.

Peixoto é considerado o mentor da arquitetura moderna em Cataguases, participante ativo das atividades do grupo dos Verdes nos anos 1920, o industrial foi um dos principais financiadores desse processo de “renovação” na cidade. Como destaca Iphan (1994a, p. 6):

O mecenato surge como elemento decisivo na produção e na difusão de bens culturais, encarnado na figura de empresários de perfil tão modernista quanto os artistas que apoiaram. Não se tem notícia da injeção de recursos públicos na formação do mais importante polo de modernidade em Minas Gerais. Foi a iniciativa privada local que promoveu a invasão de Cataguases pela arquitetura, pelas artes plásticas e pelo design com as características de modernidade que até hoje identificam e orgulham a cidade.

Em 1943, o industrial encomenda a Niemeyer o projeto do Colégio Cataguases para a substituição do antigo edifício que o abrigava. O colégio possui paisagismo de Burle Marx, escultura de Jan Zach, painel em pastilha de Paulo Werneck e mobiliário de Joaquim Tenreiro, além de ter abrigado em seu saguão principal o painel de Cândido Portinari, *Tiradentes*, hoje acervo do Memorial da América Latina em São Paulo.

A partir desses dois projetos, segue-se a execução de inúmeros outros, de uso público e privado, que a elite cataguasense encomendou a arquitetos representantes da arquitetura modernista brasileira que atuavam no Rio de Janeiro.

Tendo em vista esta produção arquitetônica, se elabora um dossiê de tombamento embasado pela seguinte premissa:

No plano conceitual é mister situar o debate, orientando-se no sentido da superação da dicotomia entre as obras tidas e havidas de excepcional valor, expressões máximas e acabadas dos novos enunciados estéticos, emblemáticos e um novo período artístico ou reveladora de notáveis qualidades de seus criadores e aquelas que apenas denotam os padrões correntes, diluídos nas paisagens rotineiras do cotidiano urbano [...]. (IPHAN, 1994a, p. 49)

Contudo, ao eleger 16 bens isolados para o tombamento (Quadro 5), o documento, ao invés de superar tal dicotomia, as acentua. Cataguases não se conforma como um conjunto homogêneo, como as cidades patrimônio até então protegidas no estado, pois as edificações e as obras modernistas estão dispersas pela cidade, mescladas a outras tipologias, como o neocolonial, *art decó*, eclético e arquitetura industrial, tal realidade urbana representou aos técnicos do Iphan um desafio, pois ao se reconhecer as obras modernistas consideradas de valor significativo, poderia se incorrer no risco de não reconhecer toda a importância do processo cultural, social e econômico produzidos em Cataguases. Assim, considerou-se que:

[...] a melhor forma de se promover o reconhecimento e a proteção do patrimônio cultural da cidade é constituí-lo enquanto parte integrante do centro urbano; a ausência de unidade enfatiza uma das principais características do movimento modernista em Cataguases, qual seja o seu caráter inconcluso. As contradições e conflitos decorrentes do tratamento do conjunto representam ademais fator relevante para o entendimento dos processos identificados com os êxitos e malogros dos rumos imprimidos à renovação da cidade e à ação dos “modernistas”. (IPHAN, 1994a, p. 51)

Para tanto, o documento enfatiza a necessidade de discutir um novo conceito de Centro Histórico, onde Cataguases:

[...] revela a complexidade de sua história um novo conceito de Centro Histórico, considerando-se, sobretudo, seus períodos mais recentes. Conceito que rompe os limites impostos pelo peso da herança adquirida irrefletidamente da cultura europeia, acostumada a circunscrever os interesses prioritários aos remanescentes da sociedade pré-industrial cujo ideal de harmonia sempre estimulou os sentimentos de admiração e respeito. (IPHAN, 1994a, p. 52)

Desta forma, além dos bens tombados isoladamente – dos quais onze são modernistas e cinco anteriores a estes – estabelece-se o perímetro que define a área de interesse cultural (Mapa 15) compreendido em quatro zonas distintas que acreditava-se espelhar o processo de formação e desenvolvimento da cidade. A primeira zona (IPHAN, 1994a) corresponde ao baixo terraço que se elevou junto ao rio Pomba e seu tributário, o Meia Pataca, definindo o sítio escolhido para a implantação do primeiro núcleo da cidade (Figura 23); a segunda zona (IPHAN, 1994a) compreende a primeira área de expansão urbana, determinada pelo traçado da ferrovia, região onde se acham a Estação Ferroviária, depósitos e armazéns, as instalações pioneiras das Indústrias Irmãos Peixoto e Vilas Operárias Irmãos Peixoto (Figura 24); a terceira zona (IPHAN, 1994a) abriga o novo bairro formado após a canalização do córrego Lava-pés, integrando a área de várzea à estrutura cidadina, compreendendo a área mais elitizada da cidade e que tem em um dos seus limites o Colégio Cataguases (Figura 25); e a quarta zona (IPHAN, 1994a) está situada na margem direita do rio Pomba e envolve as novas instalações da Companhia Industrial de Cataguases, parte da Vila Operária Bairro Jardim, o hospital-maternidade e o cemitério (Figura 26).

Não obstante, já prevendo as dificuldades de preservação da presente poligonal, o documento apontou que as diretrizes de gestão deveriam ser diferentes das adotadas nas outras cidades patrimônio mineiras, onde os bens inventariados deveriam ficar sob tutela do Iphan, assim como os mobiliários destes bens e o traçado urbano. Já os demais imóveis que compõem o centro histórico deveriam ficar submetidos às posturas municipais. O dossiê ressalta ainda a necessidade da realização de novos inventários dentro do perímetro de proteção para listar os imóveis relacionados à formação e desenvolvimento da cidade, estes também viriam a ficar sob tutela do Iphan.

FIGURA 23

Primeira Zona – sítio escolhido para o primeiro núcleo



Foto do autor, 2013.

FIGURA 24

Segunda Zona – primeira área de expansão da cidade



Foto do autor, 2013.

FIGURA 25
Terceira Zona – segunda área de expansão da cidade



Foto do autor, 2013.

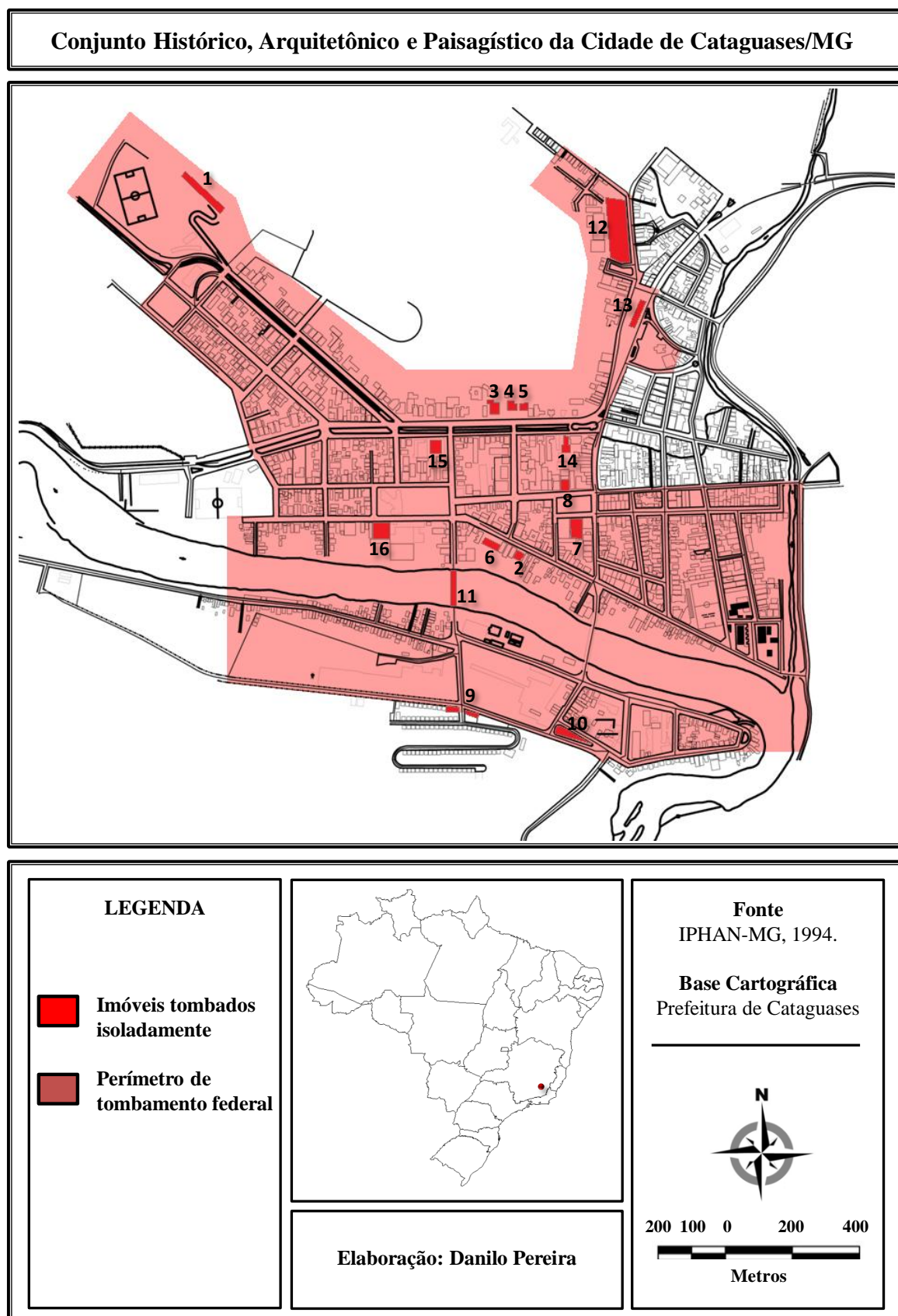
FIGURA 26
Quarta Zona – Instalações industriais na margem direita do rio Pomba



Foto do autor, 2013.

MAPA 15






Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Cataguases/MG



Fonte: IPHAN, 1994a. Elaborado pelo autor.

QUADRO 5

Bens tombados individualmente em Cataguases

Nº	Bem	
1	Colégio Cataguases Projeto: Oscar Niemeyer Paisagismo: Roberto Burle Max Escultura: <i>O Pensador</i> , de Jan Zach Painel: Paulo Werneck Propriedade: Governo do Estado de Minas Gerais	
2	Residência Francisco Inácio Peixoto Projeto: Oscar Niemeyer Paisagismo: Roberto Burle Max Propriedade: Espólio Francisco Inácio Peixoto	
3	Residência Ottoni Alvim Gomes Projeto: Francisco Bolonha Painel de Azulejos: <i>Festa Nordestina</i> , de Anísio Medeiros Afresco: <i>A lenda sobre o rapto das Sabinas</i> , de Emeric Marcier Propriedade: Nanzita Ladeira Salgado Alvim Gomes	
4	Residência de Josélia Peixoto Medeiros Projeto: Aldary Henrique Toledo Paisagismo: Francisco Bolonha Propriedade: Josélia Peixoto Medeiros	
5	Residência de Nélia Peixoto Projeto: Edgard Guimarães do Vale Paisagismo: Francisco Bolonha Propriedade: Nélia Peixoto	
6	Hotel Cataguases Projeto: Haldary Henrique Toledo e Gilberto Lemos Paisagismo: Carlos Percy Escultura: <i>Mulher</i> , de Jan Zach Propriedade: Hotel Cataguases S/A Ltda	

<p>7 Cine-Teatro Edgard</p> <p>Projeto: Aldary Henrique Toledo e Carlos Leão Propriedade: Circuito Cinema Brasil Ltda, Loja Maçonica Labor e Prefeitura Municipal de Cataguases</p>	
<p>8 Edifício A Nacional</p> <p>Projeto: M. M. M. Roberto Propriedade: Walter Ferraz Gomes, Sebastião Ferraz de Carvalho, Antonio Gomes de Carvalho e Maria Cristina Carvalho Thomé</p>	
<p>9 Conjunto de Residências Operárias</p> <p>Projeto: Francisco Bolonha Propriedade: Companhia Industrial de Cataguases</p>	
<p>10 Monumento a José Inácio Peixoto</p> <p>Projeto: Francisco Bolonha Escultura: <i>A Família</i>, de Bruno Giorgi Painel: <i>As Fiandeiras</i>, de Candido Portinari Propriedade: Companhia Industrial de Cataguases e Prefeitura Municipal de Cataguases</p>	
<p>11 Ponte Metálica sobre o rio Pomba</p> <p>Propriedade: Prefeitura Municipal de Cataguases</p>	
<p>12 Fábrica de Fiação e Tecelagem Cataguases / M. Inácio Peixoto & Filhos</p> <p>Propriedade: Indústrias Irmãos Peixotos</p>	
<p>13 Estação Ferroviária de Cataguases</p> <p>Propriedade: Prefeitura Municipal de Cataguases</p>	

14 Museu da Eletricidade Cataguases – Leopoldina

Propriedade: Companhia Força e Luz Cataguases - Leopoldina

**15 Antigo Grupo Escolar Coronel Vieira**

Propriedade: Estado de Minas Gerais

**16 Educandário Dom Silvério**

Painel: Anísio Medeiros
Afresco: *Genesis*, de Émeric Marcier
Propriedade: Congregação de Irmãs Carmelitas da Divina Providência



Fonte: Iphan, 1994a. Fotos do autor.

Entende-se este fato como um contrassenso, uma vez que tais inventários deveriam ter sido realizados durante o processo de instrução do dossiê, de preferência com a participação da comunidade, para que os mesmos pudessem ser apreciados pelo Conselho Consultado do Patrimônio do Iphan. Corrobora com essa afirmação o fato de que tais inventários nunca foram elaborados, fazendo que a inscrição do bem tombado em 1994 só ocorresse em 2003 nos Livros do Tombo de Belas Artes, Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Dentre as consequências da não realização de tais inventários, há a exclusão do acervo móvel (mobiliário) tombado, uma vez que não era possível precisar no que se referiam tais bens, assim, ficou registrado:

O Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Cataguases, no Estado de Minas Gerais, de acordo com o perímetro delimitado nos autos, observando a condição de especial destaque conferida aos bens imóveis e integrada relacionada, assim como a **exclusão do acervo móvel**. (IPHAN, 2003, p.1, grifo nosso)

Quanto às posturas municipais, em 2006 o município elaborou um Plano Diretor Participativo (PDP), exigido pelo Estatuto da Cidade. Com recursos do Programa Monumenta, um dos eixos abordados deveria ter sido a preservação do patrimônio cultural.

Contudo, esse tema não foi levantado em nenhuma das reuniões com a comunidade durante a elaboração do PDP, fato que mostra como a questão da preservação se mostrava distante da comunidade.

Por iniciativas de técnicos municipais, foi sugerido na criação do anteprojeto o estabelecimento de uma Zona de Preservação Cultural que, além da poligonal de tombamento do Iphan, reconhecia o interesse cultural de outras áreas adjacentes. A Zona teria uma permeabilidade mínima de 30% e limite de gabarito de no máximo nove metros para as novas edificações, assim se garantiriam a manutenção da paisagem do conjunto urbano tombado que, segundo Alonso (2013), vem sofrendo forte pressão do setor imobiliário por verticalização, o que além do prejuízo paisagístico, acarretaria um desconforto ambiental por prejudicar a circulação dos ventos e propiciaria a formação de ilhas de calor (informação verbal)⁴².

Contudo, quando a lei já aprovada pela Câmara Municipal retornou ao Executivo para ser sancionada, o Prefeito Municipal vetou os incisos que tratavam da permeabilidade e do gabarito da Zona de Proteção Cultural. Para Alonso (2013), tais vetos dos incisos por parte do poder Executivo Municipal está relacionado a pressões por parte de alguns setores da construção civil que atuam na cidade (informação verbal)⁴³.

Desta forma, percebe-se o quão complexo é a gestão do patrimônio em Cataguases, de um lado por parte da municipalidade e de outro pelo próprio Iphan que, por não ter normas e critérios estabelecidos, e nem ter realizado os inventários sugeridos no dossiê, tem dado margens a ações de grupos influentes contrários à preservação. Conforme Alonso (2010, p. 96):

O detalhamento das coisas individualmente que ao ser somado daria escopo ao conjunto não há. Não há inventário. Não há no processo os critérios e a justificativa técnica da escolha dos suportes – bens tombados individualmente e delimitação do perímetro – que representariam as manifestações culturais de Cataguases.

Logo, constatou-se que, mesmo protegido juridicamente, sem a realização dos inventários capazes de detalhar o complexo e rico patrimônio da cidade de Cataguases – dotando-o de normativas claras e eficientes de gestão, tendo o poder público e a comunidade local como parceiros –, a sua salvaguarda não esta garantida.

⁴² Informações concedidas por Paulo Henrique Alonso em entrevista ao autor (Cataguases, dezembro de 2013).

⁴³ Ibid.

5.1. A reificação da arquitetura e o apagamento da memória

O Dossiê de Tombamento de Cataguases traz em sua apresentação uma noção ampliada de patrimônio cultural, afinada com as reflexões realizadas durante os anos 1970 e 1980, a representação dos espaços enquanto cidade-documento e a definição de patrimônio cultural apresentada na Constituição de 1988, como podem ser observadas:

Este fim de século mostra a saturação de certas práticas e certas teorias e nos empurra para a busca de alternativas aptas a acercarem-se da identificação, documentação, proteção e promoção do patrimônio cultural, em sua pluralidade. Se antes as políticas públicas privilegiavam os monumentos barrocos e a homogeneidade dos conjuntos arquitetônicos setecentistas, agora são as cidades e as diferenças que o espaço urbano concentra que estão no centro da cena. O patrimônio cultural é hoje composto, construído e tecido na vida cotidiana de todas as cidades, não apenas daquelas chamadas históricas, pois afinal a história de Minas não parou no século XVIII, nem a história do Brasil começou com a chegada dos portugueses. Agora que a orientação linear da História encontra-se sob relativa suspeição, a ocupação do território, com seus diferentes modos de criar, fazer e viver exigiu a superação da clássica distinção entre cultura e natureza. (IPHAN, 1994a, p. 5)

O documento traz ainda diversas citações que dizem respeito à memória, onde destaca-se a seguinte passagem:

Toda dificuldade se encontra em considerar a memória construída em termos de movimento, conflito e imprevisibilidade [...]. À medida que aspectos sociais são considerados os conceitos de memória se diversificam: memória social, atos coletivos de lembrar e esquecer, tradição [...]. (SANTOS, 1993 apud IPHAN, 1994a, p. 19)⁴⁴

Contudo, cabe o questionamento de que se a noção ampliada de patrimônio e de memória balizaram os estudos para o tombamento da cidade patrimônio de Cataguases, por que o conjunto protegido ali não reflete tais discussões? O documento demonstra uma preocupação de garantir a salvaguarda das várias manifestações culturais da cidade ao se embasar nas manifestações culturais, sociais e econômicas de Cataguases – a morfologia inicial do arraial, a economia cafeeira, a importância da ferrovia para o desenvolvimento econômico, social e urbano, a chegada de imigrantes, as edificações neocoloniais, ecléticas, *art decó*, o processo de industrialização, a classe operária e suas vilas. Destaca ainda a relevância da literatura com os Verdes, o ciclo do cinema de Humberto Mauro, Pedro Camello e Eva Nill e a arquitetura, as artes, o mobiliário e o paisagismo modernista produzido pelos arquitetos e artistas que atuavam no Rio de Janeiro e os cataguasenses. Assim, percebe-se que houve durante a instrução do processo a intenção de reconhecer não somente as edificações modernistas, mas também as manifestações da literatura e do cinema e, além

⁴⁴ SANTOS, M. O passado da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos da memória, tradição e traços do passado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANDOCS, n. 23, 1993.

disso, levar em consideração o processo histórico que deu suporte para que estas manifestações notórias surgissem. Desta forma, o que parecia ambicioso e sem dúvida traria importantes contribuições para as políticas de preservação do patrimônio no Brasil, o tombamento não conseguiu efetivar.

No que se refere à produção arquitetônica modernista, como já foi mencionado, tem-se uma expressiva produção de artistas residentes no Rio de Janeiro na década de 1940, como Niemeyer, Bolonha, Portinari, Burle Marx, entre outros. Na década seguinte surgem obras do arquiteto Luzimar Goés Telles. Morador da cidade, teve uma produção que, segundo Alonso (2010, p. 87), “se destaca pela quantidade e variedade dos programas arquitetônicos”, sendo o arquiteto que mais produziu obras modernistas em Cataguases, que vão desde industrial e seus respectivos escritórios, reformulação de praças, sindicatos, clubes, fórum, hospitais, consultórios médicos, blocos residenciais, residências, entre tantos outros projetos. Contudo, mesmo o dossiê reconhecendo a importância do legado de Telles, o autor de cerca de sessenta projetos realizados em Cataguases não teve nenhum exemplar eleito para tombamento individual.

Outra ausência marcante entre os bens listados para o tombamento isolado foi a da Igreja Matriz Santa Rita de Cássia (Figura 27), o projeto de Edgar Guimarães do Valle com mural externo em azulejos de Djanira e pinturas parietais internas de Nanzito Salgado e que, segundo pesquisas realizadas em 2006 para a elaboração do PDP com a população local para identificar quais seriam as edificações mais representativas de Cataguases, foi apontada como o principal sustentáculo de identidade da comunidade, como pode se observar:

Em relação à arquitetura temos a quase unanimidade na avaliação popular em relação à Igreja de Santa Rita, com 93,3% de respostas válidas para os quesitos “importante” e “muito importante”; seguida pelo Colégio Cataguases, com 90,9% e a Chácara Catarina, com 84,4%. Aqui, a grande distinção encontra-se no conhecimento amplo destes monumentos pela comunidade, o que os tornam amplamente populares. (UFMG, 2006 apud ALONSO, 2010, p. 84)⁴⁵

Desta forma, para um documento que aparentemente pretendia salvaguardar uma significativa variedade de manifestações culturais, no âmbito da arquitetura as escolhas já se mostraram bem restritas. Ao selecionar dezesseis bens para o tombamento individual, o processo já cria uma hierarquia simbólica dos bens que compõem o conjunto, que associado ao fato que dos bens filiados à tradição modernistas são todos criações de arquitetos e artistas renomados que possuem obras dispersas pelo Brasil e pelo mundo, permite afirmar que a

⁴⁵ Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

memória que se pretendia salvaguardar era, em primeiro lugar, de um grupo específico de arquitetos e artistas, os mesmos que historicamente o Iphan reverencia, e, por outro lado, da elite de Cataguases, que financiou essa produção arquitetônica, práticas das mais arraigadas e tradicionalistas que nos remontam às concepções das cidades-monumento.

Além disso, a eleição desses bens no plano do vivido significou a valorização de um processo de renovação urbana que substituiu alguns dos principais espaços públicos da cidade, espaços com os quais certamente a população local mantinha laços de identidade, por imóveis até então estranhos a aquela cidade, apenas para saciar desejos pessoais das elites locais.

Não obstante, o Dossiê de Tombamento de Cataguases foi conivente com a substituição desses lugares das lembranças do viver e da vida cotidiana, legitimando a reificação da técnica e da arquitetura em detrimento da memória, em particular da memória das camadas sociais populares.

Nesta perspectiva, vale citar a substituição da Igreja Matriz de Santa Rita, construída em 1894 em arquitetura neogótica (Figura 27), e do Cine-Teatro Recreio de 1893 (Figura 29), em arquitetura maneirista italiano, que, ao lado do Paço Municipal, a Fábrica Irmãos Peixoto, a Chácara Dona Catarina e o Hotel Villas, representavam o primeiro ciclo de expansão econômica da cidade, com a chegada da ferrovia no final do século XIX e início do XX, momento em que Cataguases se constituía como uma ilha de desenvolvimento envolvida por grandes áreas de cultivo de café. A Igreja e o Cine-Tetro foram, respectivamente, substituídos em 1944 e 1946, ou seja, ambos com cerca de 50 anos de história.

Outro importante imóvel demolido para dar lugar a uma nova construção modernista foi a primeira escola da cidade, o Ginásio e Escola Normal de Cataguases (Figura 31), que, além de escola, foi o lugar do encontro dos integrantes do grupo Verde, fato curioso se considerarmos que foi um integrante deste grupo, o industrial Francisco Inácio Peixoto, o financiador da construção do novo colégio. O Ginásio foi demolido em 1951 para dar lugar ao projeto de Oscar Niemeyer (Figura 32), como já foi citado.

FIGURA 27

Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia, construída em 1886



Acervo da Secretaria de Cultura de Cataguases, s/d.

FIGURA 28

Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia, construída em 1944



Foto do autor, 2013.

FIGURA 29
Cine-Teatro Recreio de 1893



Acervo da Secretaria de Cultura de Cataguases, s/d.

FIGURA 30
Cine-Teatro Edgard



Foto do autor, 2013.

FIGURA 31
Ginário e Escola Normal de Cataguases



Acervo da Secretaria de Cultura de Cataguases, s/d.

FIGURA 32
Colégio Cataguases



Foto do autor, 2013.

No que se refere aos bens tombados individualmente de períodos anteriores ao modernismo, estes têm uma forte ligação com o ciclo da cafeicultura e o processo de industrialização que marcou a história de Cataguases. O palacete onde hoje funciona o Museu da Eletricidade Cataguases-Leopoldina e o edifício do Grupo Escolar Coronel Vieira são exemplares ricos do auge da cafeicultura na Zona da Mata mineira. Já a Estação Ferroviária representa a chegada da modernidade, que possibilitou a industrialização, processo representado pela Indústria Irmão Peixoto e pela Ponte Metálica, que possibilitou a ocupação da outra margem do rio pela expansão da atividade industrial.

Aqui cabe uma observação, além da arquitetura modernista, no processo de tombamento do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Cataguases perdeu-se a oportunidade de valorar outro importante elemento fortemente marcante do conjunto da cidade, e que conferiria destaque em relação a outras cidades patrimônio, visto que estas são formas de produção do espaço historicamente desvalorizadas, o patrimônio industrial.

Cataguases possui um expressivo patrimônio industrial formado por indústrias, vilas operárias, sindicatos e o conjunto ferroviário, contudo, o tombamento federal não garante a proteção desse rico conjunto que, sem o respaldo das políticas públicas de patrimônio, está em franco processo de desaparecimento, em particular as residências das vilas que passaram a ser vendidas individualmente pelas empresas, como também já destacou Alonso (2010).

Nesta perspectiva, antes de proceder a análise destes lugares marcados pela atividade industrial, e tendo em vista que o Dossiê de Tombamento de Cataguases teve na discussão de memória uma de suas sustentações de valoração, entende-se que cabe a reflexão acerca dos lugares de memória operária. Conforme Scifoni (2013, p. 103), sua compreensão:

[...] envolve pensar na ordem local, como dimensão na qual se criam os laços de identidade e de solidariedade, o plano em que se dá a vida cotidiana marcada pelo ritmo da fábrica e pelas lutas e resistência ao processo de alienação no trabalho, atravessadas, contraditoriamente, pelas contingências da ordem distante, do mundial [...]. Neste sentido, as categorias de lugares de memória operária representam as diferentes formas como essas experiências coletivas e de classe se inscrevem nos espaços concretos.

Em Cataguases, as experiências coletivas da classe operária inscritas no espaço que se destacam são, basicamente, os lugares de memória do trabalho e os de moradia. Para a autora o primeiro se define:

[...] pelas fábricas ou pelos eixos viários ao longo dos quais estas se concentraram, conformando espaços da industrialização. A fábrica revela-se como organizadora da vida social e como referência espacial, pois que regula o movimento do bairro, a

circulação nas ruas próximas. Nela se inscreve a memória operária não só como lembrança da atividade profissional e das condições do trabalho parcelar e repetitivo que aliena, mas como recordação de uma sociabilidade regulada pelo tempo do relógio e do apito da fábrica e pela necessidade de organização e luta. (SCIFONI, 2013, p. 105)

Ao eleger para tombamento individual a Indústria Irmãos Peixoto e ao incluir na poligonal de tombamento a Companhia Industrial de Cataguases, as duas principais indústrias na formação histórica e cultural da cidade, se garante a salvaguarda da materialidade dos lugares de trabalho, mesmo que o uso da primeira já tenha mudado, hoje se constituindo como um shopping popular.

Já os lugares de moradia operária, para Scifoni (2013, p. 104) representam:

[...] as experiências compartilhadas do viver operário, com seus limites e possibilidades. Incluem-se projetos que surgiram de forma pioneira como alternativa coletiva, frente às precárias condições de vida e que tornaram os operários sujeitos na produção do espaço da cidade. Lugares que expressam, também, a intenção de controle e sujeição total do trabalhador ao Capital e ao Estado e as consequentes formas de resistências à imposição do espaço abstrato. (SCIFONI, 2013, p. 104)

Esses lugares de morar, que em Cataguases já foram sete vilas, estão desaparecendo, e mesmo com todos os problemas de gestão que esta cidade patrimônio apresenta, como já citado, os modos de morar operário nem foram incluídos na poligonal de tombamento, com exceção da Vila Operária Irmãos Peixoto, que se constitui como uma extensão espacial da Fábrica. Para Alonso (2010), ela foi incluída na poligonal por ter suas moradias implantadas de maneira similar às cidades mineiras do ciclo do ouro: sem afastamentos frontais e laterais e com telhado em duas águas com cumeeira paralela à rua.

Contudo, na Segunda Zona do perímetro de tombamento, que compreende a primeira área de expansão da cidade determinada pelo traçado da linha férrea, onde se encontram a Estação, uma importante área que possibilita concatenar esse momento histórico da cidade ficou fora do perímetro de tombamento. Trata-se da Vila Operária da Estação Ferroviária (Figura 33 e Mapa 16), onde ficavam as moradias dos funcionários da ferrovia, além de abrigar várias edificações que mantinham relação com a estação, como armazéns.

O mesmo ocorreu na Quarta Zona, onde encontram-se as instalações industriais da Companhia Industrial de Cataguases. No entanto, neste caso a reificação da arquitetura em detrimento da memória do trabalho é explícita. A linha que delimita a poligonal de tombamento passa dentro do Bairro Jardim (Figura 34 e Mapa 16), vila operária da Companhia Industrial, contudo, somente foram incluídas as edificações projetadas por

Francisco Bolonha – bens que foram tombados individualmente – não incluindo as outras cem moradias dispostas na encosta construídas antes da obra de Bolonha.

De acordo com Alonso (2010, p. 89):

O Bairro Jardim chama a atenção pela sua implantação: ruas quase que paralelas às curvas de nível; moradias implantadas no meio do terreno com afastamentos nas quatro faces; cortes cuidadosos nos terrenos de forma a evitar deslizamentos de terra; jardins frontais nas residências sem fechamentos por muros ou gradis [...]. Esta morfologia confere a essa vila operária condições bastante favoráveis de conforto ambiental, principalmente, no que diz respeito à ventilação e sombreamento, numa cidade onde os níveis de temperatura e umidade são razoavelmente desconfortáveis [...]. Este tipo de implantação, seria, a nosso ver, inclusive um exemplo a ser seguido nas demais ocupações de encostas no restante da cidade.

Portanto, os bens culturais reconhecidos pelo estado em Cataguases hoje representam a memória da elite em detrimento das classes sociais populares, em particular a dos trabalhadores. A arquitetura modernista eleita é a vinculada aos arquitetos do Rio de Janeiro que foi construída para satisfazer a elite industrial local, acarretando a demolição de importantes sustentáculos de identidade coletiva cataguasense.

É importante salientar que não se objetivou aqui diminuir a importância da arquitetura modernista de Cataguases, uma vez que esta se constituiu em um dos mais importantes exemplares de conjunto em arquitetura modernista do Brasil, mas é necessário reconhecer que, além de modernista, Cataguases é uma cidade moderna, uma vez que a arquitetura neocolonial, a eclética, a *art déco* e a industrial são vertentes diferentes do movimento moderno, e que o modo de vida pautado pelo tempo do relógio e do apito da fábrica são os maiores símbolos da modernidade, o que de fato justificaria o título de “Patrimônio da Modernidade” da cidade.

Assim, para garantir a preservação desse importante patrimônio do Brasil, seria necessário retomar os projetos participativos de 1987, com a aproximação do Iphan, da prefeitura e da comunidade, para que juntos elaborassem os inventários solicitados à época do tombamento, fosse revisto o perímetro de tombamento e se estabelecessem as normativas para que se regulamentem as intervenções dentro do perímetro de tombamento.

FIGURA 33
Vila Operária da Estação Ferroviária



Foto de Paulo Henrique Alonso, 2009.

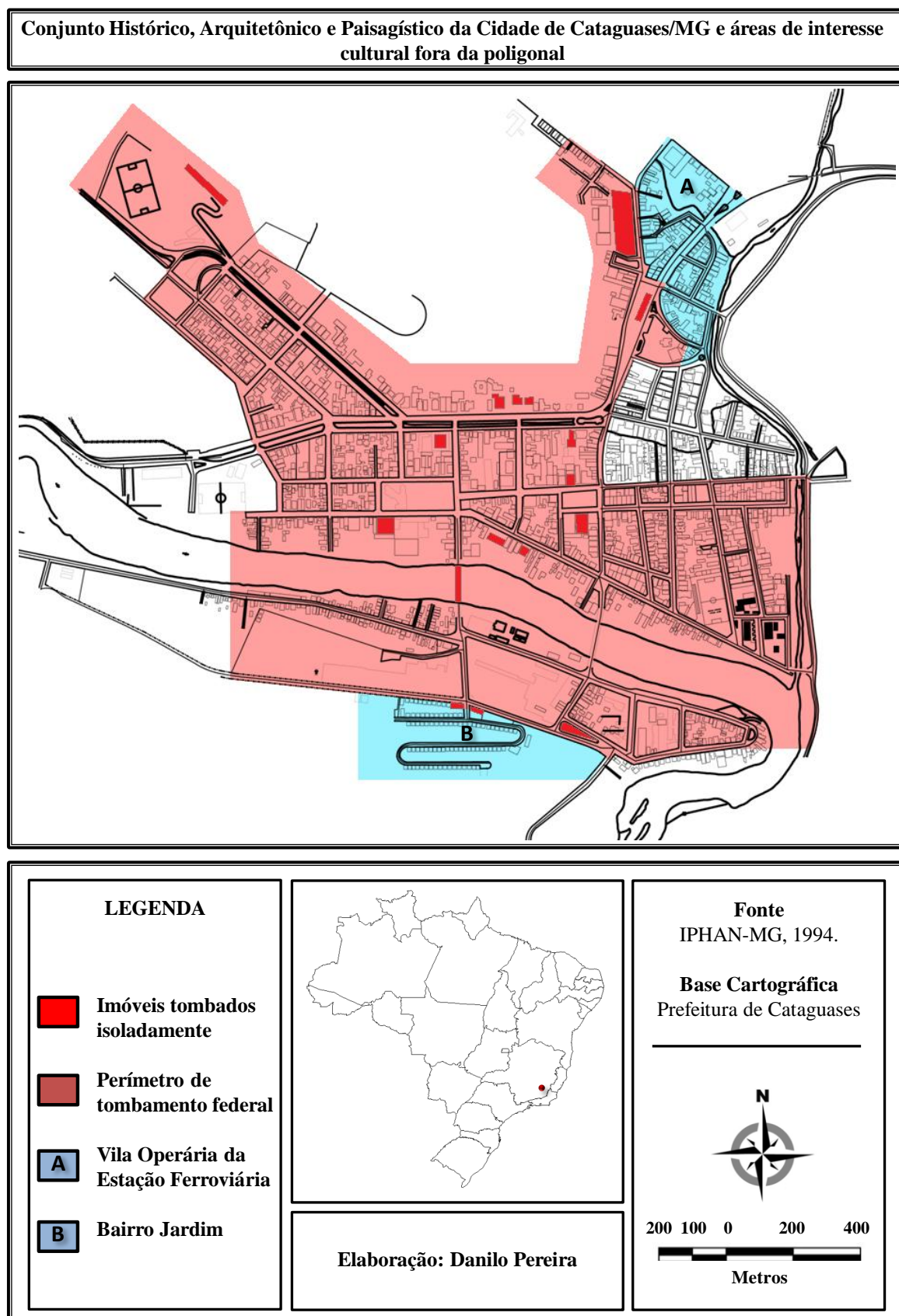
FIGURA 34
Bairro Jardim, Vila Operária da Cia. Industrial



Foto do autor, 2013.

MAPA 16

Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Cataguases/MG e áreas de interesse cultural fora da poligonal



Fonte: IPHAN, 1994a. Elaborado pelo autor.

5.2. *Um legado entre o café e a indústria*

Apresentadas as problemáticas que envolvem o conjunto de bens valorados pelo Iphan em Cataguases, que reifica uma determinada arquitetura associada aos arquitetos que os projetaram e a elite local que financiou essa renovação de espaços da cidade, legitimando um processo de destruição de importantes sustentáculos de identidade coletiva, os lugares de memória das classes mais populares, passa-se agora à reflexão das contribuições que o reconhecimento desta cidade patrimônio representa para concatenar o processo de urbanização brasileiro.

Segundo Lefebvre (2008), em decorrência da consolidação dos comerciantes enquanto classe hegemônica, isto é, como burguesia comercial, tem-se um crescente acúmulo de riquezas e a preparação para um novo processo social conhecido como industrialização. Sem qualquer dúvida, esse processo provocou profundas metamorfoses sobre a prática social e a cidade. A indústria negou a cidade e também a estrutura social presente nela. Isto equivale a dizer que uma profunda descontinuidade histórica se instalou sobre a cidade comercial. Neste aspecto, Lefebvre (2008, p. 7) considera mesmo que uma “crise gigantesca,” fruto de uma “mudança radical,” tem lugar na cidade.

Ainda conforme o autor, a indústria, de início, prescindiu da cidade porque seu foco estava nas fontes de energia e/ou de matérias-primas localizadas, geralmente, fora da cidade. Progressivamente, a indústria se aproximou das cidades por conta da abundância de mão de obra, capitais e do próprio mercado. Este simples movimento da indústria em direção à cidade produziu profundas transformações em sua morfologia. Assim, a industrialização negou a centralidade na cidade, fenômeno que Lefebvre (2008) identifica como “implosão”, pois o conteúdo político e comercial perde sua potência social. Concomitantemente, ocorre a “explosão” da cidade ou projeção de fragmentos da malha urbana por uma vasta região (as periferias). Deste duplo processo (implosão-explosão), denominado pelo autor como “zona crítica”, uma anticidade foi produzida, negando com extrema potência a cidade política-comercial. Essa anticidade tem como fundamento a generalização das relações pautadas no valor de troca, sobrepujando-se ao valor de uso e, conseqüentemente, a substituição da obra pelo produto. Tal fundamento esvaziou a qualidade dos costumes e das relações espaço-tempo, aplainando-as a uma condição quantitativa cuja melhor expressão está contida no cotidiano. Por exemplo, as festas de outrora ricas de significações se tornaram uma repetição

de signos destinados ao consumo. É como se a cidade fosse obrigada a se transformar em uma gigantesca empresa.

No Brasil, salvo algumas exceções, a indústria já nasce junto às cidades produzindo profundas transformações em sua morfologia, como em Cataguases que destacou-se no cenário nacional no século XX por uma intensa produção cultural ligada ao cinema e à literatura modernista, como já mencionado. Contudo, o principal fator que possibilitou essa efervescência cultural em um povoado fundado em 1828 através de uma campanha do Império em explorar os territórios ainda não ocupados em Minas Gerais, por meio da exploração cafeeira, só se viabilizou com a chegada da estrada de ferro Leopoldina *Railway Company* em 1877, transformando a vila em um importante ponto de embarque e de exportação de café da região, estabelecendo importante vínculo comercial com a então capital do país, o Rio de Janeiro. A partir de 1905, em decorrência da riqueza acumulada pela produção e comercialização do café, Cataguases inicia a vivenciar um novo processo social, a industrialização, que acarreta profundas transformações na morfologia da cidade, fato que justifica sua associação à função de cidade industrial proposta por Lefebvre (2008), como observada anteriormente.

Essa nova realidade das cidades industriais sobre suas antecessoras, quando se manifesta o urbano, não é exclusivo de Minas Gerais, nem da Zona da Mata e muito menos de Cataguases. Com o advento do século XX, tivemos um acentuado crescimento das cidades, acompanhado por uma significativa transformação destas, tanto em sua dimensão espacial quanto no seu perfil urbano, em grande parte associado à instalação de plantas industriais, em especial no Sudeste do Brasil em um primeiro momento (SCARLATO, 2005).

Contudo, é importante ressaltar que, antecedendo às cidades industriais, a ocupação da Zona da Mata mineira só foi efetivada no decorrer do século XIX, após o declínio da atividade mineradora, estando, portanto, na contramão das principais regiões da então província. Para o Iphan (1994a, p. 5):

Das regiões que acompanham de perto o infindável litoral brasileiro, foi a última a ser penetrada e povoada [...]. O cerco fiscal do território das minas foi uma preocupação constante da coroa portuguesa. Os capitães-gerais e governadores de São Paulo lutavam contra o contrabando proibindo a abertura de novas trilhas, exigindo passaporte e se empenhando na repressão. Ao norte tentou-se impedir qualquer comunicação com a Bahia e o Espírito Santo. O lado de Goiás e Mato Grosso era a extensão imensa da Zona Mineira. Restava a face voltada para o Rio de Janeiro, a que deu menos trabalho. Bastou a interdição régia de abertura de novos caminhos, criando as chamadas áreas proibidas dos sertões leste. Não havia melhor barreira para impedir o escoamento ilegal do ouro e dos diamantes. O obstáculo principal eram os índios – Goitacazes, Coroados, Puris, Guaranis e outros, todos

com temível reputação – que ficaram tranquilos durante o correr do século, inclusive na foz do Paraíba e em toda baixada de Campos [...]. O Rio Paraíba não se prestava à navegação e outros obstáculos eram a serra e as matas [...].

Desta forma, a Zona da Mata passou por um processo de estruturação econômica tardia baseada na agroexportação, permitindo que se situasse como a região mais dinâmica da província no final do século XIX. Assim, esta foi até o início do século XX a região mais rica do estado de Minas Gerais, exatamente por apresentar as melhores condições geográficas para o cultivo do café, produto que na época era a principal riqueza do país. De acordo com Iphan (1994a, p. 12):

As condições físicas da região cujo centro era o arraial, tais como o clima quente e úmido, solos ricos em húmus pela presença das matas fizeram que grande número de fazendas prosperassem na região, principalmente as de café [...]. O arraial foi tomado de impulso vigoroso; em todos os sentidos começaram-se a abrir estradas e caminhos carroçáveis, diminuindo as distâncias, e o arraial foi pouco a pouco, apresentando casas de comércio variadas, pois eram procuradas pelos fazendeiros de toda a vizinhança.

O primeiro plano urbano para Cataguases, elaborado em 1828, estabelecia que o terraço de forma trilateral, abrangendo de um lado a margem esquerda do rio Pomba, de outro o curso do ribeirão Meia Pataca e por outro uma colina, atualmente limítrofe à via férrea. Todavia, parte dessa área constituindo uma cavidade, principalmente próxima ao curso do Meia Pataca, era eventualmente ameaçado por enchentes causadas pelas cheias do rio Pomba. Quanto a esse primeiro núcleo, o Iphan (1994a, p. 12) destaca que:

Na época de sua fundação ocupava apenas uma nesga plana de terra comprimida entre dois rios e um córrego e sombreada por grandes matas. Limitava-se o pequeno núcleo à capela – em homenagem a Santa Rita de Cássia – que dominava a planície e algumas choupanas. Seus habitantes eram índios e um pequeno número de brancos.

Desde sua fundação até o final da década de 1920, na área compreendida pela Praça da Estação e suas adjacências, estabeleceu-se o grosso da economia local. Primeiramente, com a construção da Estação Ferroviária da Estrada de Ferro Leopoldina em 1877, a seguir com o entroncamento da Estrada de Ferro Cataguases, para o escoamento da produção de café, estabelecendo ligação com os atuais municípios de Santana de Cataguases e Mirai, sendo o último grande cafeicultor. Conforme o Iphan (1994a, p. 43):

[...] No dia 7 de setembro de 1877 Cataguases eleva-se à categoria de Vila, e neste mesmo dia é inaugurado o primeiro trecho da Estrada de Ferro Cataguases Railway. Cataguases tornou-se, por sua situação especial, empório comercial da zona e ponto forçado de exportação e embarque de toda a região. Assim, confluíram para Cataguases comerciantes, pequenos industriais e operários de muitos pontos, principalmente para os trabalhos de prolongamento da Estrada de Ferro [...].

Coincidindo com o levantamento das estações para os trens, as marcas de enriquecimento não se limitavam mais às sedes das grandes fazendas, mas alcançavam os perímetros urbanos.

Não por acaso, a primeira indústria de tecidos de Cataguases, a Companhia de Fiação e Tecidos Cataguases, mais tarde, Indústria Irmãos Peixoto, estabeleceu-se a poucos metros da Estação, constituindo-se assim o local como um complexo industrial da cidade, com a instalação de hotéis, armazéns atacadistas, escritórios para exportação, além de um sem número de atividades auxiliares aos processos ora em funcionamento. Ali também existia vida social, pois a estação ferroviária, como meio de comunicação e transporte, servia também como ponto de encontro.

Tendo em vista o declínio da lavoura cafeeira aliado à instalação de novas unidades industriais na década de 1930, a cidade ainda pequena experimentou certo incremento populacional devido às migrações do campo, que foi uma fase de transição das transformações ocorridas na cidade. Cataguases empreendia assim uma ação urbana bastante vigorosa, simultaneamente às atividades camponesas em crise, fazendo que boa parte da população rural demandasse emprego nas fábricas da cidade, aumentando ainda mais a massa trabalhadora, conseqüentemente ampliando e modificando os espaços da cidade, o que trouxe reflexo também nas condições de ocupação e concepções arquitetônicas da cidade. Tal processo é denominado por Lefebvre (2008) como a subordinação total do campo à cidade com o advento da indústria, pois é na cidade que agora se transforma e se agrega valor aos produtos.

A década de 1930 foi marcada pela instalação da Companhia Industrial Cataguases, outra fábrica de tecidos que se estabelecerá na margem direita do rio Pomba. Há, portanto, todo um deslocamento do eixo da produção do espaço, ocupando o outro lado do rio, catalisando assim todo um processo que se empreende na urbanização do local e adjacências.

A industrialização em Cataguases no período demandou ainda a construção de casas para os industriais, a maioria em arquitetura modernista, e para seus operários, as vilas. Começando pela Indústria Irmãos Peixoto, a Vila foi instalada nos fundos da indústria e se constituía por moradias simples, mas de boa qualidade, servindo não só aos operários, mas também a uma articulação do espaço, pois mantinha os operários próximos à indústria, o que seria em primeira análise a garantia de tê-los sempre perto do trabalho e aos olhos dos empregadores, assim, os lugares de moradia operária articulavam-se diretamente com os lugares do trabalho operário. Quando da inauguração do segundo bairro industrial da cidade,

na margem direita do rio Pomba, concomitante, inaugurou-se uma nova forma de ocupação do espaço, logo acima da instalação da nova indústria, com a construção do novo bairro operário, o Bairro Jardim.

Desta forma, para Iphan (1994a, p. 31):

[...] o parque industrial em expansão, uma intelectualidade afinada com o modernismo que embora dispersa possuía laços estreitos com a cidade, uma burguesia em ascensão suscetível de sensibilizar-se com as propostas modernas e as sólidas bases econômicas e políticas da família Peixoto. Além disso, havia o interesse de arquitetos e artistas divulgarem seu trabalho e as repercussões de apoio oficial à nova arquitetura brasileira e de sua projeção no contexto arquitetônico internacional [...] as obras espelham os postulados básicos da nova arquitetura: a racionalidade dos partidos, as estruturas em concreto armado e os pilotis, a liberdade de plantas e fachadas. Está presente também não só aquele sentido plástico característico das realizações arquitetônicas brasileiras que se expressou, não somente na composição e tratamento dos volumes e superfícies e no emprego das formas curvas, mas também na integração das artes plásticas e do paisagismo [...]. Nota-se claramente a intenção de transformar a cidade mediante um processo que logo de início envolve edifícios de grande valor simbólico como a igreja e o cine-teatro.

A industrialização adotada pelos empresários cataguasenses em substituição à cafeicultura, utilizando-se do movimento modernista e de seu aspecto cultural, permitiu que Cataguases pudesse alavancar sua economia dando maior impulso ao arranjo e à morfologia da cidade. A indústria foi fundamental no processo de estruturação dos seus espaços urbanos, permitindo a obtenção de resultado rápido, eficiente e moderno.

Em Cataguases, mesmo as primeiras ações do Iphan tendo se iniciado a partir de uma demanda local, que pretendia valorizar seu patrimônio nas mais diversas instâncias, o resultado final ficou marcado pela reificação da arquitetura, em particular a modernista, em detrimento do apagamento da memória das camadas sociais populares. Desta forma, a principal contribuição deste caso para as políticas de preservação do patrimônio no Brasil é a de que a eleição de bens descoladas da memória social local não preserva, fato que ficou explícito quando discutimos a reificação da arquitetura *versus* os lugares de memória da comunidade. No que se refere ao processo de urbanização brasileira, Cataguases auxilia na concatenação do último momento da cidade antes do processo de implosão-explosão, a cidade industrial, estágio do processo de urbanização ainda parcamente representado entre as cidades patrimônio, visto que apenas Cataguases (MG) e Serra do Navio (AP) representam esse momento do processo de urbanização proposto por Lefebvre (2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutiu-se nesta dissertação como a noção de cidade patrimônio vem se renovando desde 1937, com destaque para as ações empreendidas a partir do século XXI, quando se passou a reconhecer os fragmentos do espaço urbano como capazes de explicar o processo de ocupação do território brasileiro a partir dos principais ciclos econômicos, eventos históricos, produção artística e as formações geomorfológicas desse território, superando a visão da cidade concebida enquanto monumento, uma relíquia e paradigma material produzida pela sociedade brasileira, ou como documento, um objeto rico de informações sobre a vida e a organização social local dos brasileiros em várias fases da sua história.

A partir dos anos 1980, o Iphan buscou trabalhar com o caráter antropológico da noção de patrimônio, passando a reconhecer bens representativos de diversos grupos formadores da nação, ao propor a reelaboração da dicotomia erudita/popular e conferir *status* de patrimônio histórico e artístico à produção dos contextos populares e das etnias indígenas e afro-brasileiras. Ainda neste contexto, há a promulgação da Constituição Federal de 1988, que amplia significativamente a noção de patrimônio, entendendo-o como portador de referências à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da identidade brasileira, além de reconhecer o patrimônio cultural como um direito social. Essa nova noção, mais ampliada, impôs aos órgãos de preservação transformações que passaram a exigir que as construções de novas propostas de tombamento levassem em conta, de forma indissociável, a participação social, visto que a sociedade passou a ser reconhecida como um novo agente em parceria com o Estado na salvaguarda dos bens culturais. No que se refere aos tombamentos das cidades patrimônio, a prática de seleção que até então se referiam aos critérios estéticos, passaram a ser fundamentados pelos valores históricos dos bens e pelo entendimento de processos históricos.

Contudo, tais inovações não conseguiram sobreviver ao neoliberalismo e ao desmanche institucional pelo qual passaram os órgãos de cultura nos anos de 1990, fazendo que tais discussões do campo teórico e metodológico resultassem em poucas práticas à época.

O início do século XXI foi marcado por um esforço em redimensionar a presença do Iphan em todo o país, buscando formar um conjunto coerente de cidades patrimônio capaz de concatenar a formação do território brasileiro. Desta forma, são retomadas as práticas discursivas e metodológicas da década de 1980, com destaque para a participação social, a aplicação de inventários de conhecimento, a noção de referência cultural, a metodologia de leitura da ocupação do território e o tombamento como instrumento de planejamento. É necessário destacar, porém, que tais questões foram resgatadas com uma maior amplitude, agora em escala nacional.

Nesta perspectiva, propôs-se nesta pesquisa a concepção da cidade-território como fragmentos do espaço capazes de concatenar o processo de ocupação do território brasileiro com os principais processos econômicos, eventos históricos, produção artística e a sua formação geomorfológica natural. Assim, pretende-se atribuir valor, coerência, complementaridade e coesão às cidades patrimônio tombadas, tanto entre os tombamentos atuais, como entre estas e as cidades patrimônio tombadas nos períodos anteriores.

A partir dessa perspectiva, e tendo em vista que o século XXI foi marcado por um grande aumento do número de tombamentos de cidades, ainda é possível afirmar que no Brasil se tombou pouco. Em todas as cidades brasileiras é possível ouvir lamentos sobre o muito que se perdeu dos referenciais materiais de identidade cultural nas últimas décadas, sejam estes arquitetônicos, naturais ou de suportes físicos das relações sociais cotidianas.

Os estudos de caso desta pesquisa, em particular Iguape e Oeiras, que tiveram suas salvaguardas garantidas a partir da realização de Inventários de Conhecimento, mostraram que se inventariou um número muito maior de bens, sejam cidades, bens isolados, paisagens ou manifestações culturais do patrimônio imaterial, do que efetivamente foi reconhecido oficialmente, e isto se deve, em grande parte, às limitações institucionais em recursos financeiros e humanos necessários para garantir a gestão desses bens. O Plano de Ação “Paisagem Cultural: inventário de conhecimento do patrimônio cultural do Vale do Ribeira”, além de propor a chancela da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira e do registro do Tooro Nagashi, que não lograram sucesso, deixou de inventariar o patrimônio de importantes cidades como Cananeia, que ainda hoje abriga em seu espaço um importante conjunto urbano

produzido e reproduzido a partir dos mesmos processos socioeconômicos e culturais protegidos em Iguape, Paranaguá e Antonina, por falta de recursos financeiros, humano e de tempo. Seu tombamento garantiria a preservação de um conjunto contínuo de cidades entre o sul do estado de São Paulo e o norte do Paraná que proporcionaria coesão ao importante processo do início da ocupação do sul território brasileiro a partir da gênese do ciclo do ouro, anterior ao das “minas gerais”.

O mesmo se observou no caso piauiense, apesar da “Rede de Patrimônio do Piauí” ter identificado sete cidades de relevância cultural, e que possuem enquanto conjunto valores a serem salvaguardados, apenas três cidades foram tombadas, e as perspectivas atuais para novos tombamentos não são auspiciosas, vistos que, atualmente, pelo que tem sido possível observar, vive-se uma contenção de novos tombamentos.

Contudo, no que se refere a suas contribuições destas cidades patrimônio para as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no Brasil, foi salientada no primeiro caso a necessidade do desenvolvimento *pari passu* de ações de Educação Patrimonial e a premência da participação das comunidades locais no processo de inventário dos bens a serem tombados, e, no segundo caso, o reconhecimento dessa cidade como Lugar com os qual se estabelece relações de identidade, suporte para o vivido e palco das mais ricas manifestações do patrimônio cultural imaterial.

No caso de Cataguases, do ponto de vista discursivo, a instrução do processo de tombamento assimilou as discussões dos anos 1980, contudo, na prática o patrimônio eleito não reflete tais proposições, se constituindo num conjunto muito aquém dos bens de relevância cultural que essa cidade ainda apresenta em seu espaço, conjunto este que, interpretado a partir da leitura proposta de cidade-território, se mostraria muito mais enriquecedora em virtude das suas características enquanto cidade industrial. Cataguases nos mostra ainda, que a eleição de bens a seres salvaguardados dissociados da memória social local não são preservados.

No que se refere à proposta de Lefebvre (2008) para entender o processo de urbanização, Iguape e Oeiras auxiliam na concatenação da ocupação do território brasileiro, respectivamente, como cidade política fundada em decorrência da necessidade de garantir a posse pelos portugueses no sul da colônia, garantindo o início da exploração aurífera no Brasil, e como cidade mercantil marcada pela atividade da pecuária como entreposto comercial, o que garantiu a ocupação do sertão nordestino. Já Cataguases representa o

advento da indústria junto à cidade, produzindo e reproduzindo sua morfologia e sua apropriação social do espaço, vale destacar que a cidade industrial é a menos representada entre as cidades patrimônio tombadas em nível federal, com apenas dois exemplares, como já tivemos a oportunidade de mencionar.

Desta forma, a preservação das cidades patrimônio ainda coloca desafios, é preciso manter um debate que vá além do equacionamento das questões estéticas e históricas e que abarque as questões culturais em sua total amplitude, partindo de novas premissas. É necessário continuar destacando a relação com o território, que tantas vezes explica a existência e a evolução das cidades, relação esta que se constitui como uma dessas novas premissas, assim como a valorização das evidências dos ciclos econômicos, dos eventos históricos, as formações geomorfológicas e o patrimônio natural. A arte e a cultura precisam ser entendidas como uma dimensão maior destes lugares e das sociedades que as produzem, aumentando, assim, o caráter estratégico da preservação das cidades patrimônio como fator de desenvolvimento social e econômico no século XXI, e, sobretudo, é necessário que políticas como as de “aumento do estoque patrimonial” e as de “melhoria da representatividade do patrimônio cultural”, apreendidas nos primeiros anos do século XXI, tenham continuidade para que possamos alcançar a democratização do patrimônio cultural e para garanti-lo como um direito social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. C. **Capítulos de História colonial & Os caminhos antigos e o povoamento no Brasil**. Brasília: UNB, 1963.

ALONSO, P. H. **A construção de um patrimônio cultural: o tombamento federal de Cataguases, Minas Gerais**. 2010. 201 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Patrimônio em Ambiente Construído) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

_____. **Guia da Arquitetura Modernista de Cataguases**. Cataguases: Instituto Cidade de Cataguases, 2012.

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

AZEVEDO, A. **Vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: Edusp, 1956.

BONDUKI, N. **Intervenções Urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2010.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRASIL. Decreto-Lei nº 22.928 de 12 de junho de 1933. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, jul. 1933.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil (1934). **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, jul. 1934.

_____. Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, nov. 1937.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil (1946). **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, set. 1946.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, out. 1988.

_____. Decreto-Lei nº 7.745 de 30 de março de 1989. Eleva a cidade de Oeiras, no Estado do Piauí, à condição de Monumento Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, mar. 1989.

_____. Decreto-Lei nº 3.551 de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa de Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, ago. 2000.

CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 23, p. 95-115, 1994.

_____. **Sociedade sem relatos**. São Paulo: Edusp, 2012.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. “Novas” contradições do espaço. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. (Org.) **O Espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 62-74.

_____. **Espaço-tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CASCUDO, L. C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. São Paulo: Global, 2002.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos d memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CORREIA, J. E. H. Vila Real de Santo António levantada em cinco meses pelo Marquês de Pombal. In: SANTOS, M. H. C. (Org.) **Pombal Revisitado**. Lisboa: Ed. Estampa, 1984. p. 85-91.

DORIA, C. A. **Os federais da cultura**. São Paulo: Biruta, 2003.

FERREIRA, J. Ancinav: omissão ou missão? In: GIL, G; FERREIRA, J. **Cultura pela palavra: coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos Ministros da Cultura 2003-2010**. Rio de Janeiro: Versal, 2013. p. 47-56.

FIGUEIREDO, V. G. B. **Da tutela dos monumentos à gestão sustentável das paisagens culturais complexas**. 2014. 542 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

FINGER, A. E. Redes de Proteção ao Patrimônio. In: **I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural**. Ouro Preto: Iphan/MinC, 2009. p. 1-8.

FLORÊNCIO, S. R; CLEROT, P; BEZERRA, J. RAMASSOTE, R. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: Iphan, 2014.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan, 2009.

GIL, G. A mensagem de Bob Marley. In: GIL, G; FERREIRA, J. **Cultura pela palavra: coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos Ministros da Cultura 2003-2010**. Rio de Janeiro: Versal, 2013. p. 40-43.

_____. Discurso de solenidade de transmissão do cargo. In: GIL, G; FERREIRA, J. **Cultura pela palavra: coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos Ministros da Cultura 2003-2010**. Rio de Janeiro: Versal, 2013. p. 229-234.

HAESBAEST, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: **Anais do I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades**. Porto Alegre: UFRS, 2004. p. 1-20.

_____. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2013.

IPHAN. **Parecer do Conselheiro Relator do Tombamento de Laguna**. Brasília: Iphan/MinC, 1985.

_____. **Dossiê de Tombamento – Cataguases**. Belo Horizonte: Iphan/MinC, 1994a.

_____. **Ata da 7ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN**. Rio de Janeiro, 1994b.

_____. **Ata da 38ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN**. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **Anexos – Processo de tombamento de Cataguases**. Rio de Janeiro: Iphan/MinC, 2003a.

_____. **Ata da 39ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN**. Rio de Janeiro, 2003b.

- _____. **Cartas Patrimoniais**. Brasília: Iphan/MinC, 2004.
- _____. **Ata da 46ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN**. Rio de Janeiro, 2005.
- _____. **Ata da 49ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN**. Rio de Janeiro, 2006.
- _____. **Carta de Bagé: sobre Paisagem Cultural**. Bagé: Iphan, 2007a.
- _____. **Ata da 55ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN**. Rio de Janeiro, 2007b.
- _____. **Ata da 58ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN**. Rio de Janeiro, 2008a.
- _____. **Conjunto Histórico e Paisagístico de Piracuruca: Dossiê de Tombamento**. Teresina: Iphan/MinC, 2008b.
- _____. **A ocupação do Piauí durante os séculos XVIII e XIX**. Teresina: Iphan/MinC, 2008c.
- _____. **Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba**. Teresina: Iphan/MinC, 2008d.
- _____. **Ata da 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN**. Rio de Janeiro, 2008e.
- _____. Portaria nº 127 de 30 de abril de 2009. Regulamenta a Chancela da paisagem Cultural Brasileira. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, abr. 2009a.
- _____. **Dossiê da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira**. São Paulo: Iphan/MinC, 2009b.
- _____. **Dossiê de Tombamento de Iguape**. São Paulo: Iphan/MinC, 2009c.
- _____. **Ata da 62ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN**. São João del-Rey, 2009d.
- _____. **Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras: Dossiê de Tombamento**. Teresina: Iphan/MinC, 2009e.
- _____. **Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais**. Brasília: Iphan/MinC, 2010a.
- _____. **Ata da 63ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN**. Rio de Janeiro, 2010b.

_____. **Ata da 65ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN.** Rio de Janeiro, 2010c.

_____. **Ata da 66ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN.** Rio de Janeiro, 2010d.

_____. **Relatório de uma Gestão: 2006-2010.** Brasília: Iphan/MinC, 2011a.

_____. **Ata da 67ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN.** Brasília, 2011b.

_____. **Bens Móveis e Imóveis inscritos nos Livros de Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1938-2012).** Brasília: Iphan/MinC, 2012a.

_____. **Ata da 64ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN.** Brasília, 2012b.

JEUDY, H. P. **O espelho das cidades.** Rio de Janeiro: Casa das Palavras, 2005.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace.** Paris: Anthropos, 1974.

_____. **De lo rural a lo urbano.** Barcelona: Península, 1978.

_____. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Centauros, 2001

_____. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: Humanitas, 2008.

_____. **Espaço e Política.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade.** Campinas: Unicamp, 2007.

MARINS, P. C. G. Trajetória de preservação do patrimônio cultural paulista. In: SETUBAL, M. A. **Terra Paulista: histórias, arte e corumes.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2008, v. 4, p. 137-168.

MARTINS, J. S. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996.

MELLO, J. Da arqueologia política à arquitetura brasileira. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 44, p. 69-98, set. 2006.

MENESES, U. B. A psicologia social do campo do patrimônio material. In: **Anais do Museu Paulista.** São Paulo, v. 4, p. 283-290, jan/dez. 1996.

_____. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: **I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural.** Ouro Preto: Iphan/MinC, 2009. p. 25-39.

MICELI, S. SPHAN: refrigério da cultura oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, n. 22, p. 44-47, 1984.

_____. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONNET, J. O álibi do patrimônio: crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, n. 24, p. 220-228, 1996.

MOTA, L. **Patrimônio Urbano e Memória Social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural – 1975 a 1990**. 2000. 173f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

NASCIMENTO, F. B; SCIFONI, S. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira – SP. **Revista CPC (USP)**. São Paulo, v. 10, p. 29-48, 2010.

_____. Memória e esquecimento: o patrimônio cultural dos trabalhadores paulistas. In: **VI Colóquio Latino Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial**. São Paulo: Centro Universitário Belas Artes, v. 1, 2012, p. 1-27.

OLIVEIRA, A. G; FREIRE, B. M. Notas sobre duas experiências patrimoniais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, n. 32, p. 153-165, 2005.

PINHEIRO, A; MOURA, C. **Celebrações**. Teresina: Educar, 2009.

PORTA, P. **Políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados (2000/2010)**. Brasília: Iphan/Monumenta, 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

REIS FILHO, N. G. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colônia**. São Paulo: Edusp, 2000.

RODRIGUES, M. **Imagens do passado – a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987**. São Paulo: Editora Unesp; IMESP; CONDEPHAAT, FAPESP, 1999.

RUBIM, A. A. C. **As políticas culturais e o governo Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

RUBINO, S. O mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, n. 24, p. 97-105, 1996.

SANT'ANNA, M. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. 1995. 283f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, Razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002a.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec; Annablumme, 2002b.

SCARLATO, F. C. População e urbanização brasileira. In: ROSS, J. L. S. (Org.) **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2005. p. 381-464.

SCIFONI, S. **A construção do patrimônio natural**. 2006. 293f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, A. B. **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Iphan, 2012. p. 30-37.

_____. Lugares de memória operária na metrópole paulista. **GEOUSP – espaço e tempo**. São Paulo, n. 33, p. 99-110, 2013.

_____. Para além do capital: o patrimônio industrial na perspectiva dos trabalhadores. In: **Anais do VI Encontro Internacional Arquivemória**. Salvador: IAB, 2013, p. 1-17.

TEIXEIRA, M. C. **O urbanismo português, Séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

TOJI, S. Patrimônio Imaterial: marcos, referências, políticas públicas e alguns dilemas. **Revista Patrimônio e Memória – UNESP**. Assis, v. 5, n. 2, p. 11-29, dez. 2009.

VIEIRA FILHO, D. **Ideias e anotações sobre o patrimônio cultural brasileiro: uma nova abordagem para a construção de redes de patrimônio cultural e para a gestão das cidades históricas brasileiras**. Brasília: 2009.

_____. **Textos de Trabalho**. Brasília: 2011.

ANEXOS

ANEXO I
Cidades patrimônio tombadas pelo Iphan entre 1937 e 2012

Ano	Processo	Bem	Município	UF	Fundação	Livro de Tombo*
1938	064-T-38	Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Diamantina	Diamantina	MG	XVIII	BA
1938	065-T-38	Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Serro	Serro	MG	XVIII	BA
1938	066-T-38	Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Tiradentes	Tiradentes	MG	XVIII	BA
1938	068-T-38	Conjunto arquitetônico e urbanístico de São João Del Rei	São João Del Rei	MG	XVIII	BA
1938	069-T-38	Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Mariana	Mariana	MG	XVIII	BA
1938	070-T-38	Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Ouro Preto	Ouro Preto	MG	XVIII	BA; H; AEP
1941	238-T-38	Cidade de Congonhas do Campo	Congonhas	MG	XVIII	AEP
1948	390-T-48	Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Alcântara	Alcântara	MA	XVII	BA; H; AEP
1951	345-T-38	Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Goiás	Goiás	GO	XVIII	BA; H; AEP
1954	485-T-52	Conjunto arquitetônico e paisagístico	Pilar de Goiás	GO	XVIII	BA; H
1955	454-T-51	Conjunto arquitetônico e urbanístico de São Luís	São Luís	MA	XVII	BA; AEP
1958	563-T-57	Conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Paraty	Paraty	RJ	XVII	BA; AEP
1958	566-T-57	Conjunto paisagístico e urbanístico da cidade de Vassouras	Vassouras	RJ	XIX	AEP
1964	662-T-62	Conjunto urbano paisagístico da Avenida Koeller	Petrópolis	RJ	XIX	AEP
1968	674-T-62	Acervo arquitetônico e urbanístico da cidade de Olinda	Olinda	PE	XVI	BA; H; AEP
1968	800-T-68	Conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade alta de Porto Seguro	Porto Seguro	BA	XVI	H; AEP
1969	785-T-67	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico constituído pela cidade de São Cristóvão	São Cristóvão	SE	XVI	AEP
1969	816-T-69	Conjunto arquitetônico e paisagístico da localidade de Mambucaba	Angra dos Reis	RJ	XVIII	AEP
1971	843-T-71	Conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Cachoeira	Cachoeira	BA	XVI	AEP
1972	359-T-45	Conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Igarassu	Igarassu	PE	XVI	AEP
1973	841-T-71	Conjunto arquitetônico e paisagístico	Lençóis	BA	XIX	AEP

da cidade de Lençóis						
1980	891-T-73	Conjunto arquitetônico da cidade de Rio das Contas	Rio das Contas	BA	XVIII	AEP
1980	973-T-78	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico, incluindo a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento	Itaparica	BA	XVII	BA; H; AEP
1980	974-T-78	Conjunto arquitetônico e paisagístico, especialmente o cemitério, da cidade de Mucugê	Mucugê	BA	XIX	AEP
1981	1021-T-80	Conjunto Paisagístico em Santa Cruz Cabrália, especialmente o Ilhéu da Coroa Vermelha, orla marítima e o Conjunto arquitetônico e paisagístico da Cidade Alta, que inclui a Igreja Matriz de N. Sra. da Conceição e a Casa de Câmara e Cadeia	Santa Cruz Cabrália	BA	XVI	AEP
1984	1093-T-83	Conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico do Centro Histórico da Cidade de Salvador	Salvador	BA	XVI	AEP
1985	1122-T-84	Centro Histórico da Cidade de Laguna	Laguna	SC	XVII	H; AEP
1987	1117-T-84	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade de Natividade	Natividade	TO	XVIII	H; AEP
1987	1163-T-85	Centro Histórico e Paisagístico da Cidade de São Francisco do Sul	São Francisco do Sul	SC	XVII	H; AEP
1990	1181-T-85	Conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico	Pirenópolis	GO	XVIII	H; AEP
1990	1248-T-87	Conjunto arquitetônico e urbanístico de Antônio Prado	Antônio Prado	RS	XIX	H; AEP
1990	1305-T-90	Conjunto urbanístico de Brasília construído em decorrência do Plano Piloto traçado para a cidade	Brasília	DF	XX	H
1993	1180-T-85	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade de Cuiabá	Cuiabá	MT	XVIII	BA; H; AEP
1993	1182-T-85	Conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico de Corumbá	Corumbá	MS	XVIII	BA; H; AEP
1994	1201-T-86	Conjunto histórico e paisagístico da cidade de Penedo	Penedo	AL	XVI	H; AEP
1994	1342-T-94	Conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico da cidade de Cataguases	Cataguases	MG	XIX	BA; H; AEP
1995	1288-T-89	Conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Laranjeiras	Laranjeiras	SE	XIX	BA; H; AEP
1997	1309-T-90	Conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade da Lapa	Lapa	PR	XVIII	BA; H; AEP
1998	0968-T-78	Conjunto arquitetônico e urbanístico na Cidade de Icó	Icó	CE	XVIII	H; AEP
1998	1168-T-85	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do antigo Bairro do Recife	Recife	PE	XVI	BA; AEP
1999	1379-T-97	Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Sobral	Sobral	CE	XVIII	H; AEP
2000	969-T-78	Conjunto arquitetônico e paisagístico na cidade de Aracati	Aracati	CE	XIX	H; AEP
2002	1500-T-02	Acervo arquitetônico e urbanístico <i>art déco</i> de Goiânia	Goiânia	GO	XX	BA; H; AEP
2002	1496-T-02	Conjunto histórico e arquitetônico da cidade de Viçosa do Ceará	Viçosa do Ceará	CE	XVIII	BA
2005	1489-T-02	Conjunto histórico e urbanístico da cidade de Areia	Areia	PB	XIX	H

2006	1397-T-97	Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Marechal Deodoro	Marechal Deodoro	AL	XVII	H; AEP
2007	1501-T-02	Centro Histórico de João Pessoa	João Pessoa	PB	XVI	H; AEP
2008	1554-T-08	Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII - Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba	Parnaíba	PI	XIX	H; AEP
2008	1553-T-08	Centro Histórico de Porto Nacional	Porto Nacional	TO	XIX	H
2009	1097-T-83	Centro Histórico de Paranaguá	Paranaguá	PR	XVII	H
2009	1584-T-09	Conjunto Histórico e Paisagístico da Cidade de Iguape	Iguape	SP	XVI	H; AEP
2010	1567-T-08	Vila Serra do Navio	Serra do Navio	AP	XX	BA; H; AEP
2010	1568-T-08	Núcleo Urbano de Santa Tereza	Santa Tereza	RS	XIX	H; AEP
2010	1286-T-89	Conjunto Urbanístico e Paisagístico da Cidade de São Félix	São Félix	BA	XVI	H; AEP
2010	1592-T-10	Conjunto Histórico do Município de Paracatu	Paracatu	MG	XVIII	H
2010	1590-T-10	Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga	São Luiz do Paraitinga	SP	XVIII	H; AEP
2010	1542-T-07	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres	Cáceres	MT	XVIII	H; AEP
2010	1558-T-08	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Município de Natal	Natal	RN	XVI	H; AEP
2011	1569-T-08	Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão	Jaguarão	RS	XIX	H; AEP
2011	1071-T-82	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico dos Bairros da Cidade Velha e Campina	Belém	PA	XVII	H
2012	1614-T-10	Centro Histórico de Manaus	Manaus	AM	XVII	H; AEP
2012	1602-T-10	Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII - Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras	Oeiras	PI	XVII	H; AEP
2012	1562-T-08	Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII - Conjunto Histórico e Paisagístico de Piracuruca	Piracuruca	PI	XIX	H; AEP
2012	1609-T-10	Centro Histórico de Antonina	Antonina	PR	XVIII	H; AEP
Total				64		

Fonte: Iphan, 2012.

* BA – Livro de Tombo das Belas Artes; H – Livro de Tombo Histórico; AEP – Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

ANEXO II

Bens Imateriais Registrados pelo Iphan entre 2002 e 2012

Ano	Bem	Localidade	Categoria
2002	Ofício das Paneleiras de Goiabeiras	Vitória/ES	Saberes
2002	Art Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica	Wajãpi/AP	Formas de Expressão
2004	Círio de Nossa Senhora de Nazaré	Belém/PA	Celebrações
2004	Samba de Roda do Recôncavo Baiano	Bahia	Formas de Expressão
2005	Modo de Fazer Viola de Cocho	Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	Saberes
2005	Ofício das Baianas do Acarajé	Bahia	Saberes
2005	Jongo no Sudeste	Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo	Formas de Expressão
2006	Cachoeira de Iauaretê – Lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri	Amazonas	Lugares
2006	Feira de Caruaru	Caruaru/PE	Lugares
2007	Frevo	Pernambuco	Forma de Expressão
2007	Tambor de Crioulo	Maranhão	Forma de Expressão
2007	Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo	Rio de Janeiro/RJ	Formas de Expressão
2008	Roda de Capoeira		Formas de Expressão
2008	Ofício dos Mestres de Capoeira		Saberes
2008	Modo artesanal de fazer Queijo de Minas	Serra da Canastra/MG	Saberes
2009	Modo de fazer a Renda Irlandesa	Sergipe	Saberes
2009	O toque dos Sinos	Minas Gerais	Formas de Expressão
2009	Ofício de Sineiro	Minas Gerais	Saberes
2010	Festa do Divino Espírito Santo	Pirenópolis/GO	Celebrações
2010	Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe	Mato Grosso	Celebrações
2010	Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro	Amazonas	Saberes
2010	Festa de Sant'Ana	Caicó/RN	Celebrações
2011	Complexo Cultural do Bumba-meu-boi	Maranhão	Celebrações
2012	Saberes e Práticas Associadas aos Modos de Fazer Bonecas Karajá	Tocantins e Goiás	Saberes
2012	Rtixòkò: expressão artística e cosmologia do Povo Karajá	Tocantins e Goiás	Formas de Expressão
2012	Fandango Caiçara do litoral	São Paulo e Paraná	Formas de Expressão
Total			28

Fonte: FIGUEIREDO, 2014, p. 204.

ANEXO III

Paisagens Culturais Chanceladas ou em Estudo no Iphan entre 2009 e 2012

Ano	Bem	Localidade
	Paisagem Cultural do Vale do Itajaí – Roteiros Nacionais de Imigração	Santa Catarina
	Paisagem Cultural do Patrimônio Naval: Jangada de dois Mastros de Pitimbu (PB); Elesbão (AP); Camocim (CE); Valença (BA)	Nordeste
	Paisagem Cultural da Foz do Rio São Francisco	Alagoas e Sergipe
	Paisagem Cultural da Grota de Angico e Rota do Cangaço	Sergipe
	Paisagem Cultural do Ver-o-Peso de Belém	Pará
	Paisagem Cultural do Vale do Ribeira	São Paulo
	Paisagem Cultural do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
	Total	10

Fonte: FIGUEIREDO, 2014, p. 225.

ANEXO IV

Inventários de Conhecimento da Rede de Patrimônio desenvolvidos entre 2006 e 2012

Rede de Patrimônio	Inventários de Conhecimento	Estados
Caminhos Históricos	Estrada Real	MG, SP e RJ
Caminhos Históricos	Caminho Histórico da Mambucaba	SP e RJ
Caminhos Históricos	Remanescentes de Estradas e Caminhos Antigos	BA
Caminhos Históricos	Caminho das Tropas	SC
Caminhos Históricos	Postos Telegráficos da Comissão Rondon	RO
Caminhos Históricos	Caminhos do Gado no Brasil Colonial	PI, BA, CE, MA e MG
Imigração no Brasil	Roteiros Nacionais da Imigração em Santa Catarina	SC
Imigração no Brasil	Estudos sobre a Imigração Italiana	ES e RS
Imigração no Brasil	Estudos sobre a Imigração Polonesa e Ucraniana	PA
Imigração no Brasil	Imigração Japonesa	SP
Paisagem Cultural	Paisagens culturais ribeirinhas na calha do Rio Negro	AM
Paisagem Cultural	Paisagem Cultural de Canudos	BA
Paisagem Cultural	Paisagem Cultural do Vale do Ribeira	SP
Paisagem Cultural	Paisagens Culturais do Paraná	PA
Paisagem Cultural	Paisagem Cultural da Imigração	SC
Paisagem Cultural	Paisagem Cultural de Jaguarão	RS
Paisagem Cultural	Paisagem Cultural do Jalapão	TO
Paisagem Cultural	Paisagem Cultural da Serra da Bodoquena	MS
Patrimônio Azulejar	Patrimônio Azulejar	PA, MA, PE, SE, BA e PB
Patrimônio Ferroviário	Inventário da Antiga Estrada de Ferro Bragantina	PA
Patrimônio Ferroviário	Estação Ferroviária de Ipu	CE
Patrimônio Ferroviário	Ampliação do Tombamento da Madeira Mamoré	RO
Patrimônio Ferroviário	Inventário de Conhecimento do Patrimônio Ferroviário	PE, RJ, BA, SE, SP, SC, MG, GO, MS, PB, RN e PI
Patrimônio Naval	Inventário do Conhecimento do Patrimônio Naval	PE, MA, CE, PB e SC
Patrimônio Rural	Patrimônio Rural do Vale do Paraíba	SP, RJ e MG
Patrimônio Rural	Mapeamento do Patrimônio Caipira	GO, MT e TO
Patrimônio Rural	Fazendas Históricas do Mato Grosso do Sul	MS
Patrimônio Rural	Rural do Seridó Potiguar	RN
Patrimônio Rural	Patrimônio da Fazenda Capão Alto	PR
Ocupação do Território	Ocupação do Território do Rio São Francisco	MG, BA, PE, AL e SE
Ocupação do Território	Ocupação do Território do Piauí	PI
Remanescentes da Coluna Prestes	Remanescentes da Coluna Prestes	RS, SC, PR, MS, MT, GO, TO, MA, PI, CE, RN, PB, PE, BA e MG
Processos Econômicos	Exploração do Cacau	BA
Eventos Históricos	Cangaço	BA, SE, AL, PE, PB, RN e CE
Total		34

Fonte: IPHAN, 2012.

ANEXO V

Lista de entrevistados

Nome	Função	Local e data
Tiago Leite Ramires	Chefe da Divisão Técnica da Superintendência do Iphan-PI	Teresina, agosto de 2013
Francisco Stefano Ferreira dos Santos	Secretário Municipal de Cultura de Oeiras/PI	Oeiras, agosto de 2013
Carlos Rubens Campos Reis	Promotor de Justiça da Comarca de Oeiras/PI e Presidente da Fundação Nogueira Tapety	Oeiras, agosto de 2013
Márcia Regina Romeiro Chuva	Professora adjunta do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e colaboradora do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural do Iphan	Rio de Janeiro, setembro de 2013
Anna Eliza Finger	Coordenadora-Geral de cidades do Depam/Iphan	Brasília, setembro de 2013
Flávia Brito do Nascimento	Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Foi arquiteta da Superintendência do Iphan-SP	São Paulo, novembro de 2013
Carlos Alberto Pereira Junior	Diretor Municipal de Cultura de Iguape entre 2005 e 2012	Registro, novembro de 2013
Valéria Gafazi	Arquiteta do Escritório Técnico do Iphan em Iguape	Iguape, novembro de 2013
Jennifer Abreu	Arquiteta do Departamento Municipal de Obras de Iguape	Iguape, novembro de 2013
Josimar Paranhos	Diretor Municipal de Cultura de Iguape	Iguape, novembro de 2013
Anísia Lourenço	Presidente da Associação de Artesãos e Produtores Caseiros de Iguape	Iguape, novembro de 2013
Paulo Henrique Alonso	Professor do Departamento de Planejamento Urbano e Regional da Fundação Universitária de Itaúna e Presidente da Fundação Cidade de Cataguases	Cataguases, dezembro de 2013
José Luís Batista	Diretor Municipal do Departamento de Patrimônio Histórico de Cataguases	Cataguases, dezembro de 2013
José Ricardo Martins Junqueira	Secretário Municipal de Cultura e Turismo de Cataguases	Cataguases, dezembro de 2013
Cristiane Mendes de Paula	Arquiteta do Departamento Municipal de Obras de Cataguases	Cataguases, dezembro de 2013
Luiz Fernando de Almeida	Presidente do Iphan entre 2006 e 2012	São Paulo, julho de 2014

ANEXO VI

Entrevistas do Trabalho de Campo de Iguape (SP)

○ **Entrevista 1 – Carlos Pereira Júnior**

- 1 – Qual o período que ficou à frente do Departamento de Cultura?
- 2 – Como era a questão do patrimônio antes da chegada do Iphan? (Relação com o CONDEPHAAT.)
- 3 – Como se deram os primeiros contatos da administração municipal com o Iphan?
- 4 – Como foi recebida dentro da administração municipal a ideia do tombamento do centro histórico?
- 5 – A Casa de Patrimônio, como surge/foi vista a iniciativa dentro da administração local da sua criação?
- 6 – A prefeitura foi ouvida durante o processo de inventário?
- 7 – Após o tombamento, como se encaminhou a relação com o órgão federal?
- 8 – Como a população local viu o tombamento federal e como foi a relação desta com o Iphan?
- 9 – A prefeitura dispunha de mecanismos próprios de incentivo/preservação do patrimônio material/imaterial? Quais?
- 10 – O Iphan corresponde às necessidades do município enquanto orientação técnica e na resposta de pedidos de intervenção? Como é o procedimento?

○ **Entrevista 2 – Valéria Gazafi, Josimar Paranhos e Jennifer Abreu**

- 1 – Como era feito o atendimento aos munícipes antes do escritório técnico e o que mudou?
- 2 – A Casa de Patrimônio continua desempenhando suas funções?
- 3 – Quanto às normativas de preservação, como são os critérios de avaliação dos impactos das intervenções no centro histórico?
- 4 – Como os técnicos do Iphan/ Dep. Cultura veem o perímetro de tombamento?
- 5 – Quais são as normativas utilizadas para garantir a salvaguarda das áreas do Morro da Espia e das Águas (Valo Grande e Mar Pequeno)?
- 6 – Como é a relação Iphan-Prefeitura?
- 7 – Como é a relação Iphan-população local?
- 8 – Quais departamentos municipais estão mais envolvidos com as questões do patrimônio?
- 9 – Quais são as principais dificuldades atuais e futuras referentes à salvaguarda do patrimônio em Iguape?
- 10 – Quais são os projetos em andamento e futuros?

○ **Entrevista 3 – Anísia Lourenço**

- 1 – Desde quando você está envolvida com a questão do patrimônio em Iguape?
- 2 – Como você vê o processo de tombamento pelo Iphan?
- 3 – Como foi a recepção do tombamento pela população?
- 4 – Houve conflitos com a prefeitura e a população local durante o tombamento? Após o tombamento surgiram conflitos?
- 5 – Houve mudanças (positivas e negativas) em relação às substituições da administração municipal?
- 6 – O Iphan atendia/atende às demandas da população local?
- 7 – Como você vê a abertura do escritório técnico?
- 8 – Como você vê o funcionamento da Casa de Patrimônio? Ela continua desempenhando seu papel?
- 9 – Em relação às mudanças dos técnicos envolvidos diretamente com a salvaguarda do patrimônio em Iguape, como você vê essas mudanças?
- 10 – Quais são, na sua opinião, as grandes lacunas/desafios para a salvaguarda do patrimônio em Iguape?

○ **Entrevista 4 – Flávia Brito do Nascimento**

- 1 – Por que o Vale do Ribeira?
- 2 – Como se foi gestado o Projeto da Paisagem Cultural?
- 3 – Por que Iguape e não Cananeia, por exemplo?
- 4 – Como foi a relação com a Superintendência de São Paulo e com o DEPAM no período de inventário?
- 5 – Durante o inventário foi utilizado o conceito de cidade-documento?
- 6 – Como foi o processo de elaboração da poligonal?
- 7 – Como foi o processo de abertura da Casa de Patrimônio?
- 8 – Como foi a relação com a prefeitura, ela mudou após o tombamento?
- 9 – Como foi a relação com a população, ela mudou após o tombamento?
- 10 – Como você vê a mudança de gestão após a saída das técnicas que realizaram o tombamento, em particular a mudança de função da Casa de Patrimônio?
- 11 – Na sua opinião, quais são os principais desafios na preservação do patrimônio em Iguape?

ANEXO VII

Entrevistas do Trabalho de Campo de Oeiras (PI)

○ **Questionário 1 – Tiago Ramires**

1 – Do seu ponto de vista, quais os fatores que tiraram o estado do Piauí de um lugar periférico para um de maior destaque no mapa do patrimônio nacional em vista que, até 2011, havia ocorrido o tombamento de apenas sete bens isolados e a partir desse ano os tombamentos se multiplicam e hoje vocês contam com o tombamento de três conjuntos urbanos, o que é muito significativo, e de um número mais expressivo de bens isolados?

2 – Gostaria de saber um pouco do projeto “Cidades do Piauí, testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII”. De quem foi a concepção, como ele foi gerido e qual foi a participação do DEPAM de Brasília?

3 – Como o tombamento de Oeiras se articula com o de Piracuruca e Parnaíba e quais cidades fazem parte desse estudo?

4 – No que se refere especificamente à Oeiras, além dos bens isolados tombados nos anos 1930 e 1940, houve, anteriormente, alguma iniciativa no sentido de tombamento do conjunto?

5 – Durante a instrução do processo houve alguma participação da população local? Qual?

6 – Como foi a recepção da população ao tombamento?

7 – Quanto à poligonal, quais foram os critérios para a sua definição (tanto da área de tombamento quando de entorno)?

8 – Tanto no dossiê quanto no parecer do relator enfatizam-se a importância da paisagem, existe alguma intenção de valoração das paisagens enquanto patrimônio natural ou paisagem cultural?

9 – Quanto à relação do núcleo urbano e as águas, qual a sua importância do ponto de vista patrimonial? Por que o Iphan está contratando uma empresa para realizar o diagnóstico urbano ambiental das áreas compreendidas pelas APPs dos riachos da Mocha e da Pouca Vergonha, incluindo os imóveis a que a elas se limitam?

10 – O patrimônio imaterial de Oeiras é extremamente relevante, existe alguma iniciativa no sentido de conhecer e salvaguardar esse patrimônio (Registro e INRC)?

11 – Como é a relação do Iphan com o poder público local, tanto no momento pré como pós-tombamento? Ele mudou?

12 – Existe um escritório técnico do Iphan em Oeiras? Como se dão as vistorias e o procedimento dos pedidos de intervenção?

13 – Qual é a composição dos técnicos da Superintendência do Iphan-PI?

○ **Questionário 2 – Stefano Ferreira e Carlos Rubens Filho**

1 – Durante a instrução do processo de tombamento houve alguma participação da população local? Como?

2 – Como foi a recepção da população ao tombamento?

3 – O patrimônio imaterial de Oeiras é extremamente relevante, existe alguma iniciativa por parte do Iphan no sentido de conhecer e salvaguardar esse patrimônio (Registro e INRC)?

4 – Como é a relação do Iphan com o poder público local, tanto no momento pré como pós-tombamento? Ele mudou?

5 – O Iphan corresponde às necessidades do município enquanto orientação técnica e na resposta de pedidos de intervenção? Como é o procedimento?

ANEXO VIII

Entrevistas do Trabalho de Campo de Cataguases (MG)

○ **Entrevista 1 – José Junqueira**

- 1 – Qual o período que está à frente do Departamento de Cultura?
- 2 – Qual é a estrutura das Sec. Cultura? Qual a relação com o Dep. de Patrimônio e o Centro Cultural Eva Nill?
- 3 – A prefeitura dispõe de mecanismos próprios de incentivo/preservação do patrimônio material e imaterial? Quais são?
- 4 – Qual a relação da Sec. Cultura com o Iphan? Existem projetos em conjunto?
- 5 – O Iphan corresponde às necessidades do município no que se refere à preservação do patrimônio?
- 6 – Como é a relação Iphan-Prefeitura?
- 7 – Como é a relação Iphan-população local?
- 8 – Quais Departamentos municipais estão mais envolvidos com as questões do patrimônio?
- 9 – Quais são as principais dificuldades, atuais e futuras, referentes à salvaguarda do patrimônio em Cataguases?
- 10 – Quais são os projetos em andamento e futuro?

○ **Entrevista 2 – Paulo H. Alonso**

- 1 – Como você vê o processo de tombamento pelo Iphan?
- 2 – Como era a questão do patrimônio antes da chegada do Iphan?
- 3 – Após o tombamento como se encaminhou a relação com o órgão federal? (Contestações).
- 4 – Como a população local viu o tombamento federal e como foi a relação desta com o órgão federal?
- 5 – O Iphan corresponde às necessidades do município enquanto orientação técnica e na resposta de pedidos de intervenção?
- 6 – Quanto às normativas de preservação, como são os critérios de avaliação dos impactos das intervenções no centro histórico?
- 7 – Como você vê o perímetro de tombamento?
- 8 – Como você vê a problemática de não existir uma normativa do Iphan específica para Cataguases e nem uma normativa municipal?
- 9 – Como é a relação Iphan-população local?
- 10 – Quais são as principais dificuldades atuais e futuras referentes à salvaguarda do patrimônio em Cataguases?

11 – Quais são os objetivos do Instituto Cidade de Cataguases?

12 – Quais são os projetos desenvolvidos, os em andamento e os futuros?

○ **Entrevista 3 – José Luiz**

1 – Qual o período que ficou a frente do Departamento de Patrimônio/ Centro Cultural Eva Nill?

2 – Quais são as atribuições do Dep. de Patrimônio e do Centro Cultural?

3 – Qual a relação com o órgão federal e o Dep. de Patrimônio?

4 – O Iphan correspondia às necessidades do município no que se refere à preservação do patrimônio?

5 – Como vocês do Dep. Patrimônio veem o perímetro de tombamento?

6 – Como é a relação Iphan-Dep. de Patrimônio/Prefeitura?

7 – Como é a relação Iphan-população local?

8 – Quais são as principais dificuldades atuais e futuras referentes à salvaguarda do patrimônio em Cataguases?

9 – Quais são os projetos em andamento e futuro?

10 – Quanto ao tombamento municipal, qual é o objetivo? Contemplar uma demanda não atendida pelos órgãos federal e estadual?

11 – Qual é o papel do Conselho de Cultura?

12 – Quanto a Educação Patrimonial, quais os objetivos dos projetos? Existe um bom retorno da população em relação a eles?

○ **Entrevista 4 – Cristiane de Paula**

1 – Qual o período que atua como arquiteta do município?

2 – Qual a sua relação com a questão do patrimônio urbano?

3 – O Iphan corresponde às necessidades do município enquanto orientação técnica e na resposta de pedidos de intervenção? Como é o procedimento?

4 – Você acha que existe uma demanda local para a instalação de um escritório técnico?

5 – Quanto às normativas de preservação, como são os critérios de avaliação dos impactos das intervenções no centro histórico?

6 – Como você vê o perímetro de tombamento?

7 – Como é a relação Iphan-Prefeitura?

8 – Como é a relação Iphan-população local?

- 9 – Quais departamentos municipais estão mais envolvidos com as questões do patrimônio?
- 10 – Quais são as principais dificuldades atuais e futuras referentes à salvaguarda do patrimônio em Cataguases?
- 11 – Quais os mecanismos locais para a preservação do patrimônio urbano local?

ANEXO IX

Entrevistas no Iphan: COPEDOC-RJ e DEPAM-DF

○ **Questionário 1 – Márcia Chuva e Anna Finger**

1 – O que muda efetivamente nas ações de tombamentos dos conjuntos urbanos a partir de 1990 com a extinção do Iphan?

2 – Essas ações mudam com a recriação do Iphan no governo FHC?

3 – Posso dizer que conceitualmente a ideia de cidade-documento de Márcia Sant’Anna continua sendo a mais utilizada na instrução dos processos?

4 – Se sim, existem mudanças na adoção ou interpretação desse conceito durante esse período?

5 – Com o processo de reestruturação do governo Lula e a política “**Aumento do Estoque Patrimonial**” qual é o conceito adotado para a instrução dos processos de tombamento?

6 – Alguns autores começam a tratar do conceito de cidade-instrumento (tombamento como ferramenta de promoção social e integração às demais funções desempenhadas pela cidade) e cidade-emprego (busca de investimentos econômicos que busca o fomento da atividade do turismo), esses conceitos são aplicados dentro do instituto para a instrução dos processos?

7 – Com o governo Dilma, e em especial agora com a Jurema Machado à frente do Iphan, quais são as prioridades, continua a ideia da necessidade de aumento do estoque patrimonial?

○ **Questionário 2 – Anna Finger**

1 – Do seu ponto de vista, quais os fatores que tiraram o estado do Piauí de um lugar periférico para um de maior destaque no mapa do patrimônio nacional em vista que, até 2011, havia ocorrido o tombamento de apenas sete bens isolados e a partir desse ano os tombamentos se multiplicam e hoje vocês contam com o tombamento de três conjuntos urbanos, o que é muito significativo, e de um número mais expressivo de bens isolados?

2 – Gostaria de saber um pouco do projeto “Cidades do Piauí, testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII”. De quem foi a concepção, como ele foi gerido e qual a participação do DEPAM de Brasília?

3 – Como o tombamento de Oeiras se articula com o de Piracuruca e Parnaíba e quais cidades fazem parte desse estudo ou que existem propostas de tombamento?

4 – Durante a instrução do processo, houve alguma participação da população local? Como?

5 – Como foi à recepção da população ao tombamento?

- 6 – Quanto a poligonal, quais foram os critérios para a sua definição (tanto da área de tombamento quanto de entorno)?
- 7 – Tanto no dossiê quanto no parecer do relator se enfatiza a importância da paisagem, existe alguma intenção de valoração das paisagens enquanto patrimônio natural ou paisagem cultural?
- 8 – O patrimônio imaterial de Oeiras é extremamente relevante, existe alguma iniciativa no sentido de conhecer e salvaguardar esse patrimônio (registro e INRC)?
- 9 – Como é a relação do Iphan com o poder público, tanto no momento pré como pós-tombamento? Ele mudou?